



**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus
Urutaí**

Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica

**A CAPNE NA INCLUSÃO DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA: UM OLHAR SOBRE A
GESTÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO
INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO
MINEIRO – CAMPUS PARACATU**

LUCIENE CARLA SILVA RUFINO

Orientadora: Prof^ª. Dra. Débora Astoni Moreira

Urutaí, **maio** de 2025

LUCIENE CARLA SILVA RUFINO

**A CAPNE NA INCLUSÃO DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA: UM OLHAR SOBRE A GESTÃO
NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO INSTITUTO
FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO –
CAMPUS PARACATU**

Orientadora

Prof^ª. Dra. Débora Astoni Moreira

Dissertação apresentada ao Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica para obtenção do título de Mestre.

Urutaí (GO)
2025

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema Integrado de Bibliotecas do IF Goiano - SIBi**

R926 Rufino, Luciene Carla Silva
A CAPNE NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
: UM OLHAR SOBRE A GESTÃO NA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA NO INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO
MINEIRO -CAMPUS PARACATU / Luciene Carla Silva
Rufino. Urutaí 2025.

118f. il.

Orientadora: Prof^a. Dra. Débora Astoni Moreira.
Dissertação (Mestre) - Instituto Federal Goiano, curso de
0133214 - Mestrado Profissional em Ensino para a Educação
Básica (Campus Urutaí).

1. Lei Brasileira de Inclusão. 2. NAPNE/CAPNE. 3. Análise de
Resultado. 4. Relatório Técnico. I. Título.

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input checked="" type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: RELATÓRIO TÉCNICO | |

Nome Completo do Autor: LUCIENE CARLA SILVA RUFINO

Matrícula: 2023101332140015

Título do Trabalho: **A CAPNE NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM OLHAR SOBRE A GESTÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO – CAMPUS PARACATU**

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 30/05/2025__

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Documento assinado digitalmente



LUCIENE CARLA SILVA RUFINO

Data: 29/05/2025 14:49:49-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Paracatu, 29/05/2025

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 55/2025 - CREPG-UR/DPGPI-UR/CMPURT/IFGOIANO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se os componentes da banca examinadora, em sessão solene realizada *online*, para procederem à avaliação da apresentação e defesa de dissertação em nível de mestrado, de autoria de **Luciene Carla Silva Rufino**, discente do **Programa de Pós-graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí**, com o trabalho intitulado **O CAPNE NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: um olhar sobre a gestão na Educação Inclusiva no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu**. A sessão foi aberta pela presidente da banca examinadora, **Prof^a. Dr^a. Debora Astoni Moreira**, que fez a apresentação formal dos membros da banca. A palavra, a seguir, foi concedida à autora da dissertação para, em até 40 minutos, proceder à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu a defendente, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista as normas que regulamentam o Programa de Pós-graduação em Ensino para a Educação Básica, a dissertação foi **APROVADA**, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **MESTRE EM ENSINO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA**, na área de concentração em **Ensino para a Educação Básica**, pelo Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí. A conclusão do curso dar-se-á após o depósito da versão definitiva da dissertação, mediante incorporação dos apontamentos realizados pelos membros da Banca, ao texto desta versão, no Repositório Institucional do IF Goiano, na plataforma eduCapes e cumprimento dos demais requisitos dispostos no Regulamento do PPGEnEB/IFGoiano. Assim sendo, a defesa perderá a validade se não cumprida essa condição, em até **60 (sessenta) dias** da sua ocorrência. A banca examinadora recomendou a publicação dos artigos científicos oriundos dessa dissertação em periódicos qualificados e o depósito do produto educacional em repositório de domínio público, tanto institucional quanto no Repositório eduCapes. Cumpridas as formalidades da pauta, a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de dissertação de mestrado e, para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, assinada eletronicamente pelos membros titulares da banca examinadora.

Membros da Banca Examinadora:

Nome	Instituição	Situação no Programa
Prof ^ª . Dr ^ª . Débora Astoni Moreira	IF Goiano – Campus Urutaí	Presidente
Prof ^ª . Dr ^ª . Cristiane Maria Ribeiro	IF Goiano – Campus Urutaí	Membra Interna
Prof. Dr. Samuel de Jesus Duarte	IFTM	Membro Externo

Documento assinado eletronicamente por:

- **Debora Astoni Moreira**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO , em 26/05/2025 15:19:15.
- **Cristiane Maria Ribeiro**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO , em 26/05/2025 15:53:36.
- **SAMUEL DE JESUS DUARTE**, SAMUEL DE JESUS DUARTE - Professor Avaliador de Banca - Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí (10651417000259), em 27/05/2025 15:22:11.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/05/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 710453
Código de Autenticação: 27bb9f3119



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Urutaí
Rodovia Geraldo Silva Nascimento, Km 2,5, SN, Zona Rural, URUTAÍ / GO, CEP 75790-000
(64) 3465-1900



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA GOIANO –
CAMPUS URUTAÍ

**Programa de Pós-
Graduação em Ensino
para a Educação Básica**

**FICHA DE AVALIAÇÃO DE PRODUTO/PROCESSO
EDUCACIONAL PELA BANCA DE DEFESA**

Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí – PPGEnEB

Discente: Luciene Carla Silva Rufino

Título da Dissertação: O CAPNE NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: um olhar sobre a gestão na Educação Inclusiva no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu

Título do Produto: ATUAÇÃO DA CAPNE NO IFTM CAMPUS PARACATU

Orientadora: Prof^{fa}. Dr^a. Débora Astoni Moreira

**FICHA DE VALIDAÇÃO DE PRODUTO/PROCESSO
EDUCACIONAL (PE)**

Complexidade - compreende-se como uma propriedade do PE relacionada às etapas de elaboração, desenvolvimento e/ou validação do Produto Educacional.

***Mais de um item pode ser marcado.**

(X) O PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação ou tese.

(X) A metodologia apresenta-se clara e objetivamente a forma de aplicação e análise do PE.

(X) Há uma reflexão sobre o PE com base nos referenciais teóricos e teórico-metodológicos empregados na respectiva dissertação ou tese.

() Há apontamentos sobre os limites de utilização do PE.

Impacto – considera-se a forma como o PE foi utilizado e/ou

() Protótipo/Piloto não utilizado no sistema relacionado à prática

aplicado nos sistemas educacionais, culturais, de saúde ou CT&I. É importante destacar se a demanda foi espontânea ou contratada.	profissional do discente. (X) Protótipo/Piloto com aplicação no sistema Educacional relacionado à prática profissional do discente.
Aplicabilidade – relaciona-se ao potencial de facilidade de acesso e compartilhamento que o PE possui, para que seja acessado e utilizado de forma integral e/ou parcial em diferentes sistemas.	() PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto, mas não foi aplicado durante a pesquisa. (X) PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto e foi aplicado durante a pesquisa, exigível para o mestrado. () PE foi aplicado em diferentes ambientes/momentos e tem potencial de replicabilidade face à possibilidade de acesso e descrição.
Acesso – relaciona-se à forma de acesso do PE.	() PE sem acesso. () PE com acesso via rede fechada. (X) PE com acesso público e gratuito.
	() PE com acesso público e gratuito pela página do Programa. (X) PE com acesso por Repositório institucional - nacional ou internacional - com acesso público e gratuito.
Aderência – compreende-se como a origem do PE apresenta origens nas atividades oriundas das linhas e projetos de pesquisas do PPG em avaliação.	() Sem clara aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisa do PPG <i>stricto sensu</i> ao qual está filiado. (X) Com clara aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisa do PPG <i>stricto sensu</i> ao qual está filiado.
Inovação – considera-se que o PE é/foi criado a partir de algo novo ou da reflexão e modificação de algo já existente revisitado de forma inovadora e original.	() PE de alto teor inovador (desenvolvimento com base em conhecimento inédito). (X) PE com médio teor inovador (combinação e/ou compilação de conhecimentos pré-estabelecidos). () PE com baixo teor inovador (adaptação de conhecimento(s) existente(s)).

Breve relato sobre a abrangência e/ou a replicabilidade do PE:

O produto educacional elaborado analisado em face das políticas educacionais vigentes ganha uma dimensão robusta de importância porque constitui-se em um instrumento de implementação e acompanhamento de núcleos de atendimento educacional especializado.

Profª. Drª. Débora Astoni Moreira - Presidente

Profª. Drª. Cristiane Maria Ribeiro - Membro interno

Prof. Dr. Samuel de Jesus Duarte - Membro externo

Urutaí-GO, 26 de maio de 2025.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Debora Astoni Moreira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** , em 26/05/2025 21:05:48.
- **Cristiane Maria Ribeiro, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** , em 27/05/2025 12:19:16.
- **SAMUEL DE JESUS DUARTE, SAMUEL DE JESUS DUARTE - Professor Avaliador de Banca - Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí (10651417000259)** , em 27/05/2025 15:21:02.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/05/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 710465

Código de Autenticação: 2d5a9f23ed



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Urutaí
Rodovia Geraldo Silva Nascimento, Km 2.5, SN, Zona Rural, URUTAÍ / GO, CEP 75790-000
(64) 3465-1900

“Hoje é sempre o dia certo de fazer as coisas certas, de maneira certa. Amanhã será tarde”.

Pr. Martin Luter king Jr. [s.d]

AGRADECIMENTOS

O caminho foi cheio de provas e turbulências, mas consegui e estou neste momento finalizando o sonho de ser Mestre, e isso não seria possível sem várias pessoas, sejam da minha rede de apoio, familiares, amigos, colegas de curso e professores, e principalmente, sem Deus à frente.

Agradeço primeiramente à Deus por permitir-me viver todo esse processo.

Aos meus pais e demais familiares, obrigada por todo incentivo e suporte.

Agradeço ao meu esposo, Victor, por toda dedicação e apoio constante.

Aos meus filhos, João Victor e Rafael, minha inspiração e motivação. Agradeço por todos os momentos de compreensão, por suportarem minha ausência e por representarem luz durante esse processo.

Aos colegas de curso, obrigada por todo incentivo e conhecimento compartilhado. Foram momentos únicos que ficarão guardados na memória para sempre. Um agradecimento especial à Rhayssa Lisboa, por toda cumplicidade.

Agradeço ao IFTM - Campus Paracatu pela oportunidade e ao IFGoiano, na pessoa da minha orientadora, Dra. Debora Astoni Moreira, por todo conhecimento proporcionado.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO GERAL	16
1.1 Objeto da Pesquisa.....	17
1.2. OBJETIVOS	18
1.2.1 Objetivo Geral	18
1.2.2 Objetivos Específicos	18
1.3 Justificativa.....	18
1.4 Estrutura da dissertação.	19
1.5 Referências	20
2. LEI BRASILEIRA DA INCLUSÃO: APONTAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO MAIS HUMANIZADA.....	23
3. ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA CAPNE NO IFTM - CAMPUS PARACATU	42
4. APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	76
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
APÊNDICE A – TERMO DE COMPROMISSO	94
APÊNDICE B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS.....	95
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –TCLE (RESPONSÁVEL LEGAL PELO MENOR DE IDADE).....	98
APÊNDICE D - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –TALE	101
APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – SERVIDORES (Docentes e TAES do Ensino)	103
APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – SERVIDORES (Servidores da CAPNE).....	106
APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – SERVIDORES (Servidores que auxiliarão na validação do produto)	109
APÊNDICE H - QUESTIONÁRIO 1 (Questionário Preliminar - Alunos)	112
APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO 2 (Questionário Preliminar – Docentes e TAEs).....	114
APÊNDICE J - QUESTIONÁRIO 3 (Questionário Preliminar – Servidores CAPNE)	116
APÊNDICE K - QUESTIONÁRIO AVALIATIVO DO PRODUTO EDUCACIONAL	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAPNE	Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
IF Goiano	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
IFTM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
ONU	Organização das Nações Unidas
PcD	Pessoas com Deficiência
PPGEnEB	Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica

A CAPNE NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM OLHAR SOBRE A GESTÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO – CAMPUS PARACATU

RESUMO

A educação inclusiva é um direito garantido por lei. No entanto, apesar de uma robusta estrutura normativa de proteção e inclusão das pessoas com deficiência, ainda há uma lacuna significativa entre o que é legalmente estabelecido e a efetivação desses direitos na prática. A inclusão escolar exige uma mudança contínua no sistema da escola, adaptando estruturas físicas e programáticas, metodologias e tecnologias, e capacitando continuamente professores, especialistas, funcionários e demais membros da comunidade escolar. Diante disso, esta pesquisa descritiva e de natureza qualitativa, tem como objeto de estudo a CAPNE/IFTM - Campus Paracatu. O objetivo geral foi avaliar a importância e a eficácia da CAPNE na promoção da Educação Inclusiva no IFTM Campus Paracatu, identificando se suas ações atendem adequadamente às necessidades dos alunos com necessidades específicas e as possíveis melhorias a serem implementadas. A análise foi conduzida por meio de pesquisa documental e aplicação de questionários a alunos, servidores técnicos administrativos e docentes. O produto educacional foi um relatório técnico com apresentação do diagnóstico atual e um plano de ações estratégicas que irá contribuir para a inclusão no IFTM Campus Paracatu. A pesquisa permitiu identificar as necessidades, dificuldades e oportunidades de melhoria nas práticas da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE), e contribuiu para um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor no IFTM Campus Paracatu. Os resultados também podem servir como referência para outras instituições que desejam aprimorar suas políticas de Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. CAPNE. Educação inclusiva. Inclusão. Pessoa com Deficiência.

**CAPNE IN THE INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES: A LOOK AT
MANAGEMENT IN INCLUSIVE EDUCATION AT THE INSTITUTO FEDERAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO – PARACATU CAMPUS**

ABSTRACT

Inclusive education is a right guaranteed by law. However, despite a robust regulatory framework for the protection and inclusion of people with disabilities, there is still a significant gap between what is legally established and the implementation of these rights in practice. School inclusion requires continuous change in the school system, adapting physical and programmatic structures, methodologies and technologies, and continuously training teachers, specialists, staff and other members of the school community. In view of this, this descriptive and qualitative research has as its object of study the CAPNE/IFTM - Paracatu Campus. The overall objective was to assess the importance and effectiveness of CAPNE in promoting Inclusive Education at IFTM Campus Paracatu, identifying whether its actions adequately meet the needs of students with specific needs and possible improvements to be implemented. The analysis was conducted through documentary research and questionnaires administered to students, technical administrative staff and teachers. The educational product was a technical report presenting the current diagnosis and a strategic action plan that will contribute to inclusion at IFTM Campus Paracatu. The research allowed us to identify the needs, difficulties and opportunities for improvement in the practices of the Coordination of Assistance to People with Specific Educational Needs (CAPNE), and contributes to a more inclusive and welcoming educational environment at IFTM Campus Paracatu. The results can also serve as a reference for other institutions that wish to improve their Inclusive Education policies.

Keywords: Assistance to People with Specific Educational Needs. CAPNE. Inclusive education. Inclusion. Person with Disabilities.

1. INTRODUÇÃO GERAL

A inclusão se opera, sobretudo, num contexto de exclusão, numa sociedade capitalista que imprime o modelo de normalidade, e exclui aqueles que não se adequam aos padrões (Lima, 2014). Com efeito, mesmo diante das garantias legais que viabilizam a inclusão, sua efetividade ainda é difícil de se alcançar, sendo um enorme desafio ofertar um ensino de qualidade para todos, especialmente para aqueles que se distanciam do padrão não só por alguma deficiência, mas igualmente por distinções étnico-raciais e econômicas.

A partir dos levantamentos de Alderete (2022), compreendemos que a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil pode ser dividida em três grandes períodos: de 1854 a 1956, marcado por iniciativas de caráter privado; de 1957 a 1993, caracterizado por ações oficiais de âmbito nacional; e a partir de 1993, destacando-se pelos movimentos em prol da inclusão escolar. O movimento de inclusão surge da necessidade de superar paradigmas excludentes, buscando proporcionar a inserção social das pessoas com deficiência. Este ganhou visibilidade com Lei nº 10.098/2000, conhecida como Lei da Acessibilidade, que abrange a adequação estrutural de espaços públicos e privados (Brasil, 2000).

Por muito tempo existiu movimentos para inclusão das Pessoas com Deficiência (PcD), incentivando sua inserção em ambientes ou grupos sociais sem se preocupar com questões de adaptação ou adequações. Com efeito, o novo membro deveria se ajustar às regras existentes, e o termo próximo à inserção é a integração, considerada uma forma condicional de inserção que depende da capacidade do novo membro de se adaptar ao sistema escolar. Em outras palavras, o esquema permanece, e o indivíduo precisa se adaptar (Alderete, 2022).

No contexto atual, em contraposição à abordagem de integração, observa-se um movimento de inclusão social das Pessoas com Deficiência (PcD). Essa abordagem aprimorada reconhece as necessidades essenciais para promover a inclusão, visando transformar efetivamente a realidade de vida dessas pessoas, assegurando sua plena participação na sociedade (Alderete, 2022). Desse modo, a luta de mais de quarenta e cinco milhões de pessoas ganha respaldo por meio da elaboração de uma legislação abrangente, representando um avanço significativo na conquista de direitos e na superação da invisibilidade (Gonçalves; Machado, 2018).

Após um processo legislativo que perdurou por quinze anos, marcado por intensas batalhas e debates, fundamentado na Convenção da ONU, e regulamentando questões já previstas na Constituição Federal, foi promulgado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Nº 13.146/2015, que introduz inovações ao apresentar soluções práticas que abrangem todas as áreas da vida das pessoas com deficiência (Rocha; Oliveira, 2022).

A educação inclusiva é um direito, legalmente instituído, que garante aos alunos com deficiência frequentarem as mesmas aulas daqueles que não possuem qualquer limitação (Vargas; Gobara, 2014). A inclusão é um processo mundial em crescimento e no Brasil, é amparado por documentos legais, como: LDB nº 9.394 (Brasil, 1996), Diretrizes Nacionais para a Educação Básica (Brasil, 2001), que

estabelecem vários níveis diferenciados de ação, no que se refere à sua natureza: política, administrativa e técnica, e que "deve ser paulatinamente conquistada" (Carvalho, 1997).

Segundo Sasaki (2002) a inclusão escolar é o processo pelo qual uma escola procede, permanentemente, à mudança do seu sistema, adaptando suas estruturas físicas e programáticas, suas metodologias e tecnologias e capacitando continuamente seus professores, especialistas, funcionários e demais membros da comunidade escolar, inclusive todos os alunos e seus familiares e a sociedade em seu entorno.

A Educação Especial ocupa espaço na literatura, na mídia, nos congressos, principalmente a partir da Conferência de Educação para Todos (Unesco, 1990) e, posteriormente, com a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), que desencadeou o debate versando sobre o movimento mundial da inclusão para todos. Na literatura, já há conhecimento produzido suficiente para avançar além do discurso ideológico, produzindo fundamentos para uma educação inclusiva de fato (Honora, 2008). Entretanto, o que se pode ver é que o Brasil ainda está longe dessa proposta e, assim, muitas recomendações, resoluções e deliberações não impediram os altos índices de exclusão social.

Como destacam os estudos de Cantorani *et al.* (2020), muita atenção deve ser dispensada à temática da deficiência, pois isso estimula os avanços conceituais, de trato metodológico e prático do objeto em questão. A inclusão escolar por si, já é um assunto merecedor de atenção, como estabelece Cantorani *et al.* (2020) é um segmento que carece de contínua análise e crítica, inclusive de outros elementos que interferem no planejamento e assistência a essa parcela da sociedade, que frequentemente não é amparada pelo Estado. Nesse sentido, justifica-se a escolha da temática por se tratar de tema relevante no cenário atual e alinhado a pesquisa que se pretende desenvolver no Programa de Mestrando em Ensino da Educação Básica (PPGEnEB), pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Goiano.

O presente trabalho, de natureza qualitativa, se propõe a oferecer subsídios para aprimoramento da educação inclusiva no IFTM-Campus Paracatu, por meio do aprimoramento das ações da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – CAPNE. Para tanto, buscará responder: Qual o papel da CAPNE na Educação Inclusiva? A atuação da CAPNE do IFTM Campus Paracatu atende as demandas atuais da comunidade escolar?

O produto educacional proposto no estudo será desenvolver um relatório técnico com um plano de ações estratégicas que irá contribuir para a inclusão no IFTM Campus Paracatu.

1.1 Objeto da Pesquisa

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a CAPNE/IFTM - Campus Paracatu, com o propósito de identificar oportunidades de melhoria nas práticas da Coordenação, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor no IFTM Campus Paracatu. Com esse intuito, será adotado uma abordagem que envolve a aplicação de um questionário estruturado para alunos e servidores que

aceitarem participar voluntariamente da pesquisa. Além disso, será realizada análise dos documentos oficiais da instituição, com o propósito de investigar se há as estratégias e ações que instrumentalizem a atuação da CAPNE.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar a eficácia da CAPNE na promoção da Educação Inclusiva no IFTM Campus Paracatu, identificando se suas ações atendem adequadamente às necessidades dos alunos com necessidades específicas.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar a atuação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE's), posteriormente denominados de Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE's), dentro dos Institutos Federais.
- Analisar a percepção dos alunos e servidores sobre a CAPNE/IFTM/Campus Paracatu.
- Identificar os principais desafios enfrentados pela CAPNE na implementação de suas ações inclusivas.
- Estruturar um projeto para a CAPNE composto pelo relatório técnico com um plano de ações estratégicas que irá contribuir para a inclusão no IFTM Campus Paracatu.

1.3 Justificativa

Apesar da presença de uma ampla estrutura normativa destinada proteção/inclusão das pessoas com deficiência, observa-se, na prática, uma significativa lacuna entre o que está estabelecido legalmente e a efetivação desses direitos. Isso ocorre devido à persistência de um conceito liberal-formalista de igualdade, que negligencia as variadas características individuais dos seres humanos. Acrescenta-se a isso o fenômeno contemporâneo da sociedade de massas, que contribui para fortalecer a falsa noção de que as diferenças não existem (Gonçalves; Machado, 2018).

A situação é preocupante quando consideramos a crescente ampliação do percentual de pessoas com deficiência matriculados em escolas regulares, que muitas vezes não contam com a devida assistência:

Gráfico 1.1 Porcentagem de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns –Brasil –2009-2020



Fonte: MEC/Inep/DEED -Microdados do Censo Escolar, apud, Perez; Schlünzen; Schlünzen Junior (2023, p. 03)

O Censo mais recente, de 2022, indica que 94% das matrículas de alunos com deficiência foram feitas em classes regulares naquele ano, o que indica um aumento quantitativo na inclusão no país. No entanto, é importante observar que esse crescimento quantitativo não está acompanhado de melhorias proporcionais na qualidade do ensino, como evidenciado pelos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização¹ (Perez; Schlünzen; Schlünzen Junior, 2023).

Neste cenário, é importante avaliar se a atuação da CAPNE/IFTM-Campus Paracatu vai ao encontro do que preconiza a legislação ao promover a inclusão, tendo em vista que o que se espera de todas as instituições de ensino é que estejam preparadas para acolher todos os alunos. Portanto, é de grande valia analisar os aspectos da atuação da CAPNE que impactam na efetividade do direito à educação das pessoas com necessidades específicas da cidade de Paracatu-MG, e quais as principais ações de melhoria a serem implementadas.

1.4 Estrutura da dissertação.

A dissertação está estruturada em três artigos, o primeiro deles já publicado em periódico Qualis A4, e um produto educacional.

No primeiro artigo (Capítulo 2), “Lei Brasileira da Inclusão: apontamentos para a Educação mais humanizada”, apresentamos uma revisão que relaciona aspectos da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015, ao direito à educação das pessoas com deficiência, com ênfase na promoção da inclusão no ambiente escolar. A pesquisa, pesquisa bibliográfica exploratória, de cunho qualitativo, teve como objetivo compreender como os dispositivos legais da LBI contribuem para a consolidação de uma educação inclusiva, analisando os desafios e as possibilidades presentes no contexto brasileiro (Rufino; Moreira, 2025).

¹ Avaliam o nível de alfabetização de estudantes ao final do 3º ano do ensino fundamental, indicam a ausência de mudanças significativas ao longo desses três anos de avaliação (Perez; Schlünzen; Schlünzen Junior, 2023).

No segundo artigo (Capítulo 3), “A atuação da CAPNE no IFTM - Campus Paracatu: percepções sobre inclusão e desafios institucionais”, conduzimos uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo. Para coleta dos dados utilizamos questionários (Apêndices H, I e J) direcionados a alunos, servidores docentes, técnicos administrativos e à própria equipe da CAPNE, e as análises foram estruturadas por meio da Análise de Conteúdo. Participaram dessa fase 19 (dezenove) servidores e 7 (sete) estudantes. Neste contexto, analisamos a atuação da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE) no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu, com o objetivo de compreender como o setor contribui para a promoção da inclusão escolar.

O estudo fundamentado nesse segundo artigo foi preponderante para construirmos o produto educacional que é apresentado e avaliado no terceiro artigo (Capítulo 4). Assim, no artigo “Relatório técnico sobre a atuação da CAPNE no IFTM Campus Paracatu: diagnóstico, propostas e planos de ação para a Educação Inclusiva”, apresentamos o desenvolvimento e a avaliação do Relatório Técnico voltado à atuação da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE) no IFTM Campus Paracatu. O produto foi avaliado com aplicação de questionário (Apêndice K) para Diretor Geral, coordenadores dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Coordenador Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão, Coordenadora Geral de Administração e Planejamento e pela Coordenadora da CAPNE, totalizando 6 (seis) respondentes. As análises da avaliação foram realizadas por meio da análise de conteúdo.

Por serem artigos completos, os procedimentos metodológicos de cada um deles são apresentados no corpo de cada um deles. Assim como as conclusões. Os capítulos de introdução geral e conclusão geral, se referem a pesquisa como todo.

1.5 Referências

ALDERETE, N. J. A. **O ensino de física na perspectiva inclusiva: uma revisão integrativa a partir do XXIII simpósio nacional de ensino de física**. 2022. 96 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu-Pr, 2022. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6212>. Acesso em mai. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. (Trad.). Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Portugal-Lisboa: Edições 70/LDA, 2004.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora. 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Lei nº 14.176 de 22 de junho de 2021**. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: MEC, 1996.

CANTORANI, José Roberto Herrera; *et al.* A acessibilidade e a inclusão em uma Instituição Federal de Ensino Superior a partir da lei nº 13.409. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, e250016, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ScZhcZWdL5ZtqNQxkJ6KLrj/?lang=pt>. Acesso em fev 2025.

CARVALHO, R. E. **A Nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

GONÇALVES, F. M.; MACHADO, M. P. Direito à diferença: desafios e possibilidades para concretização dos direitos de cidadania de pessoas com deficiência no Brasil. **Revista Direito UFMS**, v. 4, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revdir/article/view/5150>. Acesso em mai. 2024.

HONORA, M. **Esclarecendo as deficiências: aspectos teóricos e práticos para contribuição com uma sociedade inclusiva**. São Paulo: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda., 2008.

LIMA, M. do S. C. B. M. Vygotsky e a teoria histórico-cultural: análise da inclusão escolar de deficientes intelectuais. **Revista LABOR**, n. 12, v.1, p. 59-77, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23485/1/2014_art_mscbmlima.pdf>. Acesso em 30 mai. 2023.

PEREZ, D. J. G.; SCHLÜNZEN, E. T. M.; SCHLÜNZEN JUNIOR, K. Abordagens pedagógicas nas formações on-line de profissionais da educação básica para favorecer a inclusão: uma revisão de escopo. **EccoS–Revista Científica**, n. 65, p. e24582-e24582, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/24582/10269>. Acesso em mai. 2024.

ROCHA, L. R. M. da; OLIVEIRA, J. P. de. Análise textual pormenorizada da Lei Brasileira de Inclusão: perspectivas e avanços em relação aos direitos das pessoas com deficiência. **Práxis Educativa**, v. 17, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-43092022000100114&script=sci_arttext. Acesso em mai. 2024.

RUFINO, L. C.; MOREIRA, D. A. Lei Brasileira da Inclusão: apontamentos para a Educação mais humanizada. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v.18, n.4, p. 01-20, 2025.

Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/17004>. Acesso em abr. 2025.

SASSAKI, R. K. Atualizações semânticas na inclusão de pessoas: Deficiência mental ou intelectual? Doença ou transtorno mental? **Revista Nacional de Reabilitação**, ano IX, n. 43, mar./abr. 2002, p. 9-10.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 16 maio 2025.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990. Paris: UNESCO, 1990. Disponível em: <https://www.ie.uminho.pt/pt/Instituto/PublishingImages/Paginas/Nucleo-de-Educacao-para-os-Direitos-HumanosNEDHIEUM/declaracaoEducacaoTodosr.pdf>. Acesso em: 16 maio 2025.

VARGAS, Jaqueline Santos; GOBARA, Shirley Takeco. Interações entre o aluno com surdez, o professor e o intérprete em aulas de física: uma perspectiva Vygotskiana. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 3, p. 449-460, Jul.-Set., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/pt69bvxXz5bFFdy6GzDVVzK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em mai. 2024.

2. LEI BRASILEIRA DA INCLUSÃO: APONTAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO MAIS HUMANIZADA

Lei Brasileira da Inclusão: apontamentos para a Educação mais humanizada²

Brazilian Inclusion Law: notes for a more humanized Education

Ley de Inclusión Brasileña: notas para una Educación más humanizada

DOI: 10.55905/revconv.18n.4-157

Originals received: 12/03/2025

Acceptance for publication: 10/04/2025

Luciene Carla Silva Rufino

Débora Astoni Moreira

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma revisão que conecta aspectos da Lei Brasileira de Inclusão ao direito à educação da pessoa com deficiência, abordando os aspectos fundamentais dessa legislação, promulgada em 2015, com foco na promoção da inclusão no ambiente escolar. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) representa um avanço significativo na legislação nacional ao estabelecer diretrizes que garantem igualdade de condições e oportunidades para pessoas com deficiência, assegurando seu pleno desenvolvimento educacional e social. Como a referida Lei não é um documento exclusivamente voltado para a educação, buscamos destacar os aspectos que incitam uma educação mais humanizada, proporcionando melhorias no acesso e na permanência da pessoa com deficiência no ambiente escolar. Através de uma pesquisa bibliográfica exploratória e qualitativa, buscamos compreender como os dispositivos legais da LBI contribuem para a formação de uma educação inclusiva, analisando os desafios e as possibilidades presentes no contexto brasileiro. Nos levantamentos realizados, identificamos que a LBI estabelece princípios essenciais para a construção de um sistema educacional mais equitativo, garantindo desde a acessibilidade física e pedagógica até a formação de profissionais capacitados para atender às demandas educacionais das pessoas com deficiência. No entanto, apesar dos avanços proporcionados por essa legislação, ainda há barreiras significativas que dificultam a plena efetivação da inclusão.

Palavras-chave: Lei. Inclusão. Pessoa com Deficiência. Educação.

ABSTRACT

This paper presents a review that connects aspects of the Brazilian Inclusion Law to the right to education of people with disabilities, addressing the fundamental aspects of this legislation,

² Artigo Já publicado. RUFINO, L. C.; MOREIRA, D. A. Lei Brasileira da Inclusão: apontamentos para a Educação mais humanizada. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, v.18, n.4, p. 01-20, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/17004>. Acesso em abr. 2025.

enacted in 2015, with a focus on promoting inclusion in the school environment. The Brazilian Inclusion Law (LBI) represents a significant advance in national legislation by establishing guidelines that guarantee equal conditions and opportunities for people with disabilities, ensuring their full educational and social development. Since the aforementioned Law is not a document exclusively focused on education, we seek to highlight the aspects that encourage a more humanized education, providing improvements in the access and permanence of people with disabilities in the school environment. Through exploratory and qualitative bibliographic research, we seek to understand how the legal provisions of the LBI contribute to the formation of an inclusive education, analyzing the challenges and possibilities present in the Brazilian context. In the surveys carried out, we identified that the LBI establishes essential principles for the construction of a more equitable educational system, guaranteeing everything from physical and pedagogical accessibility to the training of professionals capable of meeting the educational demands of people with disabilities. However, despite the advances provided by this legislation, there are still significant barriers that hinder the full implementation of inclusion.

Keywords: Law. Inclusion. Person with Disabilities. Education.

RESUMEN

Este trabajo presenta una revisión que conecta aspectos de la Ley de Inclusión brasileña con el derecho a la educación de las personas con discapacidad, abordando los aspectos fundamentales de esta legislación, promulgada en 2015, con foco en promover la inclusión en el ambiente escolar. La Ley de Inclusión Brasileña (LBI) representa un avance significativo en la legislación nacional al establecer directrices que garantizan la igualdad de condiciones y oportunidades para las personas con discapacidad, asegurando su pleno desarrollo educativo y social. Como la citada Ley no es un documento centrado exclusivamente en la educación, buscamos resaltar los aspectos que fomentan una educación más humanizada, proporcionando mejoras en el acceso y permanencia de las personas con discapacidad en el ámbito escolar. A través de una investigación bibliográfica exploratoria y cualitativa, buscamos comprender cómo las disposiciones legales de la LBI contribuyen a la formación de una educación inclusiva, analizando los desafíos y posibilidades presentes en el contexto brasileño. En las encuestas realizadas identificamos que la LBI establece principios esenciales para la construcción de un sistema educativo más equitativo, garantizando desde la accesibilidad física y pedagógica hasta la formación de profesionales calificados para atender las demandas educativas de las personas con discapacidad. Sin embargo, a pesar de los avances que aporta esta legislación, aún existen importantes barreras que dificultan la plena implementación de la inclusión.

Palabras clave: Ley. Inclusión. Persona con Discapacidad. Educación.

1 INTRODUÇÃO

A integração social das pessoas com deficiência tem progredido ao longo do tempo, e uma das maneiras mais eficazes para alcançar isso é por meio da educação inclusiva, sobretudo porque a educação desempenha um papel decisivo na formação dos valores e comportamentos

que guiam uma sociedade, estabelecendo-se como uma condição essencial para a realização de outros direitos.

A partir dos levantamentos de Alderete (2022), compreendemos que a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil pode ser dividida em três grandes períodos: de 1854 a 1956, marcado por iniciativas de caráter privado; de 1957 a 1993, caracterizado por ações oficiais de âmbito nacional; e a partir de 1993, destacando-se pelos movimentos em prol da inclusão escolar. O movimento de inclusão surge da necessidade de superar paradigmas excludentes, buscando proporcionar a inserção social das pessoas com deficiência. Este ganhou visibilidade com Lei nº 10.098/2000, conhecida como Lei da Acessibilidade, que abrange a adequação estrutural de espaços públicos e privados.

Por muito tempo existiram movimentos para inserção das Pessoas com Deficiência (PcD), incentivando sua introdução em ambientes ou grupos sociais sem se preocupar com questões de adaptação ou adequações, ou mesmo com a disponibilização de recursos materiais mínimos para acessibilizar essa inclusão. Nesse contexto, o novo membro deveria se ajustar às regras existentes, e o termo próximo à inserção é a integração, considerada uma forma condicional de inserção que depende da capacidade do novo membro de se adaptar ao sistema escolar. Em outras palavras, o esquema permanece, e o indivíduo precisa se adaptar (Alderete, 2022), sendo muitas vezes responsabilizado, no caso de não se adequar ao meio.

No contexto atual, em contraposição à abordagem de integração, observamos um movimento de inclusão social das Pessoas com Deficiência (PcD). Essa abordagem aprimorada reconhece as necessidades essenciais para promover a inclusão, visando a transformar efetivamente a realidade de vida dessas pessoas, assegurando sua plena participação na sociedade (Alderete, 2022). Desse modo, a luta de mais de quarenta e cinco milhões de pessoas ganha respaldo por meio da elaboração de uma legislação abrangente, representando um avanço significativo na conquista de direitos e na superação da invisibilidade (Gonçalves; Machado, 2018).

Após um processo legislativo que perdurou por quinze anos, marcado por intensas batalhas e debates, fundamentado na Convenção da ONU, e regulamentando questões já previstas na Constituição Federal, foi promulgado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Nº 13.146/2015, que introduziu inovações ao apresentar soluções práticas que abrangem todas as áreas da vida das pessoas com deficiência (Rocha; Oliveira, 2022).

O surgimento do Estatuto ocorreu para normatizar o que já estava em vigor, mas não era devidamente respeitado, apenas reconhecido formalmente. Este é um período propício para discutir e efetivar os direitos das pessoas com deficiência, não havendo mais espaço para a

violação desses direitos e sua exclusão. Após décadas de luta, observamos a democracia sendo implementada, reconhecendo a imperatividade de garantir a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade (Gonçalves; Machado, 2018).

A partir da perspectiva apresentada buscaremos averiguar as nuances do direito à educação na Lei Brasileira de Inclusão, que embora não seja um normativo educacional, busca concretizar os direitos da pessoa com deficiência à educação, a partir de disposições de pontos sensíveis como acessibilidade, formação de professores, sistemas de ensino, educação inclusiva, tecnologia assistiva e planos institucionais adaptados, oferta de educação bilíngue em Libras, do ensino em libras e disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras, institucionalização do atendimento educacional especializado e oferta de profissionais de apoio escolar, viabilizando o acesso ao ensino regular de todas os alunos com ênfase na integração de estudantes com deficiência em salas comuns.

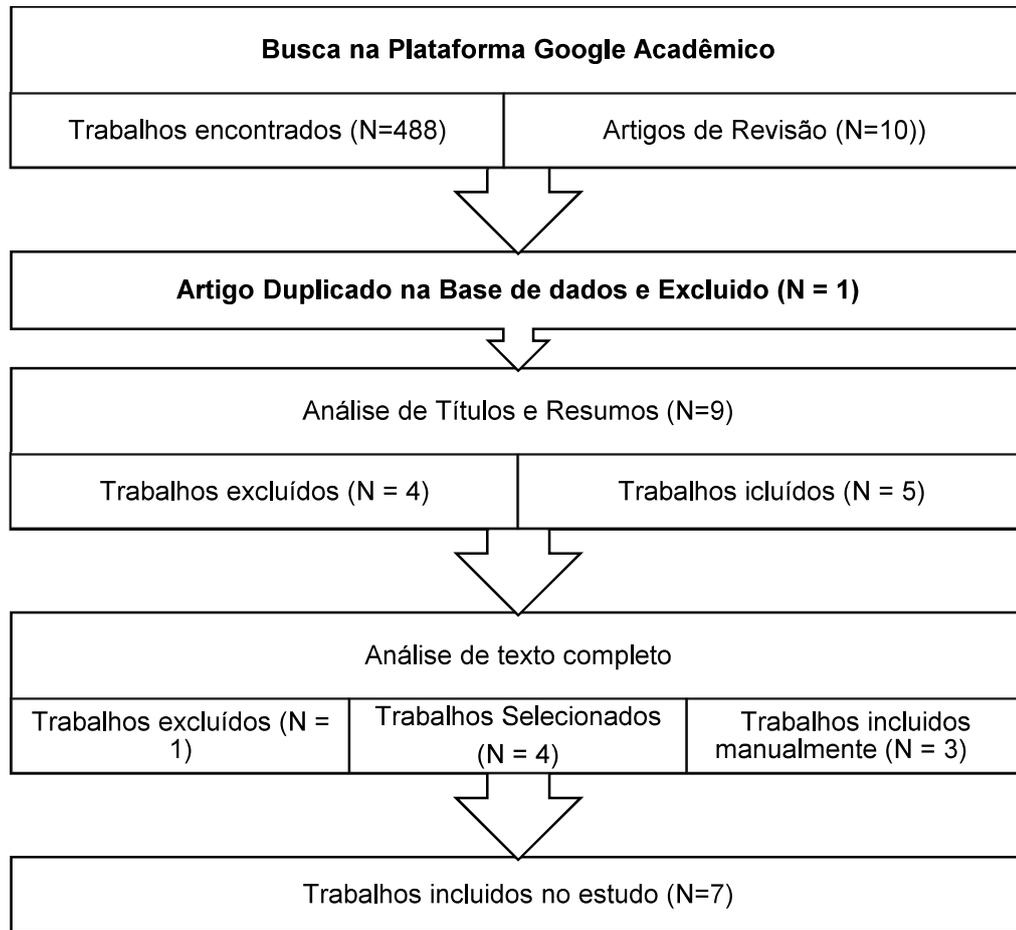
Diante disso, a partir de uma pesquisa exploratória bibliográfica, de cunho qualitativo, temos como objetivo geral avaliar os principais aspectos apontados na literatura que interseccionam o direito à educação ao Estatuto da Pessoa com deficiência, buscando compreender a relevância desse instrumento normativo para promoção da educação inclusiva.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O Este estudo consiste numa pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, realizada por meio de uma revisão da literatura. Assim, o estudo é baseado em uma revisão de literatura que abordou pesquisas relacionadas ao tópico proposto, explorando sua conexão entre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a educação inclusiva. A coleta de dados teve início no Google Acadêmico, abrangendo o período de 2015 a 2023. Como critérios de exclusão utilizamos trabalhos duplicados e/ou não disponíveis na íntegra em língua portuguesa. Posteriormente, foram adicionados três estudos provenientes do repositório Scielo, os quais estavam alinhados com a temática em questão.

As buscas foram realizadas em novembro de 2023, utilizando como descritores: "Lei 13146" and "educação" and "pessoa com deficiência" OR "Estatuto da Pessoa com Deficiência" and "educação". Para melhor visualização das etapas de triagem e coleta de dados, elaboramos o fluxograma a seguir:

Figura 1 - Fluxograma dos trabalhos encontrados e selecionados



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

As informações dos artigos escolhidos nesta revisão foram minuciosamente examinadas por meio de catalogação em planilha e fichamentos desenvolvidos exclusivamente para este estudo. Após a ordenação dos dados e a leitura integral de todas as publicações, procuramos identificar os elementos mais significativos, delineando as categorias temáticas a abordagem.

O quadro 1, apresentado a seguir, traz os artigos selecionados, após análise prévia, a partir dos critérios apresentados no percurso metodológico.

QUADRO 1-Trabalhos selecionados a partir de objetivo e relações com a Lei 12.146/2015

Autoria e Data	Título	Objetivo	Síntese conecta aos aspectos relacionados a Lei 13.146/2015
SCHAFHAUZER; SILVA (2023)	Inclusão de pessoas com deficiência visual no mercado de trabalho: uma revisão	Desenvolver uma pesquisa de revisão na literatura especializada, com foco exclusivo sobre a inclusão de	O artigo não tem foco na Lei em si, mas aborda algumas de suas perspectivas, sobretudo ao abordar questões relacionadas a profissionalização e ensino da PcD. Com os levantamentos apresentados é notamos que pensar em inclusão e

		deficientes visuais no mercado de trabalho.	acessibilidade nas organizações é um caminho sem volta, agrega benefícios às equipes e colabora para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária, porém trata-se de um tema que precisa ser mais valorizado.
GONÇALVES; MACHADO (2018)	Direito à diferença: desafios e possibilidades para concretização dos direitos de cidadania de pessoas com deficiência no Brasil	Analisar a falta de efetividade dos direitos de cidadania das pessoas com deficiência no Brasil.	É possível respaldar-se na legislação para que, mesmo diante de desafios, o primeiro passo para a inserção seja o direito garantido. Desse ponto de vista, a lei nº 13.146/15 estabelece diretrizes para a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. A inclusão laboral pode estar associada a uma melhor qualidade de vida. Fatores como independência financeira, satisfação pessoal, atingimento de metas e sobrevivência possibilitam, além disso, acesso à cultura, à educação e ao lazer; consequentemente, promovem integração social.
BORGES (2023)	Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no contexto escolar: uma revisão a partir de estudos acadêmicos.	Investigar como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é discutido em estudos acadêmicos na última década, dando destaque a elementos marcantes nas discussões e especificidades pedagógicas elencadas nos estudos, no contexto da educação inclusiva	Explora os aspectos da Lei nº 13.146 aproveitados na inclusão escolar, sob a perspectiva da necessidade de assegurar condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando sua participação plena e efetiva na sociedade, promovendo sua inclusão.
ALDERETE (2022)	O ensino de física na perspectiva inclusiva: uma revisão integrativa a partir do XXIII simpósio nacional de ensino de física.	Refletir sobre o ensino de Física e a adoção de ações educativas que tornam os conteúdos abordados acessíveis a estudantes com deficiência.	O autor apresenta reflexões sobre as ações educativas que tornam os conteúdos abordados acessíveis a estudantes com deficiência e estratégias para o ensino inclusivo, apontando também aspectos da legislação vigente em torno da inclusão e dificuldades enfrentadas.
GODOY, ET AL 2019	Legislação brasileira e a inclusão escolar de indivíduos	Verificar se a legislação brasileira vigente garante a efetiva inclusão escolar do indivíduo	Apesar de existir um número significativo de normas, a legislação vigente não viabiliza a real inclusão escolar. Os indivíduos com Distúrbios da Comunicação não

	com distúrbios da comunicação	com distúrbios da comunicação.	possuem uma legislação específica a qual poderia nortear as peculiaridades de cada Distúrbio, assim como as necessidades educacionais especiais de cada um. Desta forma, conclui-se que esses indivíduos necessitam de um amparo jurídico que respeite suas especificidades, para que a efetiva inclusão escolar aconteça.
ROCHA; OLIVEIRA (2022)	Análise textual pormenorizada da Lei Brasileira de Inclusão: perspectivas e avanços em relação aos direitos das pessoas com deficiência.	Efetuar uma análise textual pormenorizada da Lei Brasileira de Inclusão (LBI).	O trabalho identifica perspectivas e avanços em relação aos direitos das pessoas com deficiência com base, sobretudo na Lei 13146/2016. Identificou-se que a LBI é de suma importância para a construção de uma vida independente das pessoas com deficiência e foi estruturada de modo a trazer garantias de direitos, que, por anos, foram tidos como “favores” e/ou assistencialismo. Ela traz não só direitos sociais básicos, mas também civis e políticos, estimulando a retirada desses sujeitos da condição de extrema dependência que, em muitos casos, foram tratadas como incapazes.
PEREZ; SCHLÜNZEN; SCHLÜNZEN JUNIOR (2023)	Abordagens pedagógicas nas formações on-line de profissionais da educação básica para favorecer a inclusão: uma revisão de escopo	Compreender as evidências e as lacunas das abordagens pedagógicas e metodológicas das formações on-line de professores para a inclusão escolar de Estudantes Público-Alvo da Educação Especial (EPAEE) e o atendimento das políticas nacionais.	O artigo avalia questões relacionadas a formação dos professores para lidar com o Estudantes Público-Alvo da Educação Especial. Trata da Lei n. 13.146/2015, como uma mudança na forma como esses alunos são atendidos no sistema educacional. Menciona também aspectos importantes da lei para promoção da inclusão, e apresenta dados relevantes acerca da quantidade de pessoas com deficiência na escola regular, contexto que demanda ações efetivas para promoção da inclusão.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Ademais, cabe ressaltarmos que além dos trabalhos apresentados no quadro acima, também sopesamos normas e leis correlacionadas à inclusão da pessoa com deficiência, sobretudo analisamos detidamente a Lei nº 13146/2015, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, promulgada em 6 de junho de 2015, que tem fulcro no fortalecimento do direito à inclusão em diversas esferas públicas, como saúde, assistência social e educação, visando garantir e promover a realização dos direitos das pessoas com deficiência em condições de igualdade, buscando à inclusão social e cidadania.

3 LEI 13.146 DE 2015: ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Devido à histórica escassez de serviços públicos no Brasil e à grande demanda da população, a redação da Lei Brasileira de Inclusão foi concebida com a intenção contínua de avançar na garantia de direitos. Para efetivar os direitos de mais de quarenta e cinco milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência, o Estatuto da Pessoa com Deficiência realizou amplas alterações na legislação nacional, buscando alinhar o ordenamento jurídico brasileiro aos seus objetivos, eliminando incompatibilidades (Gonçalves; Machado, 2018).

Conforme discutido por Rocha e Oliveira (2022), em termos gerais, a lei em comento não se configura como um conjunto disperso de leis, mas sim como um documento coeso que integra de maneira harmônica o texto da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência à legislação do Brasil.

A Lei Brasileira de Inclusão aborda a pessoa com deficiência com ênfase na independência, autonomia e respeito às suas escolhas, afastando-se de uma abordagem puramente clínica e patologizante. Isso representa uma escolha normativa com alto valor axiológico, alinhada a uma visão contemporânea da pessoa com deficiência como um sujeito dotado de dignidade e com capacidade para controlar seu próprio destino DE FORMA AUTONOMA (Rocha; Oliveira, 2022).

Observamos que a lei, buscou uma certa consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), especialmente no artigo 5º, que lista os direitos e liberdades fundamentais de todos os cidadãos, constituindo uma das cláusulas pétreas da nossa Constituição. Portanto, o legislador, ciente das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência para desfrutar dessas garantias, opta por estabelecer uma lei que facilite o acesso e a fruição desses direitos em condições de igualdade para esse grupo.

Esse normativo surge em consonância com iniciativas globais e normativas nacionais, com o intuito de fomentar o processo de inclusão das pessoas com deficiência (Alderete, 2022). Com efeito, em seus artigos 1º e 2º, a legislação busca garantir a igualdade de condições e o pleno exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, com o intuito de promover ativamente sua participação na sociedade e alcançar sua inclusão (Borges, 2023).

A partir do que constataam Gonçalves e Machado (2018), percebemos que o Estatuto da Pessoa com Deficiência foi de extrema importância para promover uma conscientização inclusiva, tendo em vista que o seu propósito é efetivar os direitos que foram negados aos

cidadãos com deficiência, intensificando sua integração em todos os aspectos da sociedade. Seu propósito não é a concessão de privilégios, mas sim garantir os direitos desses indivíduos, promovendo a igualdade de oportunidades, assegurando a autonomia e garantindo acessibilidade às pessoas com deficiência (Rocha; Oliveira, 2022).

3.1 A EDUCAÇÃO NA LEI 13146

Um dos aspectos mais significativos na Lei Brasileira de Inclusão aborda a educação, um direito intimamente ligado ao princípio da igualdade. O embasamento constitucional do direito à educação, que serviu de inspiração para o Estatuto da Pessoa com Deficiência, está presente nos artigos 6º, 205 e 208, inciso III (Gonçalves; Machado, 2018).

A Lei nº 13146/2015 foi criada e aprovada com a intenção de fortalecer o direito à inclusão em várias esferas públicas, incluindo saúde, assistência social e educação (GONÇALVES; MACHADO, 2018). O sistema educacional deve adotar uma abordagem inclusiva em todos os níveis de ensino, ao longo de toda a vida do estudante (Brasil, 2015). Isso significa proporcionar as condições para que o aluno atinja o desenvolvimento máximo de seus talentos, habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, respeitando suas características individuais e interesses (Brasil, 2015).

No contexto do direito à educação, conforme estabelecido no capítulo IV desta legislação, mais precisamente no Art. 27, parágrafo único, destaca-se que é responsabilidade do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade garantir educação de excelência às pessoas com deficiência (Brasi, 2015). Essa afirmação enfatiza a importância de oferecer ao aluno oportunidades para seu desenvolvimento integral, protegendo-o contra qualquer forma de violência e discriminação (Borges, 2023).

No que diz respeito à educação, conforme estabelecido no artigo 27, a lei enfatiza que as escolas e universidades têm a responsabilidade de promover a inclusão abrangente das pessoas com deficiência, assegurando o acesso, a permanência e a participação plena em todas as atividades educacionais. Dentro dos diversos dispositivos desta legislação, merece destaque aqueles relacionados ao aprimoramento de métodos e técnicas pedagógicas, ao desenvolvimento de equipamentos e recursos de Tecnologia Assistiva, à capacitação de professores para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, ao ensino do sistema Braille e à garantia de acessibilidade para estudantes e profissionais da educação. Essas disposições visam criar um ambiente educacional mais inclusivo e acessível para todos,

promovendo uma educação que atenda às necessidades diversificadas dos alunos com deficiência. (Perez; Schlünzen; Schlünzen Junior, 2023).

Godoy et al. (2019), destaca a referida legislação como o mais recente registro oficial identificado na legislação brasileira referente à inclusão escolar de pessoas com deficiência. Notamos que o objetivo principal desse documento é garantir e promover, em igualdade de condições, o pleno exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por parte das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Retomando as perspectivas da inclusão escolar a partir da Lei Brasileira de Inclusão Alderete (2022) constata que a legislação enfatiza a responsabilidade do governo em assegurar oportunidades de acesso e continuidade na educação básica e superior para indivíduos com deficiência. Destacamos ainda a importância de adaptar o ambiente físico e capacitar os profissionais da educação, com o objetivo de assegurar o pleno direito à aprendizagem.

Ao possibilitar que todos tenham acesso a uma educação universal em condições equitativas, a verdadeira isonomia pode ser alcançada, a Lei Brasileira de Inclusão procura garantir igualdade de acesso à educação para pessoas com deficiência (Gonçalves; Machado, 2018). Neste sentido, compreendemos que o objetivo do Estatuto é efetivar uma educação inclusiva, garantindo o acesso completo das pessoas com deficiência ao sistema educacional. O que para Gonçalves e Machado (2018) implica na eliminação da segregação em "classes especiais", assegurando que todos os alunos compartilhem o mesmo currículo, experiências, espaços e desfrutem plenamente do direito à educação.

Vemos que há uma tentativa de aprimorar os sistemas educacionais, visando garantir condições que permitam o acesso, a permanência, a participação e o aprendizado, por meio da disponibilização de serviços e recursos de acessibilidade, eliminando barreiras e promovendo a inclusão integral (Alderete, 2022).

Diante do exposto, notamos que ao abordar o direito à educação para pessoas com deficiência, a legislação estabelece a responsabilidade do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade em garantir uma educação de excelência, protegendo contra discriminação e violência. Esse compartilhamento de responsabilidades precisa ser melhor trabalhado pelas ações e políticas públicas no sentido de fortalecer os compromissos de cada cidadão com suas responsabilidades.

Ademais, a implementação efetiva das disposições trazidas pela LBI, as quais viabilizam o acesso, permanência e participação das pessoas com deficiência nas escolas, ainda enfrenta desafios, abarcando a adaptação do ambiente físico, aprimoramento de métodos pedagógicos e a capacitação adequada de profissionais da educação.

3.2 RESPONSABILIDADE DAS ESCOLAS E PROBLEMAS PERSISTENTES

O Artigo 28 da Lei 13146/2015 representa uma abordagem revolucionária ao definir uma série de responsabilidades para as instituições de ensino regular no que diz respeito ao atendimento de indivíduos com necessidades especiais. Esse dispositivo legal busca assegurar que todas as pessoas, independentemente de suas condições, tenham acesso igualitário à educação (Brasil, 2015). Ao enumerar essas obrigações, a legislação visa criar um ambiente inclusivo nas escolas, promovendo a participação ativa e efetiva de todos os alunos.

Como destacam Gonçalves e Machado (2018), desde 2016, as escolas não têm permissão para recusar a admissão de indivíduos com qualquer forma de deficiência. As alterações necessárias para cumprir com essa regulamentação abrangem não apenas aspectos estruturais, mas também modificações de natureza pedagógica.

Para garantir uma oferta educacional adequada às pessoas com deficiência, as escolas devem providenciar recursos apropriados, como profissionais de apoio, salas de recursos, materiais adaptados, instrução em Libras, implementação do sistema braille, entre outros. Para garantir a conformidade com as disposições da Lei Brasileira de Inclusão, é proibido que instituições particulares de ensino cobrem valores adicionais em mensalidades, matrículas, anuidades ou qualquer outra taxa (Gonçalves; Machado, 2018).

Acreditamos que essas medidas são essenciais para a promoção da igualdade educacional, eliminando barreiras e criando condições que permitam o pleno desenvolvimento acadêmico, social e emocional de estudantes com necessidades especiais. Ao reconhecer a diversidade das necessidades individuais, o Artigo 28 destaca a importância de uma abordagem personalizada e inclusiva, desafiando concepções tradicionais e impulsionando uma transformação significativa no cenário educacional. Essa disposição legal, portanto, desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva, em que todos os indivíduos têm a oportunidade de acessar e desfrutar plenamente do ambiente educacional.

Entretanto, apesar de ressaltar a importância de adaptar as instituições e de capacitar o corpo docente, não existem mecanismos disponíveis para verificar efetivamente a implementação da inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais na educação básica. É perceptível que, mesmo com todo o respaldo legal, a matrícula desses alunos em escolas regulares suscita debates sobre a infraestrutura física e os recursos humanos necessários

para proporcionar um atendimento satisfatório, garantindo que esses estudantes tenham as mesmas oportunidades de aprendizado que os demais colegas (Alderete, 2022).

Não podemos deixar de mencionar que, quando a Lei foi promulgada as instituições de ensino particulares não queriam cumprir com seu papel. Como bem lembrado por Gonçalves e Machado (2018), a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) moveu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal, argumentando que a responsabilidade pela inclusão de pessoas com deficiência deve ser exclusiva do Estado brasileiro. Isso permitiria que as instituições de ensino privadas escolhessem quem teria ou não acesso às suas instalações.

Entretanto, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a seccional da OAB do Distrito Federal, a Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), a Federação das Associações de Síndrome de Down (FBASD) e a Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (Ampid) solicitaram ao Supremo Tribunal Federal para participar como *amici curiae* na ADI, todos se opondo à petição da Confenen. O Supremo Tribunal Federal rejeitou a Ação Direta de Inconstitucionalidade 5357, movida pela Confenen, contra algumas partes da Lei 13146/2015. Esse veredito destaca a eficácia do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ratificando a necessidade legal, plenamente respaldada pela Constituição Federal, de não haver exceções no que diz respeito à educação inclusiva.

Acreditamos que é por fatos como esse que Godoy et al (2019) considera que uma vez mais, uma legislação elaborada com o propósito de incluir os estudantes com deficiência nas escolas serve apenas como asseguradora de direitos, porém não efetua a inclusão de maneira prática. Isso porque, não haverá a plena inclusão se todos os seus atores não compreenderem a necessidade de as demandas educacionais especiais serem conduzidas de maneira minuciosa, permitindo a avaliação abrangente dos estudantes em diversos aspectos (acadêmicos, psicológicos, físicos, ambientais, sociais, entre outros). Quando necessário, devem ser implementadas adaptações e intervenções curriculares específicas para assegurar a efetiva aprendizagem.

A resistência inicial de instituições particulares, como destacado no caso da ADI movida pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, ressalta a necessidade contínua de conscientização e aplicação prática da legislação. A crítica à implementação da legislação destaca que, apesar dos avanços legais, a transformação social requer uma compreensão mais profunda e uma abordagem crítica para superar desafios persistentes na busca por uma educação verdadeiramente inclusiva no Brasil.

Corroborando com esse pensamento Gonçalves e Machado (2018) observaram um notável descompasso na implementação efetiva dos direitos da PcD, no sentido que apesar do reconhecimento formal, a concretização dos direitos adquiridos enfrenta consideráveis desafios. A sociedade brasileira, marcada pela falta de empatia, e o afastamento da Filosofia pelo Direito, contribuíram para limitar as discussões jurídicas à sua abordagem técnica. A superficialidade teórica na comunidade jurídica torna difícil a análise crítica e questionamentos que busquem transformações sociais. O tecnicismo jurídico, ao negligenciar a realidade, propicia a criação de ficções jurídicas e perpetua disparidades injustas (Gonçalves; Machado, 2018).

Além disso, não podemos olvidar que, mesmo os direitos estando assegurados em lei, eles também devem ser incluídos nos regulamentos escolares (Borges, 2023), como estabelecido na Lei o projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (Brasil, 2015), o que novamente acentua a importância de todos compreenderem e praticarem a inclusão.

A legislação brasileira atual respalda e promove a educação inclusiva. No entanto, esses direitos não são implementados de maneira eficaz, incluindo o respeito à diversidade e a capacitação técnica da comunidade escolar em relação aos procedimentos necessários para a inclusão de todos os estudantes (Gonçalves; Machado, 2018). Isso requer investimentos específicos na formação de professores e maior conscientização da sociedade de seus direitos e deveres no atendimento às leis com responsabilidade social.

A imposição de responsabilidades às instituições de ensino reflete uma abordagem transformadora na promoção da igualdade de acesso à educação no Brasil. O foco em criar ambientes inclusivos nas escolas, oferecendo recursos e suportes adequados, é essencial para garantir a participação efetiva de todos os alunos. Porém, falta de mecanismos eficazes para verificar a implementação da inclusão na educação básica, evidenciada pela ausência de recursos para adaptar as instituições, destaca a distância entre o respaldo legal e a efetiva inclusão.

3.3 AMPLIAÇÃO DOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE DA PCD: CONTRIBUTOS PARA PROFISSIONALIZAÇÃO E INCLUSÃO DA PCD NO MERCADO DE TRABALHO

Em uma sociedade que se acostumou ao paradigma centrado em preceitos de "normalidade", ser pessoa com deficiência já carrega um estigma de desigualdade em relação aos demais, somado a isso a falta de instrução compromete a preparação profissional (Schafhauzer; Silva, 2023). É nesse contexto que as iniciativas de inclusão na educação têm como objetivo reduzir a disparidade educacional entre as pessoas com deficiência, aumentando assim suas oportunidades de ingresso no mercado de trabalho (Schafhauzer; Silva, 2023).

Como revelado nos estudos de Schafhauzer e Silva (2023), as pessoas com deficiência enfrentam uma trajetória escolar não concluída, evidenciando as lacunas educacionais que muitas delas experimentam. São poucas as que conseguem prosseguir com sua formação educacional, obter qualificação profissional e desenvolver habilidades comportamentais e tecnológicas, que são cada vez mais demandadas.

Neste viés, notamos que a escolarização facilita a inserção no mercado de trabalho para todos. No entanto, ao superar os desafios da inclusão escolar, como a escassez de materiais didáticos em braille e a falta de acessibilidade a muitas informações online, pessoas com deficiência se deparam com a complexa realidade de encontrar espaço no mercado de trabalho (Schafhauzer; Silva, 2023).

Além disso, antes da Lei 13146/2015 havia também um outro agravante. O fato dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), perderem o benefício ao ingressarem no mercado de trabalho formal desestimulava a profissionalização e incentivava o trabalho informal das pessoas com deficiência. Como bem expressa Gonçalves e Machado (2018), além da falta de acesso à educação para esse grupo vulnerável, o que impede a aquisição da qualificação necessária para ingressar no mercado de trabalho; também há o agravante de que quando uma pessoa com deficiência assegura um emprego formal, ela perde o auxílio estatal conhecido como Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Embora o BPC auxilie na subsistência das famílias beneficiadas, ele também cria obstáculos para que as pessoas com deficiência busquem oportunidades de trabalho, levando-as muitas vezes a optar pela informalidade (Gonçalves; Carvalho, 2023). Contudo, esse problema foi atenuado com o "auxílio-inclusão", previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e foi regulamentado pela Lei nº 14.176/2021, de modo que embora seja suspenso o BPC, a alteração, implementada pela Lei Brasileira de Inclusão, incentiva o desenvolvimento do cidadão com deficiência em relação ao acesso ao mercado de trabalho formal (Gonçalves; Carvalho, 2023).

Com o auxílio inclusão, estimula-se a entrada da PcD no mercado de trabalho, e consequentemente, incentiva-se a formação e profissionalização desse público, o que contribui para maiores níveis educacionais das pessoas com deficiência. Neste sentido, para Gonçalves e

Machado (2018) o "auxílio-inclusão" foi criado com o objetivo de transformar a realidade de muitas pessoas com deficiência. Esse benefício é destinado àqueles que ingressam no mercado de trabalho formal, proporcionando uma renda adicional, o que incentiva os indivíduos abrirem mão do benefício em prol de receber uma remuneração, além do salário.

A viabilidade da integração no mercado de trabalho para pessoas com deficiência busca diminuir a dependência de assistência, uma vez que o assistencialismo em si está fundamentado na ideia de improdutividade social (Schafhauzer; Silva, 2023). Com a profissionalização as pessoas com deficiência reduzem as desvantagens competitivas e não ficam restritas a subempregos, o que é um ponto extremamente importante para que a inclusão de opere de forma efetiva em nosso país.

3.3.1 Cotas

Outra consideração relevante presente na Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13146) aborda a implementação de cotas, o que para Gonçalves e Mechado (2018) tem o objetivo de promover igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência e promover a integração social. Para Schafhauzer e Silva (2023) as cotas incitam o desenvolvimento de novas competências relacionadas a gestão do trabalho das pessoas com deficiência, a necessidade de adequação do ambiente de trabalho e das práticas laborais. Entendemos que tais relações também se aplicam as instituições de ensino, visto que também precisaram, e ainda precisam, desenvolver nos profissionais e nos alunos as competências, habilidades e atitudes necessárias para promover a efetivamente a inclusão.

Exemplos dessas cotas, conforme regulamentado pela legislação, incluem: dez por cento das vagas em instituições de ensino superior e instituições profissionalizantes, dois por cento das vagas em estacionamento, cinco por cento dos veículos de autoescolas adaptados, dez por cento das concessões de táxis para motoristas, dez por cento dos computadores adaptados em lan-houses e cinco por cento das vagas em empresas com mais de cem empregados (Brasil, 2015).

Além disso, na LBI ainda se obriga que as empresas privadas com mais de 100 funcionários, reservem de vagas para pessoas com deficiência. Essa medida visa assegurar que essas empresas contribuam efetivamente para a inclusão social, proporcionando oportunidades de emprego a um segmento da população que historicamente enfrentou desafios significativos no acesso ao mercado de trabalho.

No âmbito do emprego público, a legislação também preconiza a reserva de vagas para pessoas com deficiência em concursos, uma política importante para corrigir desigualdades e promover a participação ativa dessas pessoas nos diversos setores da administração pública.

Acreditamos que as determinações atinentes à reserva de vagas para pessoas com deficiência, especialmente a criação de cotas para ingresso em universidades e em empregos públicos e privados, contribuem para promoção da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e ampliação da equidade de oportunidades. Essa medida busca não apenas atender aos preceitos legais, mas também promover uma sociedade mais inclusiva e justa, além de também fortalecerem os princípios de responsabilidade social e respeito aos direitos fundamentais de cada cidadão.

3.4 GESTÃO DA DIVERSIDADE – APRENDIZAGENS PARA OS INCLUÍDOS E PARA A SOCIEDADE COMO TODO

Não poderíamos deixar de destacar que a implementação de cotas não apenas atende a um imperativo legal, mas também reflete a busca por uma sociedade mais inclusiva e diversificada. A diversidade no ambiente de trabalho e nas escolas não só enriquece as equipes com diferentes perspectivas e habilidades, mas também contribui para a quebra de estigmas e estereótipos associados às pessoas com deficiência.

Nesta visão, embora não seja uma questão restrita ao âmbito educacional a inclusão promovida pela lei em estudo, tem um benefício de mão dupla, como bem destacam Schfhauzer e Silva (2023). Trata-se da gestão da diversidade. Nos trabalhos desses autores a importância da diversidade é comentada no contexto das relações de trabalho, salientando o quanto as empresas e organizações ganham, quando assumem a inclusão não somente como um desafio, mas também como uma oportunidade.

Obter conhecimento sobre deficiências, conviver e interagir com esse contexto contribui para dismantlar preconceitos, trazendo benefícios significativos ao ambiente de trabalho (Schafhauzer; Silva, 2023). Acreditamos que tais considerações podem ser estendidas ao ambiente escolar, no sentido de que não somente a PcD é beneficiada, mas sim todos os alunos ganham e aprendem algo importante.

Neste viés, Gonçalves e Machado (2018) mencionam que, ao contrário do que possa inicialmente parecer, a educação inclusiva não influencia apenas os alunos que estão sendo incorporados, mas também impacta aqueles que já faziam parte do ensino regular, mas que antes estavam confinados em experiências padronizadas. Agora, esses alunos terão a

oportunidade de conviver com modos distintos de existência, abrindo-se para o contato com o outro, aprendendo com as dificuldades de todos e contribuindo para a construção de um mundo mais inclusivo e humanizado.

Com base nessas considerações percebemos que ao promover a inclusão, é necessário que tanto a sociedade quanto o indivíduo incluído reavaliem seus conceitos e modelos. Esse processo assegurará a aprendizagem e a participação equitativa na era pós-moderna, caracterizada por uma diversidade global, sem restrições de papéis ou territórios específicos para pessoas com ou sem deficiência (Schafhauzer; Silva, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos que a preocupação com a educação das pessoas com deficiência não é recente, há um longo período o Brasil vem caminhando para promover a inclusão. Contudo, sem dúvida o marco da inclusão da PcD é a Lei Brasileira da Inclusão pois, determina o reconhecimento legal desse segmento e seus direitos, trazendo responsabilidades e assegurando direitos de forma altamente inovadora e revolucionárias, com fundamento especial na dignidade humana, igualdade e inclusão.

Em consonância com movimentos globais e marcos legais nacionais, a promulgação da Lei 13146 em julho de 2015 evidencia o comprometimento com princípios internacionais e as ações locais voltadas para a integração da pessoa com deficiência. Esta medida representa uma sincronia com as diretrizes estabelecidas tanto em nível internacional quanto no contexto nacional, destacando a busca por uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Ao adotar essa legislação, o Brasil reforça seu compromisso com a promoção dos direitos e da participação plena das pessoas com deficiência na sociedade, almejando superar barreiras e construir um ambiente mais acessível e equitativo para todos.

A legislação abrange todos os níveis e modalidades de ensino, buscando garantir que estudantes com deficiência alcancem seu pleno desenvolvimento. Incentiva o uso de tecnologia assistiva e a implementação de Planos de Desenvolvimento Individual, visando adaptar o ensino às necessidades específicas de cada aluno com deficiência. O conjunto da lei busca promover a igualdade de oportunidades e garantir o pleno exercício dos direitos fundamentais no contexto educacional.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) enfatiza a educação inclusiva, assegurando a oferta de ensino regular para todos os alunos, promovendo a inclusão de estudantes com deficiência em classes comuns. Destaca a importância da

acessibilidade no ambiente educacional, exigindo adaptações nos espaços físicos e materiais didáticos. Além disso, ressalta a necessidade de formação adequada de professores para atender às demandas da diversidade.

Notamos que a legislação que apresentamos é um divisor de águas diante das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência para desfrutar de seus direitos e garantias, mas ainda precisamos avançar, é essencial efetivar os direitos formalmente reconhecidos, possibilitando que o Direito cumpra seu papel de agente transformador da realidade social. Para isso, acreditamos que o principal agora é tornarmos efetivas as disposições legais, e sobretudo trabalharmos em prol da empatia e do respeito, para que toda a sociedade reconheça as necessidades da pessoa com deficiência e contribua para que seus direitos sejam consolidados efetivamente.

Ao estabelecer diretrizes claras para as instituições de ensino e garantir medidas que visam à inclusão, a legislação reflete um compromisso com a igualdade educacional. Apesar disso, a efetividade da LBI ainda enfrenta desafios na prática e a implementação consistente das adaptações necessárias, a capacitação adequada de profissionais da educação e a superação de barreiras estruturais continuam sendo áreas que demandam atenção.

No mais, a resistência inicial de algumas instituições, evidenciada em disputas legais apresentadas, destaca a necessidade de uma mudança cultural mais ampla em prol da inclusão. A eficácia da lei depende não apenas de seu respaldo legal, mas também da conscientização da sociedade e do comprometimento contínuo de todos os atores envolvidos. Em última análise, a busca por uma verdadeira inclusão escolar para pessoas com deficiência exige não apenas leis robustas, mas um esforço coletivo e constante para transformar aspirações legais em realidades educacionais inclusivas e acessíveis.

REFERÊNCIAS

ALDERETE, Noelia Janina Alves. **O ensino de física na perspectiva inclusiva: uma revisão integrativa a partir do XXIII simpósio nacional de ensino de física**. 2022. 96 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu-Pr, 2022. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6212>. Acesso em nov. 2024.

BORGES, Fernanda da Silva. **Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no contexto escolar: uma revisão a partir de estudos acadêmicos**. 44f. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Osório, 2022. Disponível em: <https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/handle/123456789/2884>. Acesso em nov. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 14.176 de 22 de junho de 2021**. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

GODOY, Vanessa Boldarini de et al. Brazilian legislation and the school inclusion of individuals with communication disorders. **Revista CEFAC**, v. 21, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/Gq678m3zzD6b5PJ3BjwTNDz/?lang=en>. Acesso em nov. 2024.

GONÇALVES, Fábio Marques; MACHADO, Monise Pedreiro. Direito à diferença: desafios e possibilidades para concretização dos direitos de cidadania de pessoas com deficiência no Brasil. **Revista Direito UFMS**, v. 4, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revdir/article/view/5150>. Acesso em nov. 2024.

PEREZ, Daniela Jordão Garcia; SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya; SCHLÜNZEN JUNIOR, Klaus. Abordagens pedagógicas nas formações on-line de profissionais da educação básica para favorecer a inclusão: uma revisão de escopo. **EccoS–Revista Científica**, n. 65, p. e24582-e24582, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/24582/10269>. Acesso em nov. 2024.

ROCHA, Luiz Renato Martins da; OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. Análise textual pormenorizada da Lei Brasileira de Inclusão: perspectivas e avanços em relação aos direitos das pessoas com deficiência. **Práxis Educativa**, v. 17, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-43092022000100114&script=sci_arttext. Acesso em nov. 2024.

SCHAFHAUZER, Luciana Muniz Bezerra; SILVA, Cleomacio Migue dal. Inclusão de pessoas com deficiência visual no mercado de trabalho: uma revisão. **Diversitas Journal**, v. 8, n. 3, p. 3088-3104, 2023. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/2353. Acesso em nov. 2024.

3. ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA CAPNE NO IFTM - CAMPUS PARACATU

A atuação da CAPNE no IFTM - Campus Paracatu: percepções sobre inclusão e desafios institucionais

CAPNE's performance at IFTM - Paracatu Campus: perceptions on inclusion and institutional challenges

Luciene Carla Silva Rufino

Debora Astoni Moreira

Resumo: Neste artigo analisamos a atuação da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE) no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu, com o objetivo de compreender como o setor contribui para a promoção da inclusão escolar. A pesquisa foi conduzida com base em uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, e utilizou como instrumento de coleta de dados a aplicação de questionários direcionados a alunos, servidores docentes, técnicos administrativos e à própria equipe da CAPNE. As respostas foram organizadas e analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados revelaram percepções distintas entre os grupos envolvidos. Enquanto a equipe da CAPNE demonstrou satisfação com suas funções e reconheceu o papel central do setor na inclusão, também apontou desafios significativos, como a carência de capacitação contínua e de profissionais especializados. Por outro lado, os servidores e alunos, reconheceram parcialmente a importância do setor, mas revelaram desconhecimento sobre suas ações e limitações no acesso aos serviços prestados. Concluimos que o fortalecimento da comunicação institucional, o investimento na capacitação dos servidores e o aprimoramento da estrutura física e de pessoal da CAPNE são essenciais para ampliar o impacto do setor no contexto educacional analisado, bem como ressaltamos a necessidade de promover uma cultura institucional de inclusão, sob a prerrogativa que não basta reconhecermos a CAPNE como um setor importante e indispensável, é fundamental que todos, enquanto comunidade escolar, se engaje de forma efetiva em sua valorização.

Palavras-chave: Acessibilidade. Atendimento educacional especializado. CAPNE. Educação inclusiva. Inclusão. Necessidades educacionais específicas.

Abstract: In this article, we analyze the performance of the Center for Assistance to People with Specific Educational Needs (CAPNE) at the Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Paracatu Campus, with the aim of understanding how the sector contributes to the promotion of school inclusion. The research was conducted based on a qualitative, descriptive approach, and used questionnaires directed to students, teaching staff, administrative technicians and the CAPNE team itself as a data collection instrument. The responses were organized and analyzed using the content analysis technique. The results revealed different perceptions among the groups involved. While the CAPNE team demonstrated satisfaction with their functions and recognized the central role of the sector in inclusion, they also pointed out significant challenges, such as the lack of continuous training and specialized professionals. On the other hand, the staff and students partially recognized the importance of the center, but revealed lack of knowledge about its actions and limitations in accessing the services provided. We conclude that strengthening institutional communication, investing in staff training, and improving CAPNE's physical

and personnel structure are essential to expanding the sector's impact in the educational context analyzed. We also emphasize the need to promote an institutional culture of inclusion, based on the premise that it is enough to recognize CAPNE as an important and indispensable sector; it is essential that everyone, as a school community, engages effectively in its appreciation.

Keywords: Accessibility. Specialized educational services. CAPNE. Inclusive education. Inclusion. Specific educational needs.

1 Introdução

Neste artigo temos como objetivo registrar e interpretar as características da atuação da CAPNE do IFTM-Campus Paracatu, apresentando a visão dos alunos e servidores sobre o atendimento ofertado e as ações realizadas para a promoção da inclusão, bem como a atuação da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE-PTU).

Diante disso, buscaremos responder “Quais são os principais desafios enfrentados pela CAPNE do IFTM Campus Paracatu na promoção da inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas, e de que forma as percepções de estudantes e servidores evidenciam a necessidade de melhorias na divulgação, capacitação e articulação do setor?”

Para tanto inicialmente precisamos contextualizar a atuação dos setores de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas no âmbito das instituições federais de ensino, as quais possuem uma estrutura própria, e muitas vezes diversa daquelas encontradas em outras redes públicas.

Sob esse enfoque, é necessário compreendermos que, os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) são fundamentais para a promoção da inclusão escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) por, segundo Negri (2025), desenvolverem o atendimento a estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais.

A Educação Profissional e Tecnológica tem, como um de seus princípios, a busca pela formação de cidadãos plenos, com a capacidade de atuar de forma competente e crítica na sociedade. Esse objetivo, conforme destacam Cardoso e Bastos (2024), deve ser garantido por meio de uma educação inclusiva, que abarca as necessidades dos alunos com deficiências ou outras especificidades.

Com efeito, é importante compreendermos que a educação é um direito fundamental das pessoas com deficiência, assegurado por um sistema educacional inclusivo que abrange todos os níveis de ensino e proporciona aprendizado ao longo da vida. Esse princípio foi

reforçado pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que busca assegurar que cada indivíduo desenvolva plenamente suas habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, respeitando suas especificidades e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

Conforme estabelecido no artigo 1º da Lei nº 13.146/2015, o objetivo principal dessa legislação é garantir e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (Brasil, 2015). Assim, vemos que a legislação busca assegurar que cada indivíduo desenvolva plenamente suas habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, respeitando suas especificidades e necessidades de aprendizagem.

Em continuidade, reforçando o compromisso do Estado com a inclusão educacional, garantindo não apenas o ingresso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência no ensino técnico e superior, em 2016, a Lei nº 13.409 alterou a Lei nº 12.711/2012 para garantir a reserva de vagas para estudantes com deficiência no ensino público federal, aumentando a quantidade de estudantes da Educação Especial nos Institutos Federais.

A Educação Especial, que se articula com a Educação Profissional, tem sido uma ferramenta essencial na criação de uma sociedade mais inclusiva (Negri *et al.*, 2025). Com efeito, evidenciamos que a inclusão de pessoas com deficiência nos cursos oferecidos pelos Institutos Federais não se limita ao simples ingresso no ambiente acadêmico, mas também envolve sua permanência e sucesso, considerando suas necessidades educacionais.

Como bem apontado por Gusmão (2023), notamos que, com o propósito de garantir o direito à educação e ao atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, as políticas públicas brasileiras têm avançado para criar um sistema mais democrático e acessível.

O panorama legal tem estabelecido diretrizes para efetivação da equidade, evidenciando à necessidade de garantir oportunidades iguais a todos os educandos, eliminando ou minimizando barreiras que possam dificultar sua participação plena na sociedade. A efetivação dessas leis, juntamente com as diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que prevê a oferta de uma educação inclusiva em todos os níveis e etapas de ensino, tem sido fundamental para garantir o direito à educação a todos os cidadãos, incluindo aqueles com deficiências. A inclusão, portanto, deve ser vista como um direito e não como um benefício, conforme assegurado pela legislação brasileira.

Para tanto, percebemos que os serviços educacionais precisam ser planejados e estruturados com base nas necessidades específicas de cada estudante, garantindo o uso de recursos diferenciados para promover oportunidades justas e acessíveis. É justamente nesse contexto que Franco e Vilaronga (2021, p.1) destacam que “os Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE veem realizando várias atuações com estudantes Público-Alvo da Educação Especial – PAEE”, tornando-se conforme Gusmão (2023) referência para a educação do estudante público-alvo da educação especial (PAEE) no contexto da Rede Profissional e Tecnológica.

Assim, os NAPNEs atuam de maneira estratégica para garantir que a educação não seja um processo fragmentado, mas sim integrador, promovendo um ambiente escolar acessível a todos (Cardoso; Bastos, 2024). Em consonância com as políticas educacionais, a atuação dos NAPNEs visa eliminar as barreiras físicas, atitudinais e pedagógicas que podem dificultar a plena participação dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

No IFTM, incluindo o Campus Paracatu, esse núcleo recebe a denominação de CAPNE, uma vez que visando expandir as suas ações ele passou a ter um coordenador com equipe própria. Neste ínterim, é importante mencionar que embora as definições de siglas para os para os NAPNEs não sejam unânimes, o objetivo é comum: esses núcleos constituem-se como o setor que realiza um movimento voltado para inclusão escolar dentro dos IFs (Franco; Vilaronga, 2021).

Para Vilaronga *et al.* (2021) a criação desses núcleos foi uma das respostas à necessidade de uma política pública inclusiva nas instituições de ensino, buscando promover uma educação acessível, adaptada às diversas realidades dos estudantes. Sua criação ocorreu no âmbito do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC NEP), que visava garantir o acesso desse público aos cursos da Rede Federal de Educação Tecnológica, promovendo sua inserção no mundo do trabalho e sua independência econômica (Gusmão, 2023).

Franco e Vilaronga (2021) relatam que a SETEC, por meio da Diretoria de Políticas e Regulação de Educação Profissional e Tecnológica (DPR), elaborou um documento orientador para definir o funcionamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Embora tenha circulado entre os institutos federais, esse material nunca foi oficialmente publicado (Franco e Vilaronga, 2021).

O conceito de núcleo apresentado no documento resultou de uma construção coletiva, sendo descrito como um setor das instituições de educação profissional voltado à articulação de pessoas e setores para fomentar a "educação para a convivência". O foco estava na aceitação

da diversidade e na superação de barreiras físicas, educacionais e atitudinais que dificultam a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes (Franco e Vilaronga, 2021).

Com base nessa perspectiva, Franco e Vilaronga (2021) destacam que o NAPNE tem como atribuição essencial desenvolver estratégias que garantam o ingresso, a permanência e a conclusão bem-sucedida dos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE), preparando-os para o ensino superior e o mercado de trabalho. Nos Institutos Federais (IFs), o núcleo promove diversas ações, como encontros, palestras e parcerias com profissionais e organizações voltadas à inclusão educacional e social, além de oferecer suporte aos campi e elaborar documentos que asseguram os direitos desses estudantes (Vilaronga *et al.*, 2021).

Notamos também que, suas ações abrangem todas as dimensões da acessibilidade e envolvem parcerias com diversas instituições e órgãos públicos. No contexto da educação profissional e tecnológica, o NAPNE busca, acima de tudo, educar para a convivência e o respeito à diversidade, eliminando barreiras que possam dificultar o desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes com necessidades educacionais especiais (Negri, *et al.*, 2023).

Segundo o que preconiza Cardoso e Bastos (2024), compreendemos que os objetivos centrais do NAPNE incluem fomentar a cultura da educação inclusiva, desenvolver estratégias para assegurar o acesso e a permanência dos estudantes com necessidades específicas e atuar de forma colaborativa em todas as áreas do campus, superando barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais. Na mesma linha, Negri *et al.* (2025) ressaltam que, desde sua criação, o NAPNE tem a responsabilidade de articular recursos institucionais, profissionais e materiais para promover a inclusão.

Cenário que, para Gusmão (2023), reforça o NAPNE como principal responsável pela implementação de ações voltadas ao atendimento dos estudantes PAEE na maioria dos IFs, sendo também um espaço de atuação para professores da Educação Especial.

Todo esse aparato não impede que os núcleos tenham dificuldades diversas. Inicialmente registramos que Cardoso e Bastos (2024) defendem que o ideal é que o NAPNE seja composto por uma equipe multidisciplinar, reunindo assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e intérpretes de Libras, para oferecer um atendimento mais completo às necessidades dos estudantes.

No entanto, como ressaltam Vilaronga *et al.* (2021), a composição desses núcleos varia entre os IFs. Algumas instituições especificam profissionais como pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, professores, profissionais de apoio escolar, guias-intérpretes educacionais e tradutores-intérpretes de Libras, enquanto outras não determinam previamente a formação dos

membros. Neste contexto, vemos que embora a atuação multidisciplinar seja um princípio fundamental do núcleo, sua efetivação pode enfrentar desafios.

Por sua vez, Oliveira e Matos (2024) apontam que a colaboração entre os profissionais nem sempre acontece de maneira eficiente, impactando a qualidade do atendimento e da inclusão. Pelos levantamentos apresentados pelos autores retromencionados há dificuldades relacionadas à conciliação de demandas, à participação limitada dos servidores e, em alguns casos, à resistência em se comprometer com o trabalho no núcleo (Oliveira e Matos, 2024). Outro fator que agrava essa situação é a contratação temporária da maioria dos profissionais especializados em Educação Especial, o que, segundo Mendes (2017), torna o trabalho descontinuado e sem um padrão institucional consolidado para o atendimento dos estudantes.

Nos Institutos Federais, a escassez de recursos também se apresenta como um obstáculo significativo, comprometendo a qualidade da educação especial. Negri *et al.* (2025) destacam que, muitas vezes, os educadores que atuam nessa área não possuem formação adequada, o que limita a aplicação de estratégias pedagógicas eficazes. Diante desse cenário, a reflexão trazida por Mendes (2017) continua pertinente, ao afirmar que a acumulação de funções precisa ser debatida, especialmente no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE), visto que a sobrecarga dos profissionais pode comprometer a efetividade do suporte oferecido.

Notamos que a inclusão de alunos com necessidades especiais, embora fundamental, ainda encontra entraves institucionais, estruturais e políticos que comprometem sua efetivação. Os estudos avaliados indicam que, apesar da relevância dos NAPNEs no ensino, pesquisa e extensão, há fragilidades que dificultam a inclusão plena, como a resistência de alguns servidores, a necessidade de capacitação na área da educação especial e a escassez de recursos materiais e tecnológicos (Sonza, Vilaronga e Mendes, 2020; Gusmão, 2023; Camargo, 2024).

Somando a isso, a falta de materiais adaptados e a ausência de acompanhamento contínuo comprometem o impacto das ações realizadas pelos núcleos (Oliveira, Silva e Mafezoni, 2024). E ainda é preciso considerar outro desafio crítico identificado, que é a falta de infraestrutura adequada e a escassez de profissionais capacitados para atuar na educação especial, o que prejudica a qualidade do atendimento prestado aos estudantes (Negri *et al.*, 2025; Melado e Ramos, 2024).

Diante disso, concordamos que a desarticulação das legislações e a ausência de diretrizes institucionais claras dificultam a implementação eficaz de políticas inclusivas, criando lacunas na prática educacional (Oliveira, Silva e Mafezoni, 2024; Cardoso e Bastos, 2024). Neste viés, a questão do acesso e da permanência dos estudantes com deficiência também se mostra um fator preocupante. Barreiras socioeconômicas e institucionais limitam a

participação desses alunos, refletindo um histórico de exclusão do sistema educacional (Cardoso e Bastos, 2024; Negri *et al.*, 2025), mesmo com o aumento das matrículas na rede regular de ensino, ainda há dificuldades na progressão escolar.

Para superar esses desafios, é essencial que os IFs invistam na capacitação, na infraestrutura e na formulação de políticas públicas mais alinhadas com as práticas inclusivas, instrumentalizando os NAPNEs com os recursos humanos e materiais necessários. Não podemos negar que o fortalecimento dos NAPNEs, aliado a uma maior articulação entre diferentes frentes institucionais, pode contribuir significativamente para a construção de um ambiente educacional mais acessível e equitativo (Mendes, 2017; Negri *et al.*, 2025).

Os levantamentos realizados indicam que, ainda que os NAPNEs desempenhem um papel essencial na promoção da inclusão e na garantia do direito à educação de qualidade para os alunos com necessidades educacionais específicas, a sua plena efetividade depende da superação de desafios relacionados, exigindo um esforço conjunto entre políticas públicas, investimentos institucionais e uma mudança na cultura educacional para garantir um ensino verdadeiramente inclusivo.

Para isso, acreditamos que a conscientização sobre a importância da inclusão e o comprometimento de todos os profissionais da educação são fundamentais para que a inclusão se torne uma realidade efetiva, alcançando não apenas o ingresso dos estudantes, mas também sua permanência e sucesso no ambiente escolar. É justamente com esse viés que se apresenta esse estudo, que tem como objeto a CAPNE/IFTM - Campus Paracatu, com o propósito de identificar oportunidades de melhoria nas práticas da CAPNE, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor no IFTM Campus Paracatu.

2 Metodologia

Quanto à abordagem, tratou-se de uma pesquisa qualitativa. De acordo com Vieira (2004), o método qualitativo é definido conforme o ponto de vista do investigador, focando em detalhar os fenômenos e os elementos que os envolvem, descrevendo as experiências dos sujeitos sociais, os discursos, os significados e os contextos.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se caracteriza como descritiva. Ademais, classifica-se como estudo de caso histórico-organizacional, uma vez que o foco foi o estudo da realidade de uma instituição específica, no caso, o IFTM Campus Paracatu. Também foi classificada como um estudo de caso, pois, segundo Godoy (2003, p. 25), “tem por objetivo proporcionar vivência da realidade por meio da discussão, análise e tentativa de solução de um problema extraído da

vida real. Enquanto técnica de ensino, procura estabelecer relação entre a teoria e a prática”. Este autor concorda com Triviños (1987), que destaca que, neste tipo de pesquisa, investigam-se fenômenos contemporâneos por meio de uma vivência real, utilizando múltiplas fontes de evidência.

A pesquisa documental foi utilizada para a coleta de dados sobre a CAPNE na estrutura do IFTM e suas funções dentro da organização. Foram analisadas também as legislações e orientações vigentes relativas à inclusão da pessoa com deficiência, além das normas institucionais e orientações internas relativas ao atendimento às pessoas com deficiência, possíveis projetos e programas previstos ou em andamento, e documentações relacionadas ao planejamento de ações para atender às demandas das pessoas com deficiência. Incluiu-se o processo de compras de materiais e a contratação de profissionais, como a profissional de apoio especializado, bem como as ações direcionadas à capacitação dos servidores para o atendimento dos alunos deficientes e à adequação do ambiente escolar para esse público.

A pesquisa foi conduzida no Campus Paracatu-MG do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, com alunos do 2º ano do ensino médio, servidores técnicos administrativos da área do ensino (lotados da Coordenação Geral de Ensino Pesquisa e Extensão), professores e gestores do IFTM - Campus Paracatu. Tanto para os estudantes quanto para os servidores, foi permitida a participação de todos os sexos, etnias, orientações sexuais e identidades de gênero. Além disso, foi assegurada a participação voluntária e o direito de desistir a qualquer momento.

Para participar, os estudantes menores de idade necessitaram da assinatura dos pais/responsáveis no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C) e concordaram com o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Apêndice D). A participação dos servidores também exigiu a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice E). Somente após a assinatura desses termos específicos, os participantes puderam incluir-se na pesquisa.

A coleta de dados iniciou-se somente após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (CEP/IF Goiano), Parecer 7.212.636 de 07/11/2024 e também do CEP da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Parecer UFTM 7.393.892 de 18/02/2025.

2.1 Instrumento de Coleta de Dados

A coleta de dados ocorreu por meio de questionários. Para alcançar os objetivos propostos, foram utilizados quatro questionários distintos. Na etapa inicial, os participantes

foram convidados a responder aos questionários (Apêndices H, I e J).

Os alunos, servidores e docentes responderam ao questionário preliminar (Apêndices H e I), com o intuito de identificar suas percepções/conhecimentos sobre a CAPNE e sua atuação dentro do IFTM Campus Paracatu, além de lhes permitir indicar melhorias ou ações que considerassem necessárias. Ao final participaram dessa fase 19 (dezenove) servidores e 7 (sete) estudantes.

A segunda fase da pesquisa consistiu na aplicação do questionário (Apêndice J) com os servidores lotados na CAPNE, 4 (quatro) servidores responderam ao questionário com o objetivo de conhecer a atuação de cada um deles e suas percepções sobre inclusão, dificuldades e desafios enfrentados pelo setor como um todo.

2.2 Análise dos dados coletados

A análise dos dados será executada com base na técnica de análise qualitativa de conteúdo, que segundo Bardin (2004), trata de técnicas de análise das comunicações, procurando por meio de procedimentos objetivos da descrição do conteúdo das mensagens. Na primeira etapa, será realizada uma pré-análise dos dados coletados. A segunda fase será feita a descrição analítica onde todo o conteúdo será analisado por meio de categorias definidas a posteriori, com base nos dados coletados e na revisão no referencial teórico. Já a terceira e última fase contemplar-se-á pela interpretação referencial, em que será desenvolvida uma reflexão e conclusão sobre todos os dados coletados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados foram coletados nos meses de fevereiro a março de 2025. A amostra inicial para as etapas delineadas foi estimada em 64 (sessenta e quatro) pessoas³, considerando a quantidade de alunos da turma indicada pela instituição, e a quantidade de servidores que se enquadravam nos critérios de inclusão. Contudo, apenas 46,87% dessa amostra (30/64) respondeu aos questionários, o que representa uma taxa de adesão moderada.

Ainda assim, consignamos que as respostas obtidas foram consideradas suficientes para a análise qualitativa proposta, permitindo identificar percepções relevantes sobre o

³ Esse número é menor do que a amostra constante do projeto submetido ao Comitê de Ética pelo fato do projeto também contabilizar os servidores da gestão e coordenadores de curso que farão parte da avaliação do produto educacional que será elaborado a partir dessa pesquisa. Esses participantes, contudo, não participaram de nenhuma das fases apresentadas nesse artigo.

funcionamento e a efetividade da CAPNE no IFTM Campus Paracatu. A baixa taxa de participação pode estar relacionada a fatores diversos como desconhecimento sobre o setor, desinteresse pelo tema e/ou limitações de tempo por parte dos respondentes, aspectos que também refletem os desafios enfrentados na consolidação de uma cultura institucional inclusiva.

3.1 Auto avaliação: a CAPNE na perspectiva dos servidores lotados no setor

O questionário aplicado aos servidores lotados na CAPNE foi composto de 13 perguntas dissertativas, por meio das quais podemos averiguar informações sobre a satisfação dos profissionais com suas funções, a percepção deles sobre a eficácia do setor em promover a inclusão no IFTM Campus Paracatu e a capacitação para lidar com as demandas, além de aspectos relacionados a adequação do atendimento às expectativas da comunidade escolar, as dificuldades que enfrentam no dia a dia e possíveis sugestões e avaliações sobre o setor. Para as análises dividimos 4 categorias distintas, conforme apresentamos no Quadro 1:

Quadro 1 – Resultados gerais da avaliação realizada pelos servidores da CAPNE por categoria

Questão	Categoria	Síntese dos Resultados
1	Satisfação dos Profissional	Os profissionais da CAPNE demonstraram, em sua maioria, satisfação com as funções que exercem no setor. As respostas indicam que reconhecem a relevância do núcleo para a promoção da inclusão educacional no IFTM Campus Paracatu e valorizam o trabalho desenvolvido. Apesar disso, salientaram que ainda são necessárias melhorias contínuas na estrutura e no funcionamento do setor, visando aprimorar os resultados e ampliar o alcance das ações inclusivas.
4 a 6	Capacitação Profissional	Os participantes destacaram a importância de treinamentos regulares como um fator essencial para o desempenho eficiente de suas funções. Muitos ressaltaram a necessidade de atualização constante, especialmente no que se refere às legislações pertinentes à educação inclusiva e às práticas pedagógicas adequadas ao atendimento de estudantes com necessidades educacionais específicas. Embora relatem sentir-se preparados para suas atividades, demonstram consciência de que a formação continuada é imprescindível para fortalecer a qualidade do atendimento prestado e promover uma atuação mais qualificada e sensível às demandas da inclusão
2, 3, 7, 8 e 9	3. Avaliação e Impacto da CAPNE	Os profissionais da CAPNE estão parcialmente satisfeitos com seu trabalho, reconhecendo a importância do setor para a inclusão escolar, mas apontando a necessidade de mais capacitação contínua e treinamento devido às mudanças nas legislações e novas demandas. Embora se sintam capacitados, destacam que a formação prática e a reciclagem constante são essenciais para um atendimento mais eficaz. No entanto, a falta de infraestrutura adequada e recursos humanos especializados ainda limita o pleno atendimento das necessidades dos alunos, sendo necessária uma maior integração entre os setores da instituição e mais diálogo com a comunidade escolar.

10, 11, 12 e 13	4. Desafios e Melhorias	Os profissionais da CAPNE enfrentam desafios relacionados à falta de capacitação, com a necessidade de treinamentos específicos e a ausência de profissionais especializados, como o AEE, prejudicando a qualidade do atendimento. A comunicação ineficaz e a falta de planejamento, como reuniões e diálogos sobre os Planos Educacionais Individualizados, também dificultam a execução das atividades. No entanto, os profissionais reconhecem que a melhoria desses aspectos, como a contratação de novos especialistas e mais oportunidades de capacitação, pode aumentar a satisfação e a eficácia do trabalho no setor.
-----------------	-------------------------	--

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

3.1.1. Satisfação dos Profissionais que atuam na CAPNE

As respostas indicam que 100% dos profissionais que atuam na CAPNE estão satisfeitos (75% integralmente; 25% parcialmente) com suas funções, embora reconheçam que o setor ainda precisa de melhorias, bem como destacam o cumprimento das atividades relacionadas ao cargo, e salientam que o setor carece de aprimoramento e mais recursos. Esses pontos são evidenciados principalmente nas respostas: “Considerando as atividades diretamente ligadas ao cargo, sim, estou satisfeita” e “Sou satisfeita em poder corresponder ao serviço; mas ciente que o setor tem muito que melhorar”.

Pelos dados apresentados embora satisfeitos, eles desejam melhorias no setor. Os profissionais destacaram o cumprimento das atividades inerentes aos cargos e a relevância da CAPNE na promoção da inclusão no IFTM Campus Paracatu, especialmente na implementação de ações de acessibilidade e apoio pedagógico. No entanto, eles apontaram que o trabalho ainda está em desenvolvimento e que a inclusão plena exige esforços contínuos e mais tempo.

3.1.2. Capacitação Profissional

A capacitação dos profissionais dos servidores da CAPNE é, sem dúvida um dos principais pontos a serem aprimorados para o aperfeiçoamento das práticas inclusivas no IFTM. Perspectiva condizente com os dados apontados na literatura, ao destacar a capacitação como uma das fragilidades a serem superadas (Sonza, Vilaronga, Mendes; 2020; Gusmão, 2023; Camargo, 2024).

Observem no Quadro a análise detalhada sobre a capacitação profissional dos servidores que atuam na CAPNE sob diversas dimensões da capacitação para promoção da inclusão:

Quadro 2 – Capacitação Profissional dos servidores que atual na CAPNE.

Categoria	Unidade de registro/contexto	Percentual (%)
Contribuição da CAPNE para a inclusão	Sim, contribui significativamente	50%
	Sim, mas há desafios	25%
	SIM (afirmativo direto)	100%
Reconhecimento das demandas da CAPNE	Sim	75%
	Reconhece, mas precisa de treinamento	25%
Conhecimento sobre legislação inclusiva	Sim	50%
	Precisa melhorar	25%
	Parcialmente, por falta de tempo	25%
Capacitação pessoal para atuar na CAPNE	Sim	50%
	Precisa de treinamento	25%
	Não completamente, precisa de aprimoramento	25%
Capacitação dos servidores da CAPNE	Sim	25%
	Parcialmente, devido a atualizações constantes	25%
	Necessária capacitação contínua	25%
	Formação acadêmica suficiente, mas reciclagem necessária	25%

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Diante desses resultados um ponto importante se refere à capacitação, uma vez que fica evidente o sentimento relacionado à necessidade de treinamentos regulares para lidar com as demandas da educação inclusiva e atualizações legislativas, como destaca o Quadro 3:

Quadro 3 – A problemática da capacitação profissional para inclusão

Questão	Destaques
Você reconhece as situações que demandam a intervenção / atuação da CAPNE?	“Reconheço mas é preciso que tenhamos treinamentos para aperfeiçoar o reconhecimento dessas demandas. ” (<i>grifo nosso</i>)
Você conhece a legislação e orientações sobre educação inclusiva?	“ Preciso melhorar esse conhecimento. ” (<i>grifo nosso</i>)
	“Em parte. Precisando de tempo e oportunidade para estudar a legislação e assim oferecer um melhor trabalho.” (<i>grifo nosso</i>)
Você se considera capacitado para trabalhar na CAPNE?	“Parcialmente, pois sempre precisamos de aprimorar e nos capacitar devido as atualizações das legislações e novas demandas que se apresentam no cotidiano.” (<i>grifo nosso</i>)
	“ É importante que sejam realizados treinamentos , para a resposta seja um SIM de forma ampla.” (<i>grifo nosso</i>)
	“Tenho me capacitado e ainda com necessidade de demais capacitações. ” (<i>grifo nosso</i>)
Você considera que os servidores da CAPNE estão capacitados para atuarem no setor? Justifique.	“Não completamente, novamente, precisamos de treinamentos para aprimoramento. ” (<i>grifo nosso</i>)
	“Acredito que a capacitação deva ocorrer de forma constante , para que todos possam estar cada vez mais preparados. Acredito que todos possuem as condições e conteúdos básicos para a atuação no setor.” (<i>grifo nosso</i>)

	“Considero que existe a formação acadêmica; mas é necessário buscar a capacitação no dia a dia; sempre uma reciclagem no conhecimento para assim, agregar novos saberes.” <i>(grifo nosso)</i>
--	---

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Nesse contexto, apesar de se considerarem capacitados, mencionaram a falta de tempo e recursos para aprofundamento na legislação como um desafio para a atuação, bem como reconheceram a importância da atualização profissional constante para enfrentar desafios e aprimorar práticas inclusivas, ressaltando que, embora preparados, a reciclagem e a capacitação contínua são essenciais para que a CAPNE mantenha sua efetividade.

3.1.3. Avaliação e Impacto da CAPNE

A atuação da CAPNE é reconhecida como significativa para a promoção da inclusão no IFTM Campus Paracatu, especialmente no que diz respeito à implementação de ações de acessibilidade e apoio pedagógico, como bem apresentamos no Quadro 4:

Quadro 4 – Avaliação e impacto da CAPNE

CATEGORIA	ASPECTO POSITIVO	ÁREAS DE MELHORIA
Reconhecimento das Situações de Demanda para Intervenção da CAPNE	50% dos profissionais reconhecem as situações que demandam intervenção da CAPNE.	Necessidade de treinamento contínuo para aprimorar o reconhecimento de demandas. (50%)
Contribuição da CAPNE para a Inclusão na Escola	Para 75% a CAPNE promove acessibilidade, apoio pedagógico e tecnologias assistivas.	Maior capacitação para garantir um serviço mais eficiente.(25%)
Conhecimento sobre Legislação e Orientações de Educação Inclusiva	Alguns (50%) reconhecem a importância de mais estudos sobre legislação.	Falta de conhecimento amplo sobre legislação e necessidade de aprofundamento.(50%)
Capacitação para Trabalhar na CAPNE	75% dos profissionais se consideram capacitados, mas ressaltam necessidade de atualização constante.	Capacitação contínua é essencial devido a novas demandas e mudanças legislativas.(25%)
Capacitação dos Servidores da CAPNE	Formação acadêmica dos servidores é considerada adequada para 75% dos respondentes	Necessidade de mais oportunidades de atualização.(25%)
Avaliação do Atendimento da CAPNE	75% consideram considerado positivo e satisfatório.	Melhorias necessárias na infraestrutura e recursos físicos.
Atendimento às Expectativas da Comunidade Escolar	Para metade dos entrevistados a CAPNE atende parcialmente às expectativas e busca melhorias.	Falta de recursos humanos especializados e infraestrutura adequada.(25%)
Faltam Recursos para Atender às Expectativas	75% dos profissionais reconhecem o esforço do setor.	Falta de recursos humanos especializados, integração institucional e mais capacitação. (25%)

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

No que se refere a avaliação e impacto da CAPNE notamos que as respostas refletem que a CAPNE tem tido um impacto positivo, mas existe um consenso sobre a necessidade de capacitação contínua dos servidores, melhorias na infraestrutura e aumento de recursos humanos especializados para atender adequadamente às demandas de inclusão na instituição.

3.1.4 Desafios e Melhorias

Para melhor visualização das inferências relacionadas aos desafios e melhorias observe o Quadro 5:

Quadro 5 – Desafios e melhorias na perspectiva dos profissionais atuantes na CAPNE

Desafios	Melhorias	Total de Respostas Citando a Unidade
Falta de maior conhecimento das leis e treinamentos específicos	Maior capacitação e treinamento dos servidores	1
Falta de profissional AEE efetivo para o atendimento das necessidades dos estudantes	Contratação de profissional AEE e aumento de recursos de acessibilidade	2
Ausência de reuniões do setor, falta de diálogo sobre os Planos Educacionais, falhas na comunicação e direcionamentos equivocados que atrasam as demandas	Melhorar o diálogo e a comunicação entre os setores, além de reuniões mais frequentes	2
Dificuldade de comunicação eficaz, especialmente via e-mail, e desafios na atuação conjunta entre CAPNE e a coordenação do Programa de Assistência Estudantil	Melhorar a comunicação e esclarecer a divisão de responsabilidades entre os setores	2
Falta de treinamento contínuo para os servidores e de recursos financeiros para eventos institucionais relacionados à inclusão e educação especial	Oferecer mais oportunidades de treinamento e assegurar verba financeira para eventos institucionais	2
Falta de profissionais especializados no setor	Aumentar o número de profissionais especializados	1
Surgimento de demandas imprevistas ao longo do ano letivo	Flexibilidade para lidar com demandas imprevistas ao longo do ano letivo	1

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Com base nas respostas coletadas, notamos que os profissionais da CAPNE enfrentam desafios significativos no dia a dia. Um dos maiores obstáculos é a falta de capacitação contínua. Eles sabem que precisam estar sempre atualizados sobre as legislações da educação inclusiva e as metodologias mais eficazes, mas sentem que os treinamentos são insuficientes. Nesse sentido, observamos claramente que, mesmo se considerando preparados para suas funções, entendem que aprender deve ser um processo contínuo, e não algo pontual.

Observamos que um problema que pesa bastante é a falta de profissionais especializados, como os do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Sem esse suporte, muitas vezes se veem sem recursos para atender adequadamente alunos que precisam de um acompanhamento mais específico, o que impacta diretamente a qualidade do atendimento.

Esse problema não é uma novidade, e diversos outros estudos há tempos já tem demonstrado a preocupação com a escassez de profissionais especializados em Educação Especial nos NAPNEs, destacando como essa ausência impacta a implementação das políticas de inclusão e o atendimento aos estudantes com necessidades específicas.

Destacando algumas dessas inferências é importante compreendermos inicialmente que esse problema ocorre porque, segundo Oliveira, Silva e Manfezoni (2024), ao contrário das redes municipais e estaduais, onde há uma divisão entre os professores de Educação Especial conforme a área de deficiência. Neste sentido, Cardo e bastos (2024, p. 10) acrescentam que “o cargo de professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) não é contemplado em alguns IF’s, por isso, em alguns NAPNE’s, ele não faz parte da composição da equipe”.

Notamos que para Franco e Vilaronga (2021, p.18), a falta desses profissionais na equipe do núcleo dificulta a implementação de planejamentos eficazes, limitando o desenvolvimento de políticas que garantam o acesso e a permanência desses alunos. Visão compartilhada por Zervato, Vilaronga e Santos (2021, p.332), que defendem a necessidade de uma normativa específica que viabilize a abertura de concursos públicos para docentes especialistas em Educação Especial nos Institutos Federais (IFs).

Diante disso, percebemos que, embora seja “importante considerar a necessidade de profissionais específicos para atuar com os estudantes público-alvo da educação especial” (Carmargo, 2024, p. 1507), não é essa a realidade da maioria dos IFs. Com isso, essa insuficiência de contratação, conforme Mendes (2017), pode levar ao acúmulo de funções pelos gestores locais, dificultando a implementação de políticas inclusivas e enfraquecendo o suporte oferecido aos alunos, que é justamente o que vem ocorrendo no IFTM-Campus Paracatu.

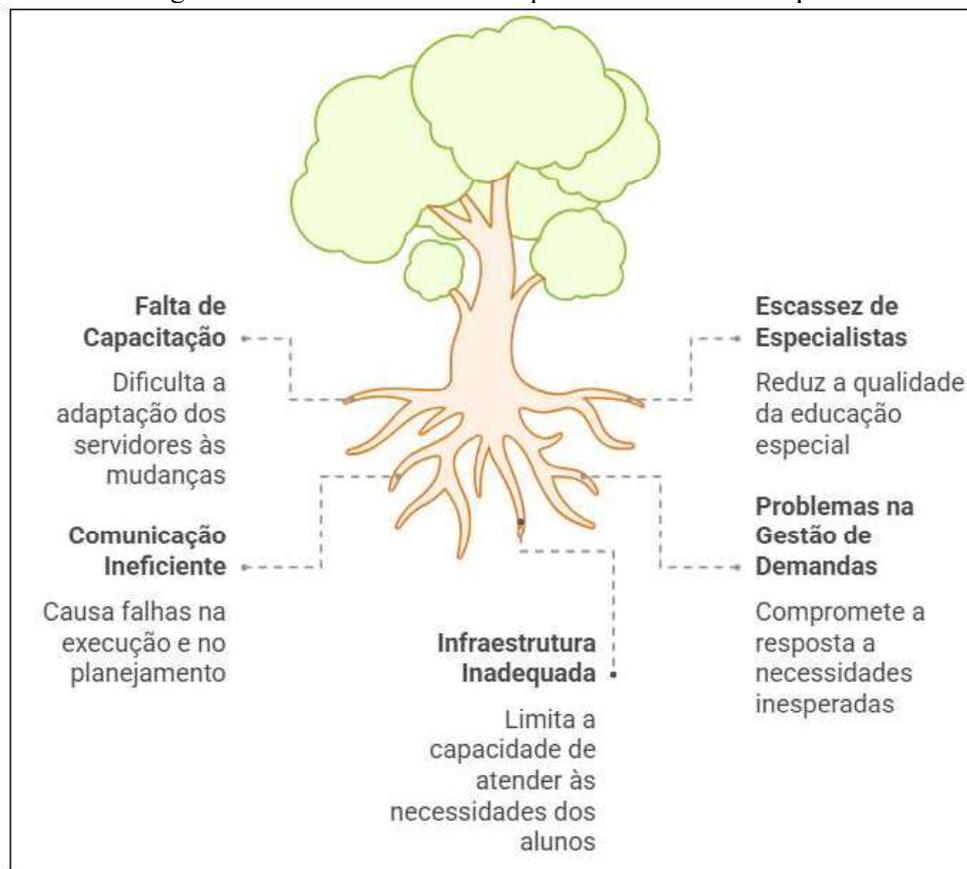
A comunicação dentro da instituição e a falta de recursos também são pontos que limitam a ação do setor. Os profissionais enfrentam dificuldades para participar de reuniões regulares e manter um diálogo aberto sobre os Planos Educacionais Individualizados, e isso pode gerar atrasos e decisões desencontradas, atrapalhando o andamento do trabalho.

A falta de infraestrutura e recursos financeiros é um problema, visto que os profissionais reconhecem que um ambiente mais estruturado e materiais adequados fariam toda a diferença tanto para o trabalho deles quanto para o atendimento aos estudantes.

Por fim, ainda lidam com demandas imprevistas ao longo do ano, que exigem uma flexibilidade enorme. No entanto, nem sempre há um planejamento que dê suporte a essas adaptações, o que torna a rotina ainda mais desafiadora.

Em suma, é essencial que reconheçamos nossas dificuldades e busquemos, em conjunto, soluções para superá-las. Com a oferta de mais capacitação, a contratação de profissionais especializados, a melhoria na comunicação e a infraestrutura adequada, podemos nos tornar mais eficazes em nossas funções, garantindo que a CAPNE continue a desempenhar seu papel crucial na promoção da inclusão educacional.

Figura 1 – Desafios enfrentados pelos servidores da Capne



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

A CAPNE é o setor base para promoção da educação inclusiva, por isso os seus problemas podem afetar toda gestão da educação inclusiva. Assim como na ilustração acima, os problemas afetam as raízes, e se não forem solucionados podem condenar toda a “árvore” da inclusão no Campus, como bem ilustrado na Figura 1.

Diante disso, na Figura 2 a seguir apresentamos algumas propostas de como a CAPNE pode melhorar para atender melhor às expectativas da comunidade escolar:

Figura 2 – Propostas de como a CAPNE pode melhorar para atender melhor às expectativas da comunidade escolar



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Com base na figura de solução, evidenciamos que os principais problemas dos servidores estão relacionados a ineficiência da comunicação, ausência de profissionais especializados, falha na comunicação interna, dificuldades na gestão de demandas e nas limitações de infraestrutura e recursos, são passíveis de soluções.

3.2 A CAPNE e sua atuação perante a comunidade interna (servidores docentes e TAEs)

No questionário aplicado aos Docentes e TAEs procuramos coletar informações sobre o conhecimento e a percepção destes servidores em relação à CAPNE, com diversas informações que serão importantes para avaliarmos a atuação da CAPNE e incitarmos o aprimoramento na sua atuação, garantindo que as necessidades dos alunos e a eficácia do serviço sejam adequadamente atendidas.

No Quadro 6 é possível verificarmos as categorias das perguntas, bem como a conclusão geral que obtivemos através das respostas:

Quadro 6 – Resultados gerais da avaliação realizada por TAEs e docentes por categoria

Questão	Categoria	Síntese dos Resultados
1 a 5	Conhecimento e compreensão sobre a CAPNE	As respostas demonstram um nível variado de conhecimento sobre a CAPNE, com alguns respondentes demonstrando compreensão completa e outros ainda com dúvidas sobre suas funções e atuação.

6 a 8	Equipe e Coordenação	As respostas indicam que a maioria dos participantes conhece os servidores da CAPNE ao menos parcialmente, reconhece seu comprometimento, mas vê necessidade de maior capacitação institucional. Além disso, muitos sabem quem é a coordenadora, mas houve inconsistências na apresentação formal aos servidores.
9 a 12	Experiência e avaliação do atendimento	As avaliações diversas sobre a experiência com a CAPNE, destacam tanto aspectos positivos quanto as sugestões para melhorias.
13 e 14	Acessibilidade e sugestões de melhoria	As respostas de um lado refletem a visão positiva sobre o acesso ao setor, e de outro destaca várias sugestões para melhorar a divulgação, a capacitação dos profissionais, a infraestrutura e a integração com outros setores.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Ao analisarmos os dados coletados nos questionários direcionados aos professores e servidores sobre a CAPNE, somos confrontados com uma série de percepções que, embora positivas em muitos aspectos, também revelam áreas críticas que demandam nossa atenção. Destacamos alguns deles na Figura 3:

Figura 3 – Avaliação da Capne pela comunidade interna



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Primeiramente, é notório que uma parte significativa dos participantes demonstra um bom nível de compreensão sobre a estrutura e a função da CAPNE. Constatamos que 84,21% dos respondentes identificaram corretamente o significado da sigla, o que sugere uma

familiaridade básica com o setor e sua importância para a inclusão de alunos com necessidades específicas. Para melhor visualização desse contexto, apresentamos o Quadro 7:

Quadro 7 – Conhecimento e compreensão sobre a CAPNE pelos TAEs e Docentes

Questão	Unidades de Registro	Percentual
1. Já ouviu falar sobre a CAPNE?	Sim	100%
2. Compreensão do significado da sigla CAPNE	Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas	84,21%
	Coordenação de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas	10,53%
	Comissão para atendimento de estudantes com necessidades específicas	5,26%
3. Conhecimento sobre a função da CAPNE	Compreende bem: Promoção de inclusão, atendimento a estudantes com necessidades específicas, laudos médicos, etc.	73,68%
	Incerteza: Não lembro, Não sei.	26,32%
4. Já foi orientado sobre as situações em que a CAPNE pode auxiliar?	Sim	78,95%
	Às vezes	5,26%
	Não	15,79%
	Não me lembro	5,26%
5. Sabe orientar as situações que devem ser remetidas aa CAPNE?	Sim	73,68%
	Parcialmente	10,53%
	Não / Não sei orientar	15,79%

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Em sequência às análises verificamos a experiência e avaliação do atendimento realizado pela CAPNE, observe o Quadro 8:

Quadro 8 – Experiência e avaliação do atendimento da CAPNE pelos TAEs e Docentes

Questões	Respostas	Percentual
9. Você já direcionou alguma situação à CAPNE?	Sim: 6	31,58%
	Não: 13	68,42%
10. Como você avalia a atuação da CAPNE após o direcionamento?	Atendimento Positivo: 5 (eficiência, acolhimento, atuação precisa, rapidez, solução do problema)	26,32%
	Atendimento Parcial: 1 (atendimento, mas com limitações ou sem retorno do aluno)	5,26%
	Não aplicável/não respondeu: 13	68,42%
11. Qual a sua avaliação sobre a notoriedade do trabalho da CAPNE?	Notoriedade Positiva: 6 (importante, necessário, relevante, reconhecido)	31,58%
	Notoriedade Limitada: 6 (pouca divulgação, poderia ser mais conhecido, falta de publicidade)	31,58%
	Sem opinião ou informação suficiente: 7	36,84%
12. Como você avalia o trabalho desenvolvido pela CAPNE atualmente?	Avaliação Positiva: 10 (bom, ótimo, eficiente, atuante, relevante)	52,63%
	Sugestão de Melhorias: 4 (necessidade de apoio psicológico, maior divulgação, infraestrutura)	21,05%

	Sem opinião ou não soube avaliar: 5	26,32%
--	--	--------

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Notamos que a maioria dos respondentes (68,42%) não acionou a CAPNE para atender a situações específicas, o que pode indicar, na melhor das hipóteses, uma falta de necessidade percebida, mas, na pior, uma falta de conhecimento sobre como e quando buscar auxílio. Consideramos esse fato é alarmante, pois nos leva a crer que, mesmo com a relevância do setor, sua visibilidade e capacidade de atuação podem estar aquém do ideal.

Muitos servidores, 36,84% para sermos exatos, afirmaram não ter informações suficientes para avaliar a notoriedade da CAPNE na escola, subsidiando a afirmação de que de precisamos aprimorar a comunicação e a ampliação dos recursos disponíveis para fortalecer a atuação da CAPNE no Campus Paracatu do IFTM. Para uma visão macro das questões relacionadas a acessibilidade elaboramos o Quadro 9:

Quadro 9 – Acessibilidade e sugestões de melhoria segundo TAEs e Docentes

Categoria	Unidades de contexto	Percentual
Acessibilidade ao Setor		
Fácil acesso	"Sim. É de fácil acesso."	68,42%
	"Sim, é de fácil acesso aos alunos e os servidores se fazem presentes no cotidiano das atividades escolares."	
	"Sim. Percebo que os alunos procuram o setor sozinhos. Principalmente para ajuda psicológica."	
	"Sim. Pela minha percepção, o setor está bem estruturado, e sempre que passo por lá (diurno, não tenho informações quanto ao período noturno), há servidores disponíveis para atender tanto alunos quanto colegas em suas demandas."	
	"Sim. O setor fica bem localizado."	
	"Sim. É de fácil acesso."	
	"Penso que sim. Existe uma sala para acesso e também orientações para contatos com os diversos setores no campus no site."	
	"Sim, super acessível."	
	"Acesso físico? sim."	
Dificuldade de acesso	"Não, acredito que os alunos desconhecem a funcionalidade da CAPNE assim como de outros setores da instituição."	31,58%
	"Atualmente não sei onde se localiza."	
	"Penso que sim, mas não sei se os alunos conhecem o setor, ou sua existência, de forma completa."	
Sugestões para Melhorias		
Capacitação e Treinamento	"Capacitação da equipe, treinamento em inclusão. Oferecer capacitação regular para professores e funcionários sobre as	31,58%

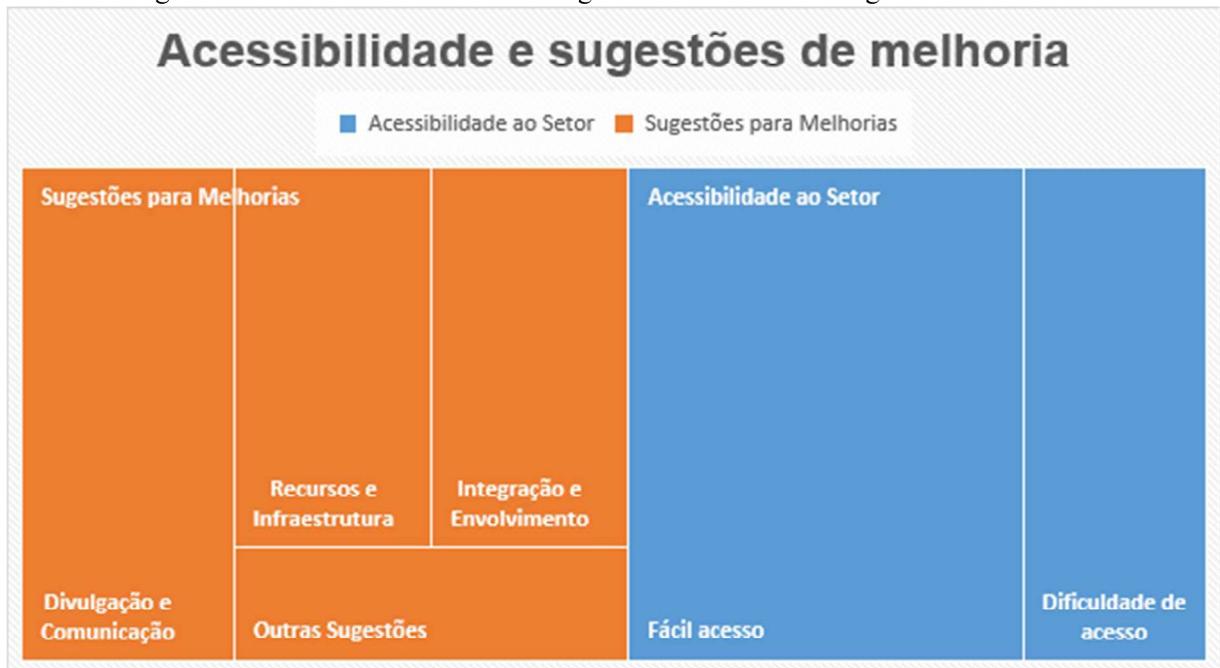
	diferentes necessidades dos alunos, abordando temas como deficiência, transtornos de aprendizagem e outras condições."	
	"Como o setor é mais recente acredito que o principal seria capacitar os servidores para essa função com cursos voltados para inclusão, acolhimento, adaptação curricular, desenvolvimento do PDI, principalmente para atender alunos com TEA e atraso cognitivo."	
Divulgação e Comunicação	"Divulgar mais o trabalho da Capne."	36,84%
	"Para um setor com atuação específica, é fundamental que toda a comunidade acadêmica esteja ciente de sua existência, mesmo que não conheça os detalhes de suas atividades."	
	"Sugiro o setor se apresentar para a comunidade acadêmica."	
	"Acredito que falta divulgação/compartilhamento das atividades desenvolvidas no setor, além de elaboração de materiais/cartilhas com orientações aos docentes para encaminhamento de alunos com necessidades específicas."	
	"O setor deveria comunicar-se com o setor pedagógico com mais frequência."	
	"Precisa de mais divulgação e canal de comunicação."	
Recursos e Infraestrutura	"O setor carece de mais investimentos financeiros para contratação de letores, professores de apoio para atender aos alunos AEE."	26,32%
	"Assim como todos os demais setores, necessita de mais recursos materiais de apoio e vagas para contrato temporário de AEE quando o atendimento exigir demanda."	
Integração e Envolvimento	"O setor deveria comunicar-se com o setor pedagógico com mais frequência."	26,32%
	"Manter os servidores informados sobre as atividades desenvolvidas pelo setor e como a comunidade escolar pode ajudar no processo educacional."	
	"Precisamos de ter mais reuniões conjuntas entre os setores e com os professores."	
	"Trabalhar de forma integrada, se não com todos, pelo menos com os setores mais próximos e afins."	
Outras Sugestões	"O setor desempenha seu trabalho muito bem, a sugestão fica ao IFTM que poderia direcionar seus esforços para a contratação de mais profissionais, devido à quantidade atual e o número de estudantes."	15,79%
	"O setor desempenha com muito zelo as demandas direcionadas."	

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

As sugestões apresentadas por nossos colegas reforçam a ideia de que as capacitações e a divulgação são uma prioridade. Fez-se referência à necessidade de um trabalho mais intenso de comunicação que não apenas informe sobre a existência da CAPNE, mas que também eduque sobre suas funções e a importância do acolhimento dos alunos com necessidades específicas. Notamos que, 36,84% das sugestões focaram exatamente nisso, destacando que,

sem uma comunicação eficaz, o impacto da CAPNE será limitado. Com a Figura 4 ilustramos essa interpretação:

Figura 4 – Resultado ilustrado da categoria acessibilidade e sugestões de melhoria



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Outra questão que merece nossa reflexão é a capacitação contínua do nosso corpo de servidores, uma vez que essa preocupação está presente entre nós; 31,58% das sugestões pediram uma atenção redobrada a essa questão. Neste cenário é imperativo que trabalhem para implementar treinamentos regulares que não apenas equipem nossa equipe com conhecimentos sobre legislação e práticas inclusivas, e outrossim garantam que estejam preparados para lidar com uma variedade de necessidades, tais como transtornos de aprendizagem e diferenças cognitivas.

Ainda nas considerações sobre recursos e infraestrutura, ficou evidente que muitos de nós reconhecemos a necessidade de mais investimentos e contratações de profissionais qualificados para melhor atender à demanda crescente de alunos. A escassez de recursos e a pressão para atender a um número cada vez maior de estudantes indicam que precisamos atuar proativamente para garantir que a CAPNE possa desempenhar seu papel de maneira eficaz e acolhedora.

No contexto apresentado, é fundamental que, enquanto integrantes da comunidade acadêmica, nos unamos em uma missão coletiva. O fortalecimento da CAPNE não é uma tarefa que deve ser relegada apenas a um grupo específico, mas uma responsabilidade compartilhada

por todos nós. Precisamos promover uma cultura de inclusão que comece com a conscientização e o reconhecimento do trabalho realizado, culminando em ações concretas que fortaleçam e divulguem o papel essencial da CAPNE em nossa comunidade escolar.

3.3 A CAPNE na percepção dos alunos

Com o questionário aplicado aos discentes analisamos o entendimento e a interação dos alunos com o setor de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE) na instituição, bem como suas percepções sobre sua importância, acessibilidade e atendimento.

Para sistematizar os dados realizamos inicialmente a categorização das perguntas, conforme Quadro 10. Nele, estão apresentadas tanto as categorias temáticas das questões quanto a síntese conclusiva resultante da análise das respostas, permitindo uma visão geral dos principais achados do estudo.

Quadro 10 – Resultados gerais da avaliação realizada pelos discentes por categoria

Questão	Categoria	Síntese dos Resultados
1 a 9	Conhecimento e compreensão sobre a CAPNE	A maioria dos alunos demonstra algum conhecimento sobre o setor, mas há uma compreensão limitada quanto ao significado da sigla e suas funções específicas. Muitos desconhecem detalhes sobre a equipe responsável, indicando a necessidade de ampliar a divulgação e garantir maior esclarecimento sobre o papel do setor na instituição.
10 e 11	Experiência de interação com a CAPNE	A frequência de contato dos estudantes com o setor é baixa, com a maioria nunca tendo utilizado seus serviços. Quando há interação, ela ocorre de forma esporádica, refletindo uma possível falta de conhecimento ou acesso ao setor, o que sugere que sua presença ainda não é percebida de maneira significativa pelos alunos.
12 a 14	Acessibilidade e avaliação	Uma parte significativa dos estudantes considera o setor de fácil acesso. No entanto, diversas respostas indicam que a falta de informação ainda representa uma barreira relevante, dificultando a plena acessibilidade. Apesar desses desafios, a avaliação geral do setor é positiva, destacando-se sua importância no apoio à inclusão.
15 e 16	Percepções sobre acolhimento e sugestões de melhoria	A maioria dos alunos considera o acolhimento adequado como fundamental para promover a inclusão social e o bem-estar emocional. As principais sugestões concentram-se na necessidade de maior divulgação do setor, melhorias na comunicação e maior transparência sobre suas ações, visando ampliar a compreensão, uso e efetividade do serviço pelos estudantes.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Identificamos que grande parte dos alunos tem algum conhecimento sobre a CAPNE e sua atuação, mas há muito que ser melhorado, observe a o Quadro 11:

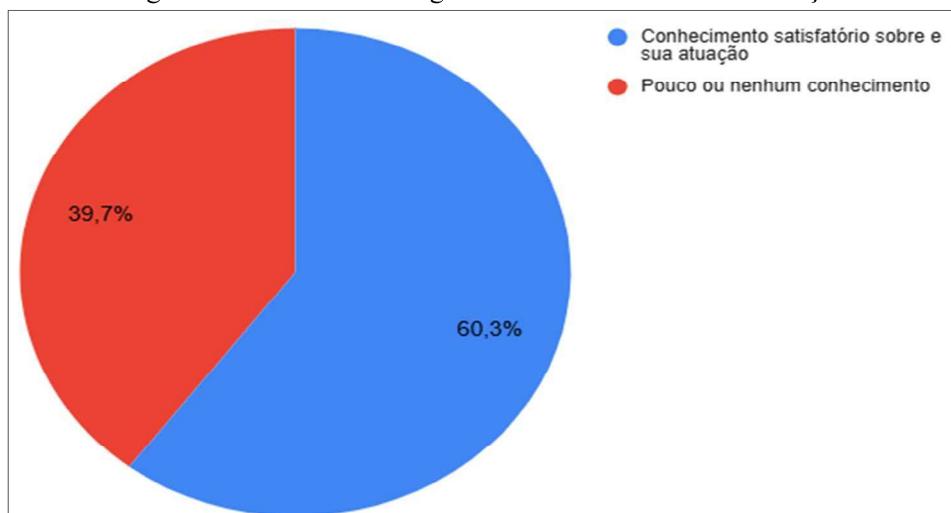
Quadro 11 – Conhecimento dos alunos sobre a CAPNE e sua atuação

Questionamentos	Respostas	
	Sim / Correta	Não / Incerta
Já escutou algo sobre a CAPNE?	85,7%	14,3%
Sabe o que significa CAPNE?	71,4%	28,6%
Sabe o que é e função da CAPNE?	42,9%	57,1%
Explicou corretamente o trabalho da CAPNE?	42,9%	57,1%
Conhece o setor CAPNE?	71,4%	28,6%
Sabe onde a CAPNE fica?	71,4%	28,6%
Sabe quem são os servidores?	71,4%	28,6%
Sabe quem é o(a) coordenador(a)?	42,9%	57,1%
Já foi orientado sobre auxílio da CAPNE?	42,9%	57,1%

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Embora 86% dos alunos tenham afirmado ter conhecimento prévio sobre o setor, apenas 71,4% conseguiram identificar corretamente o significado da sigla, e menos da metade entende claramente a função do setor, o que revela uma lacuna em informações proporcionadas aos estudantes. Além disso, pouco mais de 42% sabem quem são os responsáveis pelo setor, incluindo o coordenador e os servidores, indicando uma necessidade de maior divulgação e esclarecimento sobre a equipe da CAPNE. Esse cenário implica numa avaliação geral mediana do conhecimento, como ilustra a Figura 5:

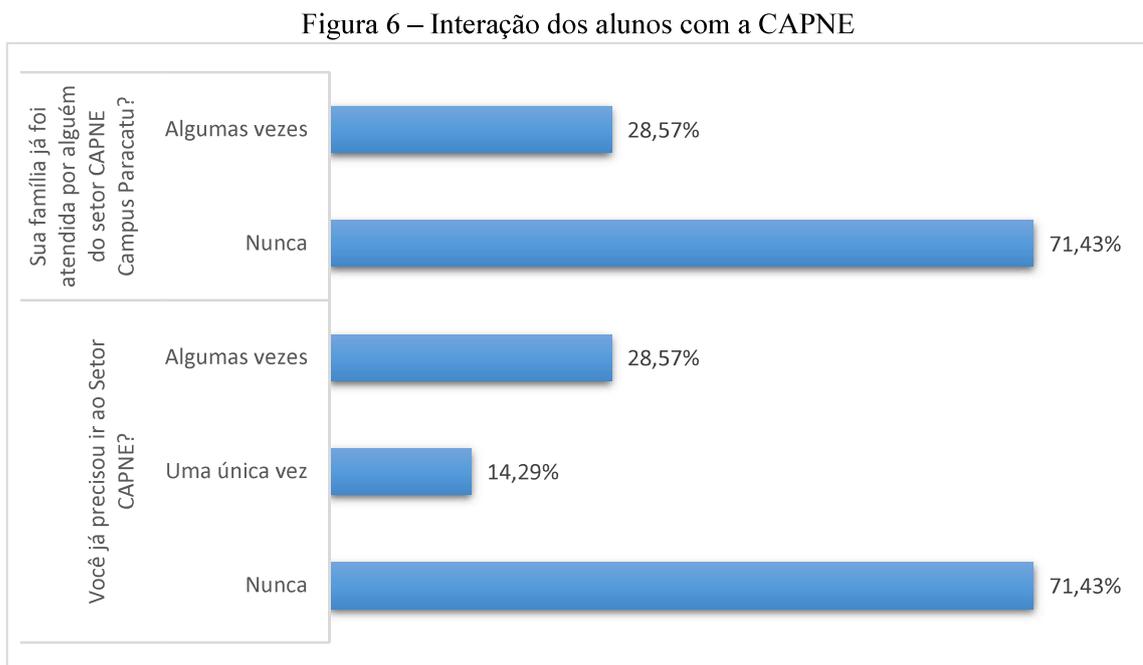
Figura 5 – Conhecimento geral sobre a CAPNE e sua atuação



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Considerando os percentuais apresentados, percebemos que, embora sejam maioria, o percentual de alunos com conhecimento geral satisfatório ainda é incipiente, representada por respostas como “não tenho certeza da função desse setor, mas tenho uma pequena noção”. O desconhecimento sobre o setor e seu propósito impacta diretamente na avaliação da experiência de interação com a CAPNE, visto que não se busca por aquilo que não se conhece.

Nesta perspectiva é que se apresenta a interação dos alunos com o setor, na Figura 6:



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Notamos que alguns alunos tiveram contato uma única vez ou algumas vezes, o que sugere que o setor ainda é pouco utilizado ou conhecido por todos, possivelmente devido à desinformação ou falta de comunicação adequada. Sobre a experiência direta, a frequência com que os alunos tiveram contato com o setor mostra que a maioria nunca precisou recorrer à CAPNE, sendo que cerca de 71% afirmaram nunca ter ido ao setor. Mas não podemos afirmar se isso ocorre, de fato, por não termos alunos que precisem do atendimento especializado, ou se a falta de conhecimento é que incita a baixa procura.

Consideramos significativo o impacto dessa realidade, tanto para a eficácia do setor, quanto para a promoção de uma cultura institucional inclusiva. A baixa frequência de contato dos alunos com a CAPNE, aliada ao desconhecimento sobre suas funções, nos indica que muitos estudantes que poderiam se beneficiar do apoio oferecido talvez não estejam acessando os serviços disponíveis. Essa realidade pode comprometer diretamente a efetividade das

políticas de inclusão, pois limita o alcance das ações voltadas ao atendimento das necessidades específicas.

Somado a isso, temos a questão da acessibilidade do setor. Não obstante aproximadamente 43% dos estudantes considerem o setor de fácil acesso, há um reconhecimento de que a desinformação atua como uma barreira significativa para uma melhor interação com a CAPNE, como por exemplo quando ao ser questionado sobre acessibilidade da CAPNE, identificando possíveis barreiras ao seu acesso, um dos alunos indica que “Sim, única coisa que afeta isso é a desinformação sobre a CAPNE”.

De forma complementar, as respostas nos revelam que apesar de acreditarem na acessibilidade, ainda não recorrem ao setor por desconhecimento de seus serviços ou funções específicas. Podemos então concluir que, essa falta de conhecimento reduz a percepção de necessidade de buscar o apoio oferecido, contribuindo para a baixa procura pelo setor, o que é evidenciado pela baixa frequência de contato ou utilização dos serviços pelos estudantes.

Mesmo nessa conjuntura, a importância da CAPNE é reconhecida por grande parte dos respondentes, que veem nela um instrumento fundamental na promoção da inclusão social, na garantia de igualdade de oportunidades e na prevenção de situações de estresse ou desconforto entre os alunos com necessidades específicas:

Quadro 12 – Importância da CAPNE para os alunos

Percentuais	Contexto	Resposta	
85,72% Consideraram o setor importante	28,57%	Relevância do atendimento especializado	"Sim, o atendimento a tais alunos é com certeza de muitíssima importância, pois necessitam e conseqüentemente pode ajudar em situações que se tornam difíceis sem ajuda de alguém especializado."
			"Sim. Porque muitos alunos acabam passando por situações estressantes ou desconfortáveis sem a CAPNE, por exemplo, um aluno que precisa fazer provas separado do resto da turma ou precisa de alguém que leia a prova para ele, um aluno surdo/mudo precisa de um intérprete..."
	28,57%	Papel na promoção da inclusão e combate à exclusão	"Sim, por ajudar no combate da exclusão de alunos, que pode ser algo que agrave em vários problemas na vida desses alunos." "Sim, é importante para que os alunos se sintam mais 'abraçados' pela Instituição."
	14,28%	Afirmação simples	"Sim"
28,57%	Desconhecimento sobre o setor	"Sim. Mesmo não sabendo muito sobre , deve ser um setor importante." (<i>grifo nosso</i>)	
		"Não sei o que é."	

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

As respostas mostram uma sensibilidade dos estudantes quanto à relevância do acolhimento adequado aos colegas com necessidades específicas. Os depoimentos evidenciam

que os alunos valorizam ações que promovam inclusão, bem-estar e igualdade de oportunidades, destacando o papel da CAPNE na construção de um ambiente escolar mais justo e acolhedor.

Mesmo assim a percepção dos alunos sobre a importância da CAPNE, nos revela um reconhecimento, ainda que parcial, do papel fundamental do setor na promoção da inclusão e no suporte aos alunos com necessidades específicas. Essa valorização pode contribuir para fortalecer a compreensão de que a existência de um setor voltado ao acolhimento e atendimento especializado é essencial para garantir igualdade de oportunidades, bem-estar emocional e um ambiente educacional mais justo e acessível para todos.

Por outro lado precisamos destacar que, o reconhecimento do setor parece estar mais relacionado à percepção de terceiros (como colegas) do que à experiência direta com seus serviços, se levarmos em consideração de um dos alunos que ao avaliar o atendimento do setor informa que “Não teria embasamento para avaliar, mas pela experiência dos meus colegas, tenho uma boa visão desse setor dentro do campus”, o que reforça a urgência de ampliar a visibilidade, o diálogo e a atuação prática da CAPNE junto à comunidade acadêmica.

Ademais, não podemos olvidar que, a pouca visibilidade da CAPNE pode contribuir para a perpetuação de barreiras atitudinais e institucionais, dificultando o reconhecimento da diversidade como um valor fundamental no ambiente escolar.

Entendemos que, quando o setor não é amplamente conhecido ou acessado, perdemos a oportunidade de promover a equidade, o acolhimento e a adaptação dos processos educacionais às diferentes realidades dos estudantes. Esse cenário evidencia a necessidade de ações mais estratégicas de divulgação, formação e articulação entre a CAPNE, os docentes, gestão e os discentes, a fim de fortalecer a inclusão e garantir que nenhum aluno seja invisibilizado dentro da nossa instituição.

Por fim, no que diz respeito ao atendimento, apenas três alunos avaliaram de forma simples (“Bom”; “Bom, mas poderia ter melhora”; e “Normal/bom”). Os demais participantes informaram não ter embasamento para avaliar. Por outro lado, seis, dos sete respondentes consideraram importante o acolhimento do setor informando, justificando que:

“(…) Essas pessoas tem necessidade diferentes que precisam de mais atenção do que pessoas não portam nenhuma deficiência ou necessidade específica”.

“(…) porque promove a inclusão social, facilita o desenvolvimento integral, garante igualdade de oportunidades, contribui para o bem-estar emocional e ajuda na prepara para a vida em sociedade”.

“(…) pois diferentes tipos de alunos tem necessidades que precisam ser fornecidas com ajuda de pessoal especializado, tornando a escola um ambiente de maior acolhimento aos alunos e abrindo oportunidades aos mesmos”.

“(…) o combate desses problemas dentro do meio acadêmico pode evitar problemas maiores na vida de muitos alunos”.

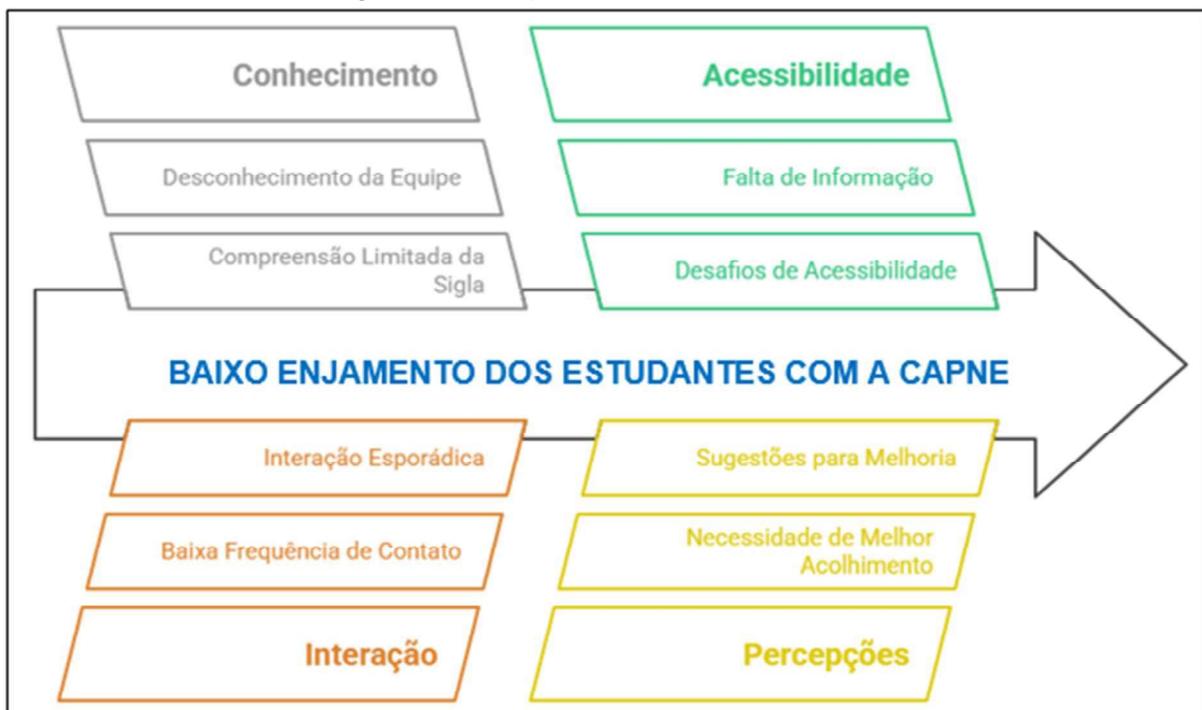
“(…) A pior coisa do mundo é se sentir excluído e diferente dos outros colegas por não ser capaz de realizar as mesmas atividades que eles ou agir como eles, então esse acolhimento traz essa sensação de pertencimento e deixa o convívio escolar mais leve”.

“(…) é importante pra construir um ambiente melhor pra todos”.

Por fim, as sugestões dos próprios estudantes evidenciam a demanda por maior divulgação da CAPNE, sobretudo no que tange à disponibilização de informações claras sobre suas funções, localização e a equipe responsável. Muitos indicam a criação de estratégias para melhorar a comunicação com o corpo discente, a fim de promover uma maior acessibilidade e compreensão do setor.

Em resumo, condensamos os resultados da análise das respostas apresentadas pelos alunos na Figura 7, corroborando com o baixo engajamento dessa classe de participantes:

Figura 7 – Interação dos alunos com a CAPNE



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Em suma, evidenciamos um panorama ambivalente, por um lado, há um reconhecimento parcial da importância do setor e da sua função na promoção da inclusão educacional; por outro, nota-se um déficit considerável de informação e interação direta com

seus serviços. Embora uma parcela significativa dos alunos tenha ouvido falar sobre o setor, muitos ainda desconhecem seu funcionamento, sua localização, os profissionais envolvidos e os serviços oferecidos, o que limita o acesso e reduz sua efetividade institucional.

Esse cenário nos mostra que a CAPNE, apesar de ser considerada relevante e essencial para garantir igualdade de oportunidades, ainda enfrenta desafios relacionados à visibilidade, acessibilidade informacional e integração com a comunidade estudantil. A percepção de sua importância aparece mais como um ideal, fundamentado na empatia e no entendimento coletivo do valor da inclusão, do que como um resultado de experiências concretas com o setor.

Por fim, ao analisarmos as sugestões dos alunos notamos uma percepção heterogênea sobre a CAPNE no contexto institucional. A distribuição das respostas, embora quantitativamente reduzida, nos aponta elementos importantes para reflexões e melhorias na atuação do setor:

Quadro 13 – Sugestões de melhorias apresentadas pelos alunos

Categoria	Resposta	Percentual
Falta de informação / comunicação	“Deveria ter mais informações sobre a CAPNE fornecidas aos alunos. Muitos nem sabem da existência desse setor.”	14,29%
Avaliação positiva	“Ótimo setor e de extrema importância para os alunos do Campus”.	14,29%
Sugestão de melhoria no atendimento	Acho o trabalho do setor de extrema importância, portanto deve ter melhora ao atendimento a alguns alunos que muitas das vezes tiveram atenção, mas o seu problema não foi resolvido.	14,29%
Melhorias nas filas e comunicação sobre necessidades específicas	Melhorar as filas preferenciais, principalmente na cantina e nos ônibus. E explicar mais para alunos e professores sobre casos de alguns colegas que porta de necessidades específicas, evitando mal-entendidos e situações desconfortáveis por falta de informação.	14,29%
Respostas neutra	Não sei o que é.	42,87%
	Não tenho nenhuma.	
	Não tenho nada a dizer.	

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Deprendemos que parte significativa dos estudantes (42,87%) demonstra desconhecimento sobre a existência do setor, indicando falhas na divulgação e na comunicação institucional, o que reforça a necessidade de ações mais eficazes para informar e engajar a comunidade escolar. Em contrapartida, percebemos o reconhecimento da importância do setor, e sugestões construtivas sobre a melhoria no atendimento e na resolução de demandas, dentre as quais destacamos questões práticas, como o aprimoramento das filas preferenciais e a

necessidade de maior conscientização sobre as necessidades específicas dos colegas, a fim de evitar situações de constrangimento.

Por todo exposto, é evidente a relevância da CAPNE, mas também a urgência de fortalecer sua visibilidade, escuta ativa e articulação com os demais setores da instituição para promover uma inclusão efetiva. Dessa forma, recomenda-se que a gestão da instituição, em parceria com a própria CAPNE, intensifique ações de divulgação e educação inclusiva, fortalecendo o diálogo entre o setor, docentes, servidores e discentes. Promover momentos de formação, rodas de conversa, campanhas informativas e maior transparência nas ações da CAPNE pode contribuir para a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva, onde todos os estudantes se sintam acolhidos, respeitados e com reais oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

4 Conclusão

Ao final deste estudo, reafirmamos a relevância da atuação da CAPNE no IFTM Campus Paracatu como um setor essencial à promoção da inclusão e ao acolhimento de estudantes com necessidades educacionais específicas. As análises apontam que há, sim, reconhecimento por parte da comunidade interna sobre a importância do setor. Contudo, também identificamos diversos desafios que ainda impedem que a CAPNE alcance seu pleno potencial e cumpra integralmente sua missão institucional.

Pela avaliação dos servidores lotados na própria CAPNE, compreendemos que há uma dedicação significativa por parte da equipe. No entanto, também nos chamou atenção a preocupação recorrente com a falta de capacitação contínua e com a ausência de profissionais especializados, como o de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A atuação em um campo tão dinâmico e sensível exige atualização constante, e essa carência impacta diretamente a qualidade do atendimento e o bem-estar dos profissionais envolvidos.

Como, trabalhadores da educação, de uma forma geral, sempre nos deparamos com diversos desafios no nosso cotidiano. Dentre as respostas, percebemos que as falhas na comunicação interna entre os setores e a ausência de um profissional efetivo de Atendimento Educacional Especializado (AEE) são frequentemente mencionadas como obstáculos que comprometem nossa capacidade de atender às necessidades dos estudantes, um problema que possivelmente ocorre em nível institucional.

Diante disso, identificamos a falta de treinamento contínuo e a escassez de recursos financeiros destinados a iniciativas de inclusão como fatores limitantes. De outro lado, não

obstante os desafios mencionados, emergem também sugestões construtivas que podem nos ajudar a avançar. Dentre essas, a contratação de especialistas, a promoção de um diálogo mais eficiente entre as equipes e a organização de reuniões frequentes são algumas das propostas que podemos considerar para melhorar nossa atuação e, conseqüentemente a inclusão no Campus Paracatu do IFTM.

Por seu turno, os dados coletados junto aos servidores docentes e técnicos administrativos sobre a atuação da CAPNE no IFTM Campus Paracatu revela importantes progressos, assim como desafios significativos que precisam ser enfrentados para a consolidação de uma política de inclusão efetiva.

É evidente que o setor já é reconhecido por parte da comunidade interna, principalmente no que tange à sua estrutura e importância para o acolhimento de alunos com necessidades específicas. Apesar disso, notamos que essa percepção ainda é limitada por lacunas de conhecimento, subutilização dos serviços e deficiências na comunicação institucional.

Com os alunos, identificamos uma compreensão ambígua. Isso porque, apesar grande parte deles afirmar conhecer a CAPNE, poucos compreendem de fato seu papel, sua equipe e os serviços oferecem. Este contexto demonstra que o conhecimento sobre o setor é superficial e, em muitos casos, construído mais pela convivência com colegas do que por uma aproximação direta com o setor. Essa visão é reforçada diante da baixa procura pela CAPNE, evidenciada pelos mais de 70% de alunos que nunca utilizaram seus serviços.

Ainda assim, é gratificante constatar que os estudantes atribuem grande valor à existência da CAPNE, reconhecendo seu papel na construção de um ambiente escolar mais justo e acolhedor. Os depoimentos coletados reforçam o desejo de um espaço que respeite as diferenças, garanta igualdade de oportunidades e proporcione suporte efetivo aos que mais precisam.

Essa valorização, mesmo que acompanhada de distanciamento prático, é um indicativo promissor para ações futuras de engajamento para construirmos pontes entre os setores e comunidade escolar, investindo esforços em práticas que promovam o diálogo, o pertencimento, a empatia, a acessibilidade e a inclusão no IFTM.

As sugestões de melhorias apresentadas ao longo dos resultados convergem para quatro grandes frentes que consideramos essenciais. São elas, ampliar a divulgação e comunicação sobre o setor, investir na capacitação contínua dos servidores, fortalecer a estrutura física e de pessoal da CAPNE, e promover uma maior articulação entre os diferentes setores da instituição.

Além disso, por não termos encontrado registros completos dos atendimentos realizados ao longo dos anos, ou séries históricas sobre as principais necessidades dos alunos que demandaram atendimento educacional especializado, indica a necessidade de melhoria nos processos de monitoramento e acompanhamento das demandas, mesmo que essa proposta não tenha sido vinculada por nenhum dos participantes da pesquisa.

Todas essas propostas reforçam a necessidade de uma atuação estratégica e integrada, que envolva gestão, equipe técnica, servidores em geral e estudantes. Diante disso, sugerimos ainda uma maior integração entre os setores do campus, uma integração contínua com a gestão e o estabelecimento de parcerias com órgãos e instituições para ampliação do atendimento educacional especializado, considerando as possíveis limitações estruturais e financeiras do Campus.

Diante do exposto, compreendemos que a inclusão deve ser assumida como uma responsabilidade coletiva e institucional, sendo fundamental o fortalecimento dos setores envolvidos no atendimento dos alunos com necessidades especiais, vinculado ao compromisso de toda a comunidade escolar em promover a equidade, a acessibilidade e a justiça social não somente no âmbito do IFTM, mas em todas as instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020.** Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 189, p. 6, 1 out. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1-2, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2-11, 7 jul. 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 29 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 2009. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-4-de-2-de-outubro-de-2009-8210244>. Acesso em: 15 maio 2025.

CAMARGO, F. P. de. O impacto da Lei 13.409/2016 no ingresso de pessoas com deficiência nos Institutos Federais de educação, ciência e tecnologia. **Revista Inter-Ação**, v. 49, n. 3, p. 1502–1512, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/81284>. Acesso em mar. 2025.

CARDOSO, T. da S.; BASTOS, A. M. Inclusão de estudantes autistas nos institutos federais: uma análise da atuação dos núcleos de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**, v. 1, n. 1, p1-25, 2024. Disponível em: <https://revistas.ifpr.edu.br/index.php/mundisociais/article/view/2234>. Acesso em mar. 2025.

FRANCO, A. B. M.; VILARONGA C. A. R. O contexto da inclusão escolar nos Institutos Federais e no Ensino Médio integrado. **Revista Cocar**, v. 15, n. 33, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4420>. Acesso em fev. 2025.

GUSMÃO, G. DE C. Análise das ações do núcleo de apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNE) do instituto federal do norte de minas gerais no período de 2016 a 2019. **REIN - Revista Educação Inclusiva**, v. 7, n. 2, p. 419–431, 2023. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/1002>. Acesso em: 10 mar. 2025.

MELADO, K. C.; RAMOS, M. dos R. Educação especial inclusiva no Instituto Federal do Espírito Santo: atuação do núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas no campus Cariacica. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 12, p. e11126, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n12-219. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/11126>. Acesso em mar. 2025.

MENDES, K. A. M. de O. **Educação especial inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia brasileiros**. Tese – (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, p. 167. 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/teseserver/api/core/bitstreams/1de795f0-bdb0-4250-962f-646deae7002a/content>. Acesso em mar. 2025.

NEGRI, L. M; *et al.*. Revisão sistemática: Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas nos Institutos Federais de Educação. **Perspectiva**, v.43, n.1, p.1-18, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/99014>. Acesso em mar. 2025.

OLIVEIRA, D. N. DE; SILVA, I. R. da; MAFEZONI, A. C. Problematizações sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. *Revista Educação Especial em Debate*, v. 9, n. 17, p. 132-146, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/reed/article/view/45035>. Acesso em mar. 2025.

OLIVEIRA, S. M. A.; MATOS, R. P. Estratégias do NAPNE para o apoio escolar aos estudantes com TDAH dos cursos técnicos integrados ao médio do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Montes Claros. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar** v. 5, n. 10, p. e5105818, 2024. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/5818>. Acesso em mar. 2025.

SANTOS, J. R.; VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G Regulamentos dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas nos Institutos Federais brasileiro. **Revista Educação Especial**, v. 36, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1984-686X2023000100223&script=sci_arttext. Acesso em: 11 fev. 2025.

SONZA, A. P., VILARONGA, C. A. R., MENDES, E. G. Os NAPNEs e o plano educacional individualizado nos Institutos Federais de Educação. **Revista Educação Especial**, v. 36, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313162288069/313162288069.pdf>. Acesso em fev.2025.

VILARONGA, C. A. R.; *et al.*. Inclusão escolar e atuação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas no Instituto Federal de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, p. 283-307, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313162288069/313162288069.pdf>. Acesso em fev.2025.

ZERVATO, A. P.; VILARONGA, C. A. R.; SANTOS, J. R. Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: Reflexões sobre a Atuação do Professor de Educação Especial. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v.27, e0196, p.319-336, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/nccRhD3yhzFM8HwjGjvYCdv/>. Acesso em fev.2025.

4. APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Relatório técnico sobre a atuação da CAPNE no IFTM Campus Paracatu: diagnóstico, propostas e planos de ação para a Educação Inclusiva

Technical report on CAPNE's performance at IFTM Campus Paracatu: diagnosis, proposals and action plans for Inclusive Education

Luciene Carla Silva Rufino

Debora Astoni Moreira

Resumo: Apresentamos nesse trabalho o desenvolvimento e a avaliação de um relatório técnico voltado à atuação da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE) no IFTM Campus Paracatu, em alguns institutos denominado de NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. A partir de uma abordagem metodológica que combina coleta de dados qualitativos e quantitativos, o produto foi desenvolvido com base nas percepções de alunos e servidores sobre a atuação do setor, o que permitiu identificar pontos fortes e desafios no contexto da inclusão escolar. Como consequência, apresentamos no relatório técnico uma síntese dos resultados da avaliação da CAPNE de forma didática e completa, e propomos um plano de ações estratégicas de curto, médio e longo prazo para aprimorar as práticas inclusivas, promover acessibilidade e fortalecer o atendimento às necessidades específicas dos estudantes. A partir dessas contribuições, o trabalho oferta subsídios para a gestão institucional, podendo servir como referência para outras instituições interessadas em promover uma educação realmente inclusiva e equitativa. A avaliação do produto demonstrou que ele é relevante, bem estruturado e aplicável, contribuindo significativamente para a atuação da CAPNE e para a promoção da educação inclusiva. Com efeito, o produto foi reconhecido como uma ferramenta eficaz de diagnóstico, planejamento e gestão, com linguagem acessível, potencial de replicabilidade e sugestões viáveis.

Palavras-chave: CAPNE. Diagnóstico. Educação inclusiva. Plano de ações. Inclusão escolar.

Abstract: This article presents the development and evaluation of a technical report focused on the performance of the Coordination of Assistance to People with Specific Educational Needs (CAPNE) at IFTM Campus Paracatu, in some institutes called NAPNE – Center for Assistance to People with Specific Educational Needs. Through a methodological approach that combines qualitative and quantitative data collection, the product was developed based on the perceptions of students and staff about the performance of the sector, which allowed identifying strengths and challenges in the context of school inclusion. As a result, it presents a synthesis of the results of the CAPNE evaluation in a didactic and complete way, and the document also proposes a short, medium and long-term strategic action plan to improve inclusive practices, promote accessibility and strengthen the service to the specific needs of students. Based on these contributions, the work seeks to offer subsidies for institutional management, and can serve as a reference for other institutions interested in promoting a truly inclusive and equitable education. The evaluation of the product demonstrated that it is relevant, well-structured and applicable, contributing significantly to the work of CAPNE and to the promotion

of inclusive education. It was recognized as an effective diagnostic, planning and management tool, with accessible language, potential for replicability and viable suggestions.

Keywords: CAPNE. Diagnosis. Inclusive education. Action plan. School inclusion.

INTRODUÇÃO

A atenção à educação das pessoas com deficiência não é um tema recente. Alinhada a movimentos internacionais e a marcos legais do país, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) demonstra o compromisso com os princípios globais e com as iniciativas locais voltadas à inserção das pessoas com deficiência na sociedade (Rufino; Moreira, 2025).

Ao definir orientações específicas para as instituições educacionais e assegurar ações inclusivas, a LBI reafirma a busca por equidade no acesso à educação. No entanto, como indicam os levantamentos de Rufino e Moreira (2025) sua aplicação plena ainda enfrenta obstáculos, como a realização efetiva das adaptações necessárias, a qualificação dos profissionais da área e a eliminação de barreiras estruturais, aspectos que continuam exigindo atenção e esforços contínuos.

Nesta conjuntura, visando contribuir para promoção da inclusão, verificamos as percepções sobre inclusão e desafios institucionais para efetividade da CAPNE no IFTM Campus Paracatu. Como resultado elaboramos um Relatório Técnico, que apresentaremos neste artigo, juntamente com o percurso metodológico adotado para o seu desenvolvimento as principais conclusões da investigação, as propostas de melhoria apresentadas e a avaliação do material desenvolvido.

Consigamos que o relatório é um Produto Educacional vinculado ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A CAPNE NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: um olhar sobre a gestão na Educação Inclusiva no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu”, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Urutá (GO).

Por se tratar de um mestrado profissional a pesquisa resultou num Relatório Técnico, um produto educacional de grande import para a gestão educacional e a promoção da inclusão no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) – Campus Paracatu. O mencionado relatório teve como objetivo central identificar se a instituição realmente exerce a condição de escola inclusiva, bem como quais ações estão sendo desenvolvidas ou podem ser desenvolvidas para assegurar a inclusão enquanto diretriz norteadora das atividades escolares.

A concepção deste produto partiu da necessidade de se estabelecer um diagnóstico fundamentado, que permita compreender a atual realidade da inclusão no campus e subsidiar a gestão na formulação de estratégias concretas para aprimorar a acessibilidade e a equidade educacional. Nesse viés, o relatório foi estruturado numa análise criteriosa da inclusão a partir da perspectiva de alunos e servidores, considerando diretrizes educacionais e políticas institucionais voltadas para a educação inclusiva.

A ideia também envolveu o desenvolvimento de um plano de ações estratégicas, consolidando as diretrizes identificadas na pesquisa em propostas para a instituição, que servirá como um direcionamento para a gestão do campus, e poderá ser adaptado e replicado em outras escolas, configurando-se como um modelo inovador e aplicável em diferentes contextos institucionais.

Neste contexto, apresentamos o Produto Educacional, descrevendo todo o percurso metodológico adotado em sua concepção, elaboração e avaliação. A partir disso é possível compreender os fundamentos que orientaram sua construção, os objetivos que nortearam sua criação e os recursos utilizados para sua realização. Além disso, expomos os critérios e instrumentos utilizados na avaliação final, considerando sua validade, aplicabilidade e potencial de contribuição para a promoção da inclusão, da equidade e da acessibilidade no contexto educacional. Por fim, refletimos sobre os resultados obtidos e as possibilidades de aprimoramento do material, com base no compromisso institucional com a inclusão.

1 Contextualização do atendimento educacional às pessoas com necessidades específicas no âmbito dos Institutos Federais (IFs)

Nos Institutos Federais, a inclusão educacional de pessoas com deficiência é uma pauta que ganhou corpo com os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs), ou Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE), como no caso do IFTM Campus Paracatu, que surgem como espaços estratégicos para garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência ou outras necessidades educacionais específicas, conforme destacam Negri *et al.* (2025).

Esses núcleos buscam garantir que estudantes com necessidades específicas tenham acesso à profissionalização e, conseqüentemente, à autonomia econômica (Gusmão, 2023). Desde então, sua atuação foi se ampliando. Segundo Vilaronga *et al.* (2021), os NAPNEs

articulam pessoas, setores e políticas institucionais com o objetivo de eliminar barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais no ambiente escolar.

A Educação Profissional e Tecnológica, como defendem Cardoso e Bastos (2024), tem o compromisso de formar cidadãos críticos e autônomos. Por isso, precisa garantir uma formação acessível e equitativa, que respeite a diversidade e promova a convivência. Nesse sentido, os NAPNEs, ou CAPNEs, têm desenvolvido ações que vão desde o suporte pedagógico até a promoção de eventos e formações voltadas à inclusão (Franco; Vilaronga, 2021).

Esses setores vêm cumprindo um papel essencial na efetivação do direito à educação, pois articulam ações que garantem não só o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes público-alvo da Educação Especial – PAEE (Negri, 2025; Gusmão, 2023).

Idealmente os CAPNEs/NAPNEs deveriam contar com trabalho de equipes multidisciplinares, envolvendo pedagogos, psicólogos, intérpretes de Libras e assistentes sociais (Cardoso; Bastos, 2024). No entanto, como alertam Vilaronga *et al.* (2021) e Oliveira e Matos (2024), nem sempre essa composição se concretiza, o que gera dificuldades na efetividade do atendimento, agravadas por contratos temporários, falta de capacitação e sobrecarga dos profissionais (Mendes, 2017; Negri *et al.*, 2025).

Apesar da importância e dos avanços, os NAPNEs ainda enfrentam desafios significativos. A falta de estrutura, a rotatividade de profissionais e a ausência de equipes multidisciplinares comprometem a efetividade das ações (Mendes, 2017; Oliveira; Matos, 2024). Além disso, muitos servidores ainda não têm formação específica na área da Educação Especial, o que limita o atendimento qualificado aos estudantes (Negri *et al.*, 2025).

Nesse sentido, persistem desafios como resistência institucional, escassez de recursos, ausência de materiais adaptados e de infraestrutura adequada, além da falta de diretrizes claras que fortaleçam a política inclusiva como prática consolidada (Sonza; Vilaronga; Mendes, 2020; Oliveira; Silva; Mafezoni, 2024; Melado; Ramos, 2024).

Como apontam Cardoso e Bastos (2024), para além das normativas, o que sustenta o trabalho desses núcleos é a certeza de que a inclusão não é um favor – é um direito. Por isso, é fundamental que os IFs reconheçam a importância da atuação dos NAPNEs não como um setor à parte, mas como parte integrada da proposta educacional inclusiva, que deve ser fortalecida por políticas públicas, formação continuada e compromisso coletivo com a equidade educacional (Franco; Vilaronga, 2021; Negri *et al.*, 2025).

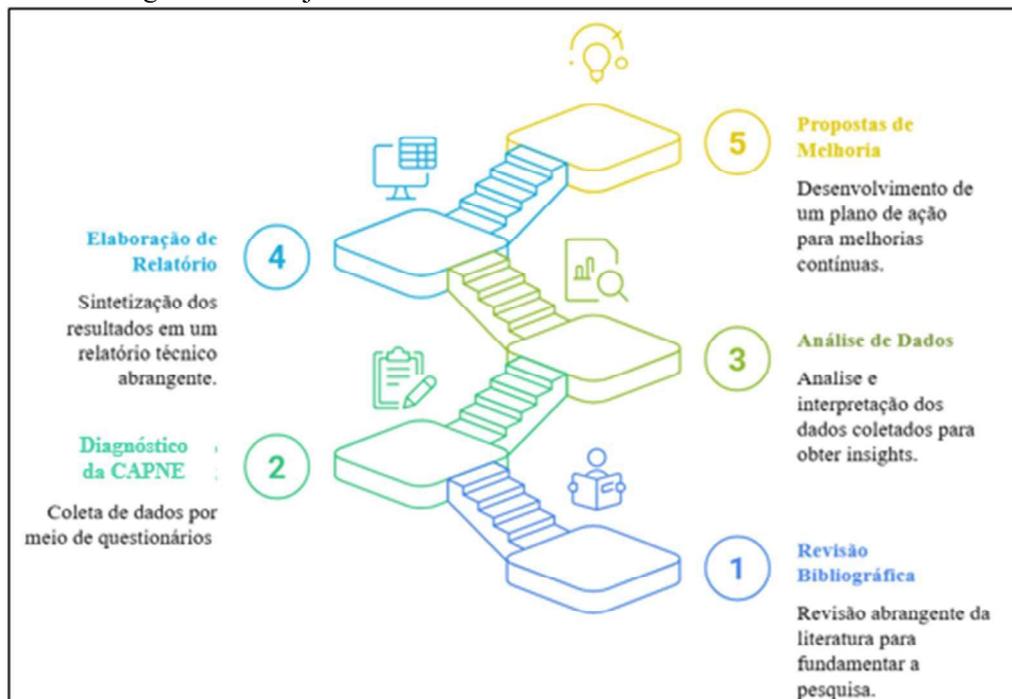
2 Materiais e métodos

O desenvolvimento do Relatório Técnico foi fundamentado em uma abordagem qualitativa, descritiva e analítica, cujo objetivo principal foi avaliar a atuação da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE) no IFTM Campus Paracatu, com vistas a promover uma compreensão aprofundada de suas ações, desafios e potencialidades.

O estudo que embasa o relatório técnico teve como propósito principal analisar a relevância e a efetividade da CAPNE na promoção da Educação Inclusiva no IFTM Campus Paracatu, verificando se as ações desenvolvidas pelo setor correspondem adequadamente às demandas dos alunos com necessidades específicas. Para alcançar esse objetivo, utilizou-se uma abordagem metodológica aplicada e de campo, envolvendo a coleta e a análise de dados tanto quantitativos quanto qualitativos.

A elaboração do produto final foi permeada por uma sequência de etapas metodológicas, que integraram a coleta, análise e interpretação dos dados, fundamentando-se em revisão bibliográfica e na produção de conhecimentos a partir da experiência empírica com os sujeitos envolvidos na pesquisa, observe a trajetória metodológica delineado na Figura 4.1:

Figura 4.1 - Trajetória de desenvolvimento do Produto Educacional



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Inicialmente, realizamos uma revisão bibliográfica que orientou o entendimento teórico sobre educação inclusiva e a atuação dos setores responsáveis por atendimento a alunos com necessidades específicas em instituições federais de ensino. Essa etapa permitiu situar as percepções diagnósticas obtidas na pesquisa empírica num quadro teórico mais amplo, contribuindo para uma análise mais crítica e fundamentada do papel da CAPNE na promoção da inclusão.

Nesse sentido, conseguimos contextualizar a pesquisa e ter subsídios para a análise dos dados, trazendo para o contexto do estudo as discussões existentes na literatura sobre a atuação de setores de apoio à educação inclusiva, especialmente em instituições federais de ensino.

Na sequência, realizamos uma pesquisa de campo, cuja coleta de dados ocorreu mediante a aplicação de questionários específicos. Para atender aos objetivos delineados, foram utilizados três instrumentos distintos, sendo que os principais, divididos em 2 fases.

Na primeira fase, foram aplicados questionários iniciais aos estudantes (Apêndice H), docentes e técnicos administrativos (Apêndice I), com o intuito de captar suas percepções e conhecimentos acerca do funcionamento da CAPNE, além de identificar sugestões de melhorias e ações necessárias. Participaram dessa fase um total de 19 (dezenove) servidores e 7 (sete) estudantes, cujas respostas ofereceram uma visão inicial sobre o nível de entendimento e a percepção geral acerca do setor.

Na segunda fase, foi dirigido um questionário específico aos servidores lotados no próprio setor da CAPNE (Apêndice J), com o objetivo de aprofundar o entendimento sobre suas ações, dificuldades e desafios enfrentados no exercício de suas funções. Ressaltamos que essa etapa contou com a participação de 4 (quatro) servidores, o que representa 80% dos servidores do setor, cujas percepções contribuiriam para compreendermos as especificidades e as demandas do setor, bem como para identificarmos questões relacionadas à capacitação, comunicação interna e recursos disponíveis.

Após a coleta das informações, no tratamento dos dados seguimos uma análise qualitativa interpretativa, na qual categorizamos as perguntas e respostas por eixos temáticos/contextuais, possibilitando uma compreensão abrangente das práticas da CAPNE e dos pontos críticos para sua atuação. A partir dessa análise, elaboramos o Relatório Técnico que sintetiza as principais características da atuação do setor, apresenta a visão dos diversos públicos sobre o atendimento oferecido e propõe um plano de ação visando a melhoria contínua da educação inclusiva no campus Paracatu.

O caminho percorrido no desenvolvimento do produto facilitou a construção de uma narrativa clara e fundamentada, que incitou reflexões sobre a complexidade e a relevância do

tema, ao mesmo tempo em que subsidiou o apontamento de ações de melhorias para o setor de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas no âmbito do IFTM-Paracatu.

Tendo em vista o exposto, o percurso metodológico adotado assegurou a coerência, a rigorosidade e a legitimidade dos resultados apresentados no relatório técnico, contribuindo para uma compreensão mais acurada da atuação da CAPNE e de seu impacto na promoção da inclusão escolar, disponibilizando elementos concretos para a formulação de ações estratégicas voltadas ao aprimoramento contínuo do setor.

3 Apresentação do Relatório Técnico

O relatório técnico, construído a partir dos resultados da pesquisa constitui o produto final deste estudo e tem por finalidade oferecer um diagnóstico detalhado sobre a atuação da CAPNE no IFTM Campus Paracatu. Nele, interpretamos as características do atendimento prestado, com destaque para a percepção dos alunos, docentes e servidores, bem como as práticas e os desafios enfrentados pela coordenação.

Figura 4.2 – Apresentação do Produto Educacional

ATUAÇÃO DA CAPNE NO IFTM CAMPUS PARACATU

RELATÓRIO TÉCNICO

Luciene Carla Silva Rufino
Débora Astoni Moreira

2025

FICHA TÉCNICA

Autora: Luciene Carla Silva Rufino
Orientadora: Prof^a. Dra. Débora Astoni Moreira

Diagramação, fluxogramas e recursos visuais adicionais: Luciene Carla Silva Rufino com utilização de recursos do Canva e AppNapkin.

Informações adicionais do Produto Educacional
Tipo de produto: Material instrucional.
Subtipo de produto: Material textual de apoio

PpgEnEB
MESTRADO EM ENSINO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA (PPG/ENEB)

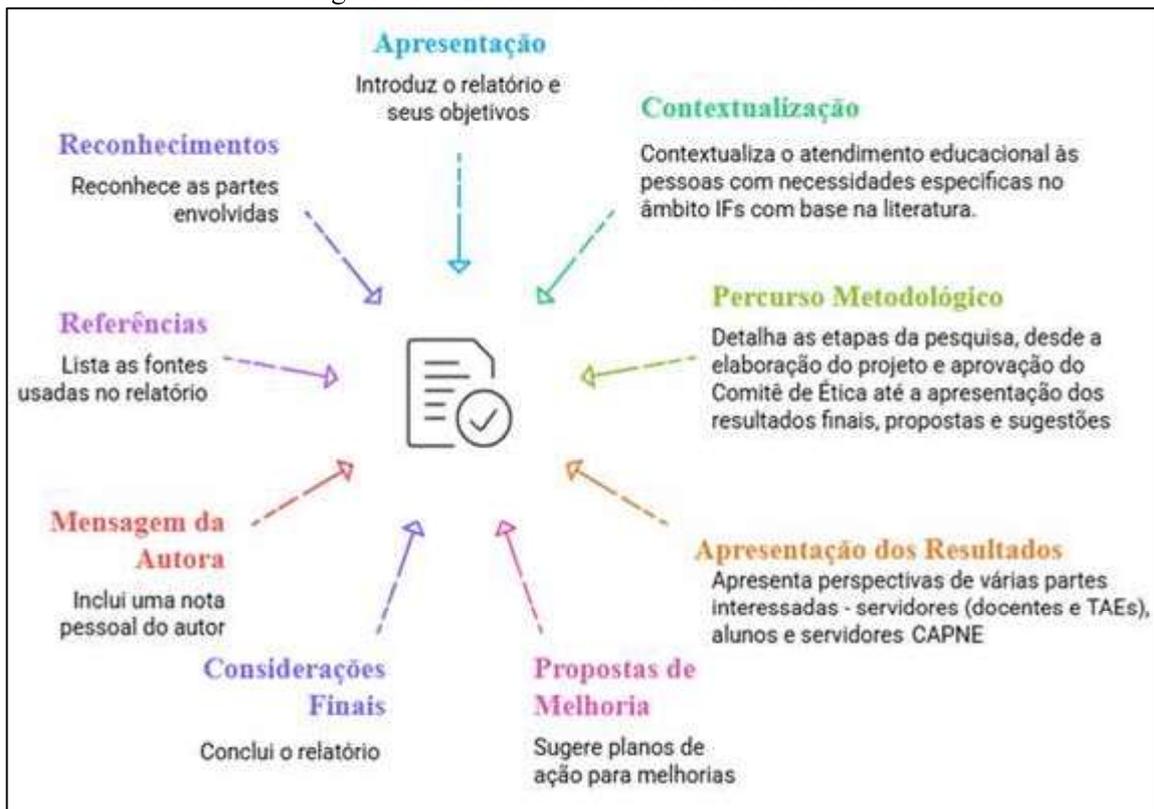
INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus
Urutaí

Este trabalho é um Produto Educacional vinculado ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "O CAPNE NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: um olhar sobre a gestão na Educação Inclusiva no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu", desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Urutaí (GO).

Fonte: Produto Educacional Elaborado (2025)

O produto foi estruturado para apresentar, de forma clara e objetiva, as informações coletadas e as conclusões da pesquisa, facilitando a compreensão das necessidades e potencialidades por toda comunidade escolar, neste viés foi apresentado com a seguinte estrutura:

Figura 4.3 – Estrutura do Produto Educacional



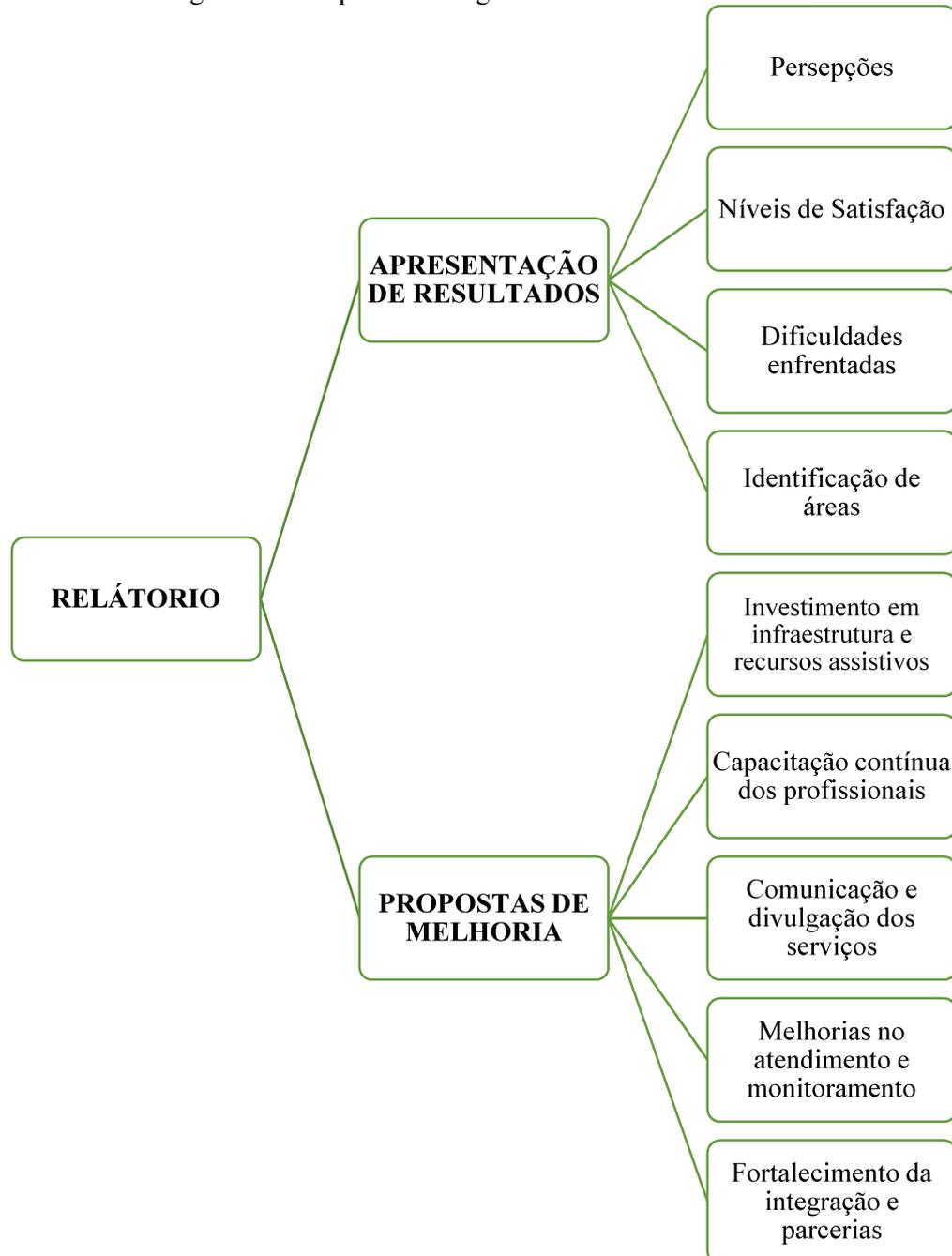
Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

O relatório está estruturado em duas partes principais, abordando diferentes aspectos da pesquisa realizada, conforme delineamos na Figura 4.4.

Na primeira parte apresentamos os resultados da pesquisa realizada, com exposição dos dados coletados por meio de questionários aplicados aos servidores e alunos do campus. Nesse viés, discutimos as percepções, níveis de satisfação, grau de conhecimento sobre os serviços da CAPNE, bem como as dificuldades enfrentadas pelos envolvidos no processo de inclusão. Com efeito fornecemos uma compreensão ampla do cenário atual, identificando as áreas que suportam o avanço da inclusão e aquelas que necessitam de atenção especial.

Na segunda parte, apresentamos algumas propostas de melhoria, com plano de ação para cada sugestão. Assim, com fundamento nos resultados obtidos, desenvolvemos propostas de melhorias, organizadas em ações de curto, médio e longo prazo.

Figura 4.4 – Tópicos estratégicos do Produto Educacional



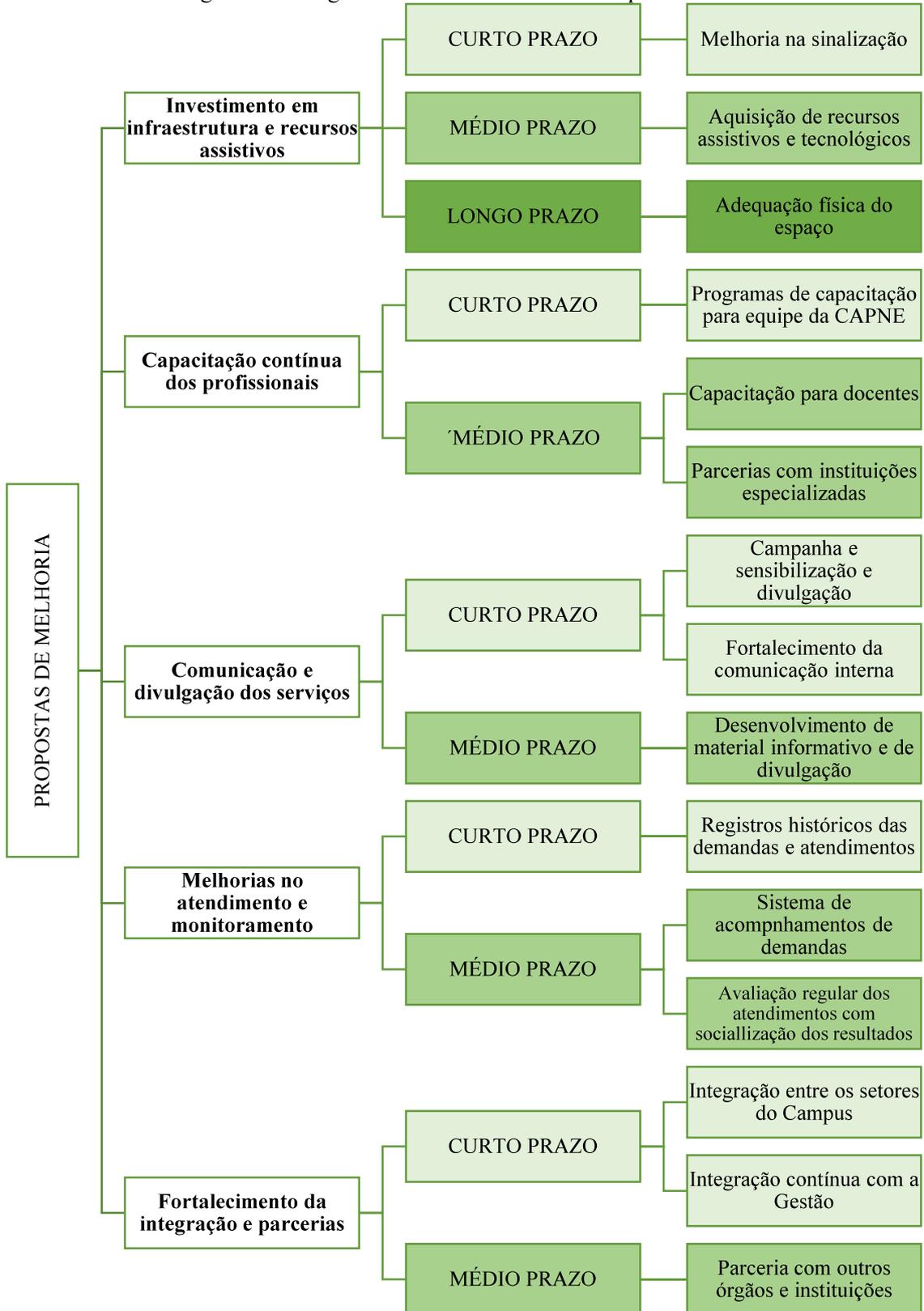
Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Com as medidas apresentadas buscamos melhorar a eficiência do atendimento, fortalecer a comunicação interna, ampliar a capacitação profissional e promover a acessibilidade. Neste cenário, procuramos estruturar um plano de ação viável e estratégico, que oriente a implementação de mudanças concretas e colaborativas no setor.

Na figura 4.5 apresentamos as principais propostas de melhoria organizadas em cinco áreas estratégicas: investimento em infraestrutura e recursos assistivos, capacitação contínua

dos profissionais, comunicação e divulgação dos serviços, melhorias no atendimento e monitoramento, e fortalecimento da integração e parcerias:

Figura 4.5 – Sugestões de melhoria a serem implementadas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

É importante observamos que as medidas propostas são organizadas em três horizontes temporais. As ações de curto prazo são soluções essenciais, de custo reduzido, que podem ser adotadas rapidamente e com facilidade, proporcionando melhorias imediatas. Já as medidas de médio prazo envolvem um planejamento mais detalhado e o alinhamento entre diferentes setores da instituição, são medidas de custos moderados que permitem uma execução sustentável.

Por fim, as medidas de longo prazo são aquelas que exigem um planejamento estratégico mais abrangente, além de uma maior alocação de recursos, visando a mudanças estruturais e duradouras que consolidem os avanços alcançados.

Como se pode observar a maior parte das propostas se concentram em medidas de curto e médio prazo. Muitas dessas ações são planejadas para o curto prazo, o que permite a implementação rápida de melhorias com impacto imediato na acessibilidade e no atendimento aos alunos com necessidades específicas. Além disso, as medidas de médio prazo reforçam a continuidade e o aprofundamento das ações, consolidando avanços estruturais e institucionais que promovem a sustentabilidade das melhorias propostas ao longo do tempo.

Essa divisão temporal facilita a organização das ações, equilibrando impactos imediatos com melhorias contínuas e sustentáveis. Com a combinação de iniciativas de curto, médio e longo prazo evidenciamos a necessidade da instituição se manter compromissada com a transformação gradual e consistente do contexto institucional e manutenção das políticas inclusivas, especialmente no tocante a capacitação e comunicação.

Com esse plano de ação procuramos fortalecer a atuação da CAPNE, aprimorar as condições de atendimento e promover práticas inclusivas mais eficazes, contribuindo para a melhoria da experiência acadêmica dos alunos com necessidades educacionais específicas e dos próprios servidores, sejam aqueles que atuam diretamente no setor, sejam aqueles que demandam seus serviços.

A combinação de todos os elementos do relatório oferece uma visão completa e fundamentada, contribuindo tanto para o diagnóstico quanto para a proposição de estratégias de fortalecimento da inclusão, alinhadas com os princípios pedagógicos e sociais do campus. Desta forma, o relatório técnico serve como um instrumento de apoio para gestores, servidores e demais atores envolvidos no processo de inclusão, auxiliando na tomada de decisões e na implementação de melhorias no IFTM Campus Paracatu.

4 Avaliação do Produto Educacional

Na última fase da pesquisa, após a elaboração e socialização do Produto, aplicamos um questionário final (Apêndice K) voltado à avaliação do produto educacional, que foi respondido pelo Diretor Geral, pelos coordenadores dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, pelo Coordenador Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela Coordenadora Geral de Administração e Planejamento e pela Coordenadora da CAPNE, totalizando 6 (seis) respondentes.

Considerando as avaliações e análises realizadas, o relatório técnico representa uma contribuição significativa para a compreensão e aprimoramento da educação inclusiva na instituição, fundamentando propostas práticas alinhadas com as demandas reais dos usuários e com as melhores práticas indicadas pela literatura acadêmica.

Quadro 4.1 – Resultados gerais da avaliação do produto educacional por categoria

Categoria	Pergunta (s) do questionário
Avaliação da contribuição do PE para a prática institucional	1. O produto apresentado contribui para aprimorar a atuação da CAPNE no Campus Paracatu? Justifique sua resposta.
	6. Quais as contribuições desse produto para a promoção da educação inclusiva?
Clareza e acessibilidade da linguagem do PE	2. A linguagem utilizada no produto é clara e de fácil compreensão?
Aplicabilidade e usabilidade do produto	3. As estratégias evidenciadas são factíveis?
	5. O modelo em que o produto foi apresentado facilita sua utilização por outras instituições?
Sugestões de melhoria	7. Se pudesse propor alguma melhoria ou modificação no produto, qual seria sua(s) proposta(s)?

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

A avaliação da contribuição do produto para a prática institucional, denota que o produto é amplamente reconhecido como uma ferramenta estratégica para aprimorar a atuação da CAPNE, tanto no diagnóstico quanto no planejamento e na execução de políticas inclusivas: As respostas caracterizam a relevância do produto para a atuação institucional, o potencial para subsidiar decisões, fortalecer a gestão e contribuição para a educação inclusiva e incentivar a participação da comunidade escolar, observe as unidades de registro destacada no Quadro 4.2:

Quadro 4.2 – Contribuição do PE para a prática educacional por categoria

Categoria	Unidades de registro
Relevância do produto para a atuação institucional	"extremamente relevante para aprimorar a atuação da CAPNE"
	"fornece informações necessárias para a atuação do setor"
	"valoroso", "fortalece o trabalho"

	"avalia o estágio atual da eficiência", "direcionar as ações"
Potencial para subsidiar decisões e fortalecer a gestão	"subsídio à tomada de decisões"
	"informações e direcionamentos trazidas pelo relatório"
	"instrumento para melhoria da gestão e planejamento"
	"dados e evidências que embasam decisões"
Contribuição para a educação inclusiva	"construção de um ambiente escolar acolhedor e diversificado"
	"diagnóstico de barreiras"
	"propostas de ações concretas"
	"sugestão de contratação de profissionais capacitados"
	"formação de professores", "uso de tecnologias assistivas"

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

O produto foi considerado altamente relevante para a atuação da CAPNE, sendo reconhecido como uma ferramenta eficaz de diagnóstico, planejamento e apoio à gestão. Ao reunir percepções da comunidade acadêmica, fornece dados e diretrizes que orientam ações estratégicas e políticas inclusivas. Além disso, contribui para a transformação do ambiente escolar ao identificar barreiras e propor medidas concretas voltadas à acessibilidade, formação docente e acolhimento, promovendo uma cultura de respeito à diversidade.

Sua contribuição vai além do levantamento de dados: ele propõe caminhos concretos para a inclusão e fortalece a gestão participativa ao considerar as percepções da comunidade escolar. Além disso, ao propor ações como capacitação de profissionais, contratação de especialistas e adaptação institucional, o produto promove a efetivação do direito à educação inclusiva, de modo transversal e intersetorial.

Quanto a aplicabilidade e usabilidade do produto, as respostas reforçam o valor do produto como instrumento de apoio à gestão inclusiva em contextos institucionais diversos:

Quadro 4.3 – Contribuição do PE para a prática educacional por categoria

Categoria	Unidades de registro
Clareza e formato acessível	"linguagem e formato facilitam o entendimento"
	"mesmo de pessoas alheias ao tema"
Adaptabilidade do modelo para outras instituições	"pode refletir problemas de outras instituições"
	"pode ser utilizado ao apontar possíveis caminhos"
	"certamente. Outras IES passam pelos mesmos desafios"
	"facilitam o entendimento mesmo de pessoas que são alheias ao tema"

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Diante do exposto, percebemos que os participantes reconhecem que, apesar do foco local, IFTM Campus Paracatu, o modelo tem potencial de replicabilidade, pois trata de desafios comuns entre instituições de ensino superior. A estrutura do produto, aliada à linguagem clara e acessível, amplia sua usabilidade e permite que outras instituições se inspirem nas estratégias propostas para elaborar ou aperfeiçoar suas próprias ações voltadas à inclusão.

A análise dos dados, nos revela que o produto possui elevada aplicabilidade e usabilidade. Todos os participantes consideraram as estratégias apresentadas como factíveis, assim como todos concordaram que a linguagem utilizada no produto é clara e de fácil compreensão, o que demonstra a viabilidade prática das propostas.

No que se refere às sugestões, a maior parte dos participantes não sugeriram nenhuma melhoria ou alteração, indicando que “Não tenho sugestões para melhoria, pois vejo que o produto já atende às necessidades da CAPNE” e “Ao meu ver o produto já está completo e não mudaria nada.” As duas sugestões apresentadas e já incorporadas à versão final do Relatório se referem a “Informar o objetivo de alteração do serviço que era oferecido pelo NAPNE que agora é estendido pela CAPNE” e “Indicar há quantos anos existe o trabalho da CAPNE no Campus Paracatu”.

Em derradeiro, a unanimidade nas respostas quanto à factibilidade das estratégias revela forte aceitação do conteúdo proposto, indicando que as ações sugeridas são exequíveis e adequadas ao contexto institucional. Nesse sentido, podemos concluir que o relatório é pertinente para apoiar as práticas inclusivas, evidenciando seu potencial para contribuir com o fortalecimento da CAPNE e com a promoção de uma cultura institucional mais sensível à diversidade.

5 Conclusão

O produto desenvolvido, buscou instrumentalizar a efetividade da inclusão escolar, contribuindo para o fortalecimento da educação inclusiva no IFTM – Campus Paracatu e inspirando práticas similares em outras instituições. Com base na análise do relatório técnico concluímos que o documento oferece um diagnóstico preciso e fundamentado acerca das práticas inclusivas adotadas pela instituição, identificando pontos fortes e áreas que demandam melhorias, apresentando-se como um instrumento robusto, consistente e funcional para o aprimoramento da educação inclusiva no âmbito do campus Paracatu.

Destacamos sua efetividade como recurso de diagnóstico e planejamento, possibilitando a identificação precisa de desafios e oportunidades, além de fornecer diretrizes claras para a

gestão estratégica das ações inclusivas. A avaliação realizada indica que a clareza e a acessibilidade da linguagem utilizada, assim como o formato organizado e adequado, favoreceram sua compreensão e aplicação, inclusive por outras instituições que enfrentam desafios similares, evidenciando seu potencial de replicabilidade.

Além disso, o plano de ação proposto apresentou uma estratégia viável e estruturada, contemplando ações de curto, médio e longo prazo voltadas ao fortalecimento do setor e à promoção de práticas mais eficazes de inclusão. A implementação dessas propostas, certamente, tem potencial de impactar positivamente o ambiente acadêmico, promovendo maior acessibilidade, compreensão e participação de estudantes com necessidades educacionais específicas.

Em síntese, o produto não apenas atendeu aos objetivos iniciais, mas também se configura como um instrumento estratégico para o desenvolvimento de práticas inclusivas eficazes, contribuindo para a promoção de um ambiente educacional mais acessível, democrático e acolhedor.

Por fim, o trabalho evidenciou a relevância de uma abordagem coordenada e contínua para a melhoria da educação inclusiva, devendo servir de referência para outras instituições que busquem aprimorar suas políticas e práticas de inclusão, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Além disso, sugerimos, ainda, a condução de avaliações periódicas para acompanhar e mensurar a efetividade das medidas propostas pelo produto, o que permitirá identificar avanços, desafios e impactos reais das ações implementadas. Esse monitoramento contínuo facilitará a realização de ajustes necessários, contribuindo para a melhoria constante das práticas inclusivas e apoiando tomadas de decisão mais embasadas e estratégicas pela gestão institucional.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, T. DA S.; BASTOS, A. M. Inclusão de estudantes autistas nos institutos federais: uma análise da atuação dos núcleos de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**, v. 1, n. 1, p1-25, 2024. Disponível em: <https://revistas.ifpr.edu.br/index.php/mundisociais/article/view/2234>. Acesso em mar. 2025.

FRANCO, A. B. M.; VILARONGA C. A. R. O contexto da inclusão escolar nos Institutos Federais e no Ensino Médio integrado. **Revista Cocar**, v. 15, n. 33, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4420>. Acesso em mai.2025.

GUSMÃO, G. De C. Análise das ações do núcleo de apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNE) do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais no período de 2016 a 2019. **REIN- Revista Educação Inclusiva**, v. 7, n. 2, p. 419–431, 2023. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/1002>. Acesso em mai.2025.

MELADO, K. C.; RAMOS, M. dos R. Educação especial inclusiva no Instituto Federal do Espírito Santo: atuação do núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas no campus Cariacica. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 12, p. e11126, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n12-219. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/11126>. Acesso em mai.2025.

MENDES, K. A. M. de O. **Educação especial inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia brasileiros**. Tese – (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, p. 167. 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/teseserver/api/core/bitstreams/1de795f0-bdb0-4250-962f-646deae7002a/content>. Acesso em mai.2025.

NEGRI, L. M; *et al.*. Revisão sistemática: Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas nos **Institutos Federais de Educação. Perspectiva**, v.43, n.1, p.1-18, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/99014>. Acesso em mai.2025.

OLIVEIRA, D. N. de; Silva, I. R. da; Mafezoni, A. C. Problematizações sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. **Revista Educação Especial em Debate**, v. 9, n. 17, p. 132-146, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/reed/article/view/45035>. Acesso em mai.2025.

OLIVEIRA, S. M. A.; Matos, R. P. Estratégias do NAPNE para o apoio escolar aos estudantes com tdah dos cursos técnicos integrados ao médio do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Montes Claros. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar** v. 5, n. 10, p. e5105818, 2024. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/5818>. Acesso em mai. 2025.

RUFINO, L. C.; MOREIRA, D. A. Lei Brasileira da Inclusão: apontamentos para a Educação mais humanizada. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v.18, n.4, p. 01-20, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/17004>. Acesso em abr. 2025.

SONZA, A. P., VILARONGA, C. A. R., Mendes, E. G. Os NAPNEs e o plano educacional individualizado nos Institutos Federais de Educação. **Revista Educação Especial**, v. 36, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313162288069/313162288069.pdf>. Acesso em mai.2025.

VILARONGA, C. A. R.; *et al.*. Inclusão escolar e atuação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas no Instituto Federal de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, p. 283-307, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313162288069/313162288069.pdf>. Acesso em mai.2025.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAL

Na presente pesquisa reafirmamos a urgência e a importância da efetivação da educação inclusiva como um direito fundamental das pessoas com deficiência, já garantido por uma sólida base normativa nacional e internacional, mas ainda distante da plena concretização no cotidiano das instituições de ensino. Ao investigar a atuação da CAPNE, no Instituto Federal do Triângulo Mineiro Campus Paracatu, identificamos avanços, desafios e oportunidades para a consolidação de práticas inclusivas mais eficazes e humanizadas.

Os levantamentos destacaram a importância da CAPNE, evidenciando seu papel fundamental na promoção da inclusão escolar. Numa análise geral do setor a nível de IFs, constatamos que ele contribui de forma significativa para o fortalecimento de práticas inclusivas, principalmente por meio de ações que promovem acessibilidade, suporte pedagógico e o uso de tecnologias assistivas, mesmo diante das limitações que também foram evidenciadas tanto pela literatura, quanto pela pesquisa ora desenvolvida.

Sob essa ótica, no diagnóstico revelamos que, inobstante do reconhecimento do papel da CAPNE, ainda existem desafios importantes a serem enfrentados. Entre eles, destacamos a necessidade de investir na capacitação contínua dos profissionais, fortalecer a comunicação e a integração, manter registros atualizados sobre as práticas e atendimentos. A carência de profissionais especializados, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), impacta na qualidade do suporte oferecido e impede a plena realização dos objetivos de inclusão, o que gera uma demanda por maior formação e recursos que possam qualificar ainda mais o trabalho realizado pelo setor.

Para além da contratação do Profissional AEE, evidenciamos pelos relatos que os servidores que atuam no setor também precisam ser capacitados de forma constante, visando garantir uma atuação qualificada, atualizada e alinhada com as diretrizes da educação inclusiva, promovendo um atendimento mais eficaz às especificidades dos estudantes público-alvo do atendimento especializado.

Observamos também que a percepção da comunicação interna e a integração entre os diferentes setores da instituição podem ser aprimoradas. Melhorar esses aspectos possibilitaria uma atuação mais articulada e eficiente, favorecendo a implementação de estratégias que atendam às demandas específicas dos estudantes com maior precisão. Nesse sentido, ratificamos que o fortalecimento do vínculo entre a CAPNE, a comunidade escolar e os demais setores da instituição é essencial para ampliar o impacto das ações inclusivas.

Na análise dos dados também apontamos que o reconhecimento e a valorização do trabalho da CAPNE, por parte de toda a comunidade acadêmica, é um fator determinante para sua efetividade. Neste caminho, consideramos que, quando todos os envolvidos compreendem a importância do setor, suas ações tendem a ser mais apoiadas, o que potencializa os resultados. Portanto, campanhas de sensibilização e de fortalecimento da cultura inclusiva devem ser prioridades institucionalizadas, gerando maior engajamento e cooperação entre docentes, discentes e equipe técnica.

APÊNDICE A – TERMO DE COMPROMISSO

Declaro para os devidos fins que cumprirei os requisitos da Resolução CNS 510/16 na execução da pesquisa intitulada “**O CAPNE NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: um olhar sobre a gestão na Educação Inclusiva no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu**”. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados, sejam eles favoráveis ou não.

Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima.

Urutaí – GO, 16 de julho de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **LUCIENE CARLA SILVA RUFINO**
Data: 17/07/2024 06:44:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luciene Carla Silva Rufino
Pesquisadora responsável

Documento assinado digitalmente
 **DEBORA ASTONI MOREIRA**
Data: 17/07/2024 06:56:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Débora Astoni Moreira
Pesquisadora responsável
Orientadora do Programa de Mestrado do PPC-ENEB.

DECLARAÇÃO Nº 7/2024/DDE-PTU - CAMPUS PARACATU

Paracatu, 15 de julho de 2024

Eu, GUSTAVO ALEXANDRE DE OLIVEIRA SILVA, Diretor Geral do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu, declaro estar ciente do interesse de execução do projeto de pesquisa intitulada “**O CAPNE NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: um olhar sobre a gestão na Educação Inclusiva no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu**”, de responsabilidade da pesquisadora Luciene Carla Silva Rufino e sob a orientação da Professora Doutora Débora Astoni Moreira.

Informo ainda que a unidade escolar está ciente dos procedimentos e instrumentos do projeto de pesquisa e requer, por parte dos pesquisadores envolvidos, o compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, em consonância com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares.

Diante do exposto, autorizo a execução da pesquisa em questão nesta unidade escolar, desde que tenha parecer consolidado de aprovação do Comitê de Ética de Pesquisa (CEP) do Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí – GO.

GUSTAVO ALEXANDRE DE OLIVEIRA SILVA
DIRETOR(A) GERAL



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://iftm.edu.br/autenticacao/> informando o código verificador **1A08564** e o código CRC **C29FC2D5**.

Referência: NUP: 23203.002556/2024-35

DOCS nº 0000615922

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –TCLE (RESPONSÁVEL LEGAL PELO MENOR DE IDADE)

Seu (Sua) filho(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa sobre a atuação da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas para promoção da Educação Inclusiva, intitulada “**A CAPNE NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: um olhar sobre a gestão na Educação Inclusiva no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu**”, que está sendo desenvolvida pela mestrandia Luciene Carla Silva Rufino, do Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí, sob a orientação do Professora Doutora Débora Astoni Moreira.

Este documento tem por objetivo assegurar os direitos de seu/sua filho (a) como participante e foi elaborado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confiabilidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Após realizar a leitura e receber as informações e os esclarecimentos necessários, caso você permita que seu/sua filho (a) participe deste estudo, por favor, preencha os dados solicitados.

Em caso de recusa, você e seu/sua filho (a) não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, **Luciene Carla Silva Rufino** pelo Telefone/WhatsApp **(38) 998819-2721** ou pelo e-mail **luciene.rufino@estudante.ifgoiano.edu.br**, ou com a pesquisadora e orientadora da pesquisa Professora Doutora Débora Astoni Moreira, pelo e-mail **debora.astoni@ifgoiano.edu.br**.

Essa pesquisa será desenvolvida com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que é responsável por realizar a avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, bem como garantir os direitos e a dignidade dos participantes envolvidos na pesquisa. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada à pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano, situado na Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50, pelo telefone: (62)992263661 ou pelo e-mail: **cep@ifgoiano.edu.br**.

1. Justificativa, os objetivos e procedimentos:

Esta pesquisa busca promover um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor no IFTM Campus Paracatu. A pesquisa é motivada pela necessidade promover a efetiva inclusão educacional por meio de ações estratégicas da CAPNE para melhorar a inclusão das pessoas com necessidades específicas no IFTM Campus Paracatu. O objetivo é avaliar a importância e a eficácia da CAPNE na promoção da Educação Inclusiva no IFTM Campus Paracatu, identificando se suas ações atendem adequadamente às necessidades dos alunos com necessidades específicas.

Os procedimentos ocorrerão nas seguintes etapas:

- 1) aplicação do questionário preliminar;
- 2) análise de dados;
- 3) verificação dos resultados;
- 4) elaboração do relatório e plano estratégico.
- 5) validação do produto educacional.

Seu (sua) filho (a) participará apenas da primeira etapa que envolve a aplicação do questionário preliminar aos alunos (as). Esse questionário terá questões que buscarão identificar as percepções e conhecimentos dos (as) alunos (as) sobre CAPNE e sua atuação dentro do IFTM Campus Paracatu, bem como lhes oportunizar indicar melhorias ou ações que considerem necessárias.

2. Desconfortos, riscos e benefícios:

Os instrumentos de coleta de dados não apresentam riscos diretos à saúde dos participantes. Existe a possibilidade de os envolvidos se sentirem constrangidos ao serem convidados a participar ou ao responderem os questionários, podendo também experimentar cansaço, desconforto ou incômodo durante a execução da pesquisa.

Para minimizar os possíveis riscos, as pesquisadoras comprometem-se a contatar os participantes somente com a devida autorização, esclarecer previamente todas as etapas da pesquisa, garantir a liberdade dos participantes em não responder a questões que possam causar constrangimento e esclarecer qualquer dúvida que possa surgir. Também será garantido aos participantes o direito de interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem sofrer penalidades, danos ou prejuízos.

Os benefícios deste estudo incluem a identificação de oportunidades de melhoria nas práticas da CAPNE, subsidiando a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor no IFTM Campus Paracatu.

As pesquisadoras assumem o compromisso de adotar todas as medidas éticas e práticas para promover uma pesquisa segura, respeitosa e socialmente benéfica, buscando otimizar os benefícios e minimizar os riscos ao longo de todo o processo da pesquisa.

Ressalta-se ainda que as pesquisadoras garantem prestar toda assistência necessária aos participantes, e ressarcir-los em caso de qualquer dano ou prejuízo decorrente e/ou relacionado com a pesquisa.

3. Forma de acompanhamento e assistência:

Será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Você e seu(sua) filho(a) poderão contatar a pesquisadora responsável a qualquer momento, por telefone e e-mail, para esclarecimento imediato de eventuais dúvidas. Caso ele (a) apresente algum problema será encaminhado imediatamente para tratamento adequado, integral e gratuito para danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios, de qualquer natureza, para reduzir possíveis intercorrências em consequência de sua participação na pesquisa, sendo imediatamente contatado os seus responsáveis sobre as medidas a serem tomadas e viabilizar o acompanhamento deste no tratamento necessário. Caso haja algum dano ou prejuízo seu(sua) filho(a) será indenizado e receberá toda assistência necessária.

4. Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo:

Você e seu(sua) filho(a) serão esclarecidos(as) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios citados acima. Ele (a) é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo a participação voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

A identidade de seu/sua filho (a) será tratada com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. O nome ou o material que indique a participação do(a) estudante não será divulgado sem a sua permissão. O (a) aluno(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

5. Custos da participação e ressarcimento por eventuais gastos ou prejuízos:

Para participar deste estudo seu(sua) filho(a) não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Em uma eventual situação de gasto ou prejuízo durante a pesquisa, a ele(a) será garantido o direito de ressarcimento, a pesquisadora responsável irá ressarcir-lo(a) pelo valor correspondente ao gasto ou prejuízo.

6. Guarda e descarte do material:

A pesquisadora responsável compromete-se em guardar toda documentação proveniente da pesquisa por 5 (cinco) anos, preservando os dados dos participantes em total sigilo. Após esse período será feita a destruição dos documentos por fragmentação e descarte e/ou incineração.

Se você está de acordo com todos os termos acima expostos, e autoriza a participação do seu (sua) filho (a), preencha os dados a seguir e assine o formulário:

Eu, _____, responsável legal pelo (a) estudante _____, recebi uma via deste termo e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas. Declaro ainda que estou ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto e:

() **autorizo** meu(minha) filho(a) a participar da pesquisa intitulada: “A CAPNE NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: um olhar sobre a gestão na Educação Inclusiva no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu” de forma livre e espontânea, podendo retirar o meu consentimento a qualquer momento.

() **não autorizo** meu(minha) filho(a) a participar da pesquisa.

Nome completo: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

Paracatu-MG _____, de _____, de 2024.

Assinatura do(a) responsável pelo(a) menor participante

Eu, Luciene Carla Silva Rufino, pesquisadora responsável, declaro estar ciente dos termos aqui expostos e cumprirei todas as exigências contidas TCLE.

Luciene Carla Silva Rufino

Pesquisadora responsável

APÊNDICE D - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –TALE

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa sobre a atuação da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas para promoção da Educação Inclusiva, intitulada **“A CAPNE NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: um olhar sobre a gestão na Educação Inclusiva no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu”**, que está sendo desenvolvida pela mestrandia Luciene Carla Silva Rufino, do Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí, sob a orientação do Professora Doutora Débora Astoni Moreira.

Esta pesquisa é motivada para promover um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor no IFTM Campus Paracatu. Assim, tem por objetivo avaliar a importância e a eficácia da CAPNE na promoção da Educação Inclusiva no IFTM Campus Paracatu, identificando se suas ações atendem adequadamente às necessidades dos alunos com necessidades específicas.

Esta pesquisa tem como benefício a identificação de oportunidades de melhoria nas práticas da CAPNE, subsidiando a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor no IFTM Campus Paracatu.

A pesquisa não apresenta riscos diretos a sua saúde. Entretanto, pode ser que você se sinta desconfortável, cansado(a) ou até incomodado(a) durante a execução da pesquisa. Se isso acontecer, você poderá entrar em contato comigo, Luciene, pelo Telefone/WhatsApp **(38) 998819-2721** ou pelo meu e-mail **luciene.rufino @estudante.ifgoiano.edu.br**, ou ainda me relatar pessoalmente, pois será assegurada ao participante assistência integral em qualquer etapa do estudo.

Além disso, é importante que você saiba que os participantes dessa pesquisa possuem total liberdade para não responder perguntas quando não se sentir disposto, solicitar explicação às perguntas que gerarem dúvidas, e poderão também interromper a qualquer momento a sua participação sem que sofram nenhuma espécie de coação ou prejuízos.

A pesquisa será realizada na escola onde você estuda, durante o horário de aula. Será tratada com padrões profissionais de sigilo a sua identidade e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Ao término da pesquisa os dados serão divulgados para os participantes e para a escola, sendo também encaminhados para publicação, mas sem a identificação dos participantes.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira, mas em uma eventual situação de gasto ou prejuízo durante a pesquisa, a você será garantido o direito de ressarcimento, a pesquisadora responsável irá ressarcir-lo(a) pelo valor correspondente ao gasto ou prejuízo.

Estou à disposição para esclarecer dúvidas e fornecer informações adicionais sobre a pesquisa.

Eu, _____, fui esclarecido(a) quanto aos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada. Estou ciente de que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá mudar a decisão de participar assim que desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar deste estudo. Recebi uma via deste termo e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Paracatu-MG____, de_____, de 2024.

Assinatura do(a) menor participante

Luciene Carla Silva Rufino

Pesquisadora responsável

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – SERVIDORES (Docentes e TAES do Ensino)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa sobre a atuação da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas para promoção da Educação Inclusiva, intitulada “**A CAPNE NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: um olhar sobre a gestão na Educação Inclusiva no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu**”, que está sendo desenvolvida pela mestrandia Luciene Carla Silva Rufino, do Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí, sob a orientação do Professora Doutora Débora Astoni Moreira.

O motivo do convite se justifica pelo fato de você ser servidor do IFTM Campus Paracatu, selecionado de acordo com a sua lotação e/ou atuação, docente de disciplina propedêutica do 2º Ano do Ensino Médio Integrado e/ou Servidor Técnico Administrativo que atua em setor vinculado a Coordenação Geral de Ensino Pesquisa e Extensão.

Após se inteirar dos esclarecimentos e das informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, a primeira via ficará sob guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Em caso de recusa ou desistência você não será penalizado (a) de forma alguma.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, **Luciene Carla Silva Rufino** pelo Telefone/WhatsApp **(38) 998819-2721** ou pelo e-mail **luciene.rufino @estudante.ifgoiano.edu.br**, ou com o pesquisadora e orientadora da pesquisa Professora Doutora Débora Astoni Moreira, pelo e-mail **debora.astoni@ifgoiano.edu.br**.

Em relação às dúvidas sobre a ética aplicada à pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº 280, Setor Sul, CEP 74085-0100, Goiânia, Goiás) pelo telefone: (62) 99226 3661 ou pelo e-mail: **cep@ifgoiano.edu.br**. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), é a Instância Regional responsável pelos protocolos de pesquisa de baixa e média complexidade, está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). É responsável por realizar a avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo Seres Humanos, bem como garantir os direitos e a dignidade dos participantes envolvidos na pesquisa.

1. Justificativa, os objetivos e procedimentos

Esta pesquisa busca promover um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor no IFTM Campus Paracatu. A motivação decorre da necessidade promover a efetiva inclusão educacional por meio de ações estratégicas da CAPNE para melhorar a inclusão das pessoas com necessidades específicas no IFTM Campus Paracatu. O objetivo é avaliar a importância e a eficácia da CAPNE na promoção da Educação Inclusiva no IFTM Campus Paracatu, identificando se suas ações atendem adequadamente às necessidades dos alunos com necessidades específicas.

Os procedimentos ocorrerão nas seguintes etapas:

- 1) aplicação do questionário preliminar;
- 2) análise de dados;
- 3) verificação dos resultados;

4) elaboração do relatório e plano estratégico.

5) validação do produto educacional.

Você irá colaborar respondendo ao questionário preliminar, o qual buscará identificar as suas percepções e conhecimentos sobre CAPNE e sua atuação dentro do IFTM Campus Paracatu, bem como lhes oportunizar indicar melhorias ou ações que considerem necessárias.

2. Desconfortos, riscos e benefícios:

Os instrumentos de coleta de dados não apresentam riscos diretos à saúde dos participantes. Existe a possibilidade de os envolvidos se sentirem constrangidos ao serem convidados a participar ou ao responderem os questionários, podendo também experimentar cansaço, desconforto ou incômodo durante a execução da pesquisa.

Para minimizar os possíveis riscos, as pesquisadoras comprometem-se a contatar os participantes somente com a devida autorização, esclarecer previamente todas as etapas da pesquisa, garantir a liberdade dos participantes em não responder a questões que possam causar constrangimento e esclarecer qualquer dúvida que possa surgir. Também será garantido aos participantes o direito de interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem sofrer penalidades, danos ou prejuízos.

Os benefícios deste estudo incluem a identificação de oportunidades de melhoria nas práticas da CAPNE, subsidiando a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor no IFTM Campus Paracatu.

As pesquisadoras assumem o compromisso de adotar todas as medidas éticas e práticas para promover uma pesquisa segura, respeitosa e socialmente benéfica, buscando otimizar os benefícios e minimizar os riscos ao longo de todo o processo da pesquisa.

Ressalta-se ainda que as pesquisadoras garantem prestar toda assistência necessária aos participantes, e ressarcir-los em caso de qualquer dano ou prejuízo decorrente e/ou relacionado com a pesquisa.

3. Forma de acompanhamento e assistência:

Será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Você poderá contatar a pesquisadora responsável a qualquer momento, por telefone e e-mail, para esclarecimento imediato de eventuais dúvidas. Caso tenha qualquer problema a pesquisadora o encaminhará imediatamente para tratamento adequado, integral e gratuito para danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios, de qualquer natureza. Caso haja algum dano ou prejuízo você será indenizado e receberá a assistência necessária.

4. Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo:

Você participante da pesquisa será esclarecido (a) em qualquer tempo e sobre os aspectos que desejar, através dos meios de comunicação disponibilizados para o contato com a pesquisadora responsável pela pesquisa citada acima.

Será assegurado a você participante dessa pesquisa, total liberdade em se recusar a participar, interromper ou retirar seu consentimento de participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer dano ou penalidade. Também ficará garantido em todos os momentos da pesquisa e na posterior publicação dos dados, o sigilo, sendo resguardado o direito ao anonimato, acesso aos resultados e a privacidade dos participantes.

5. Custos da participação e ressarcimento por eventuais gastos ou prejuízos:

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Em uma eventual situação de gasto ou prejuízo durante a pesquisa, será garantido o direito de ressarcimento, a pesquisadora responsável irá ressarcir-lo(a) pelo valor correspondente ao gasto ou prejuízo.

6. Guarda e descarte do material:

A pesquisadora responsável compromete-se em guardar toda documentação proveniente da pesquisa por 5 (cinco) anos, preservando os dados dos participantes em total sigilo. Após esse período será feita a destruição dos documentos por fragmentação e descarte e/ou incineração.

Ciente e de acordo como que foi anteriormente exposto, eu _____, servidor do IFTM – Campus Paracatu _____, endereço de e-mail _____ recebi uma via deste termo e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas. Declaro ainda que estou ciente e de acordo em participar da pesquisa intitulada “A CAPNE NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: um olhar sobre a gestão na Educação Inclusiva no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu” de forma livre e espontânea, ciente de que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento.

Paracatu-MG _____, de _____, de 2024.

Assinatura do(a) servidor (a) participante

Eu, Luciene Carla Silva Rufino, pesquisadora responsável, declaro estar ciente dos termos aqui expostos e cumprirei todas as exigências contidas TCLE.

Luciene Carla Silva Rufino

Pesquisadora responsável

APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – SERVIDORES (Servidores da CAPNE)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa sobre a atuação da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas para promoção da Educação Inclusiva, intitulada “**A CAPNE NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: um olhar sobre a gestão na Educação Inclusiva no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu**”, que está sendo desenvolvida pela mestrandia Luciene Carla Silva Rufino, do Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí, sob a orientação do Professora Doutora Débora Astoni Moreira.

O motivo do convite se justifica pelo fato de você ser servidor do IFTM Campus Paracatu, lotado atualmente na CAPNE, que é o setor objeto da pesquisa.

Após se inteirar dos esclarecimentos e das informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, a primeira via ficará sob guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Em caso de recusa ou desistência você não será penalizado (a) de forma alguma.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, **Luciene Carla Silva Rufino** pelo Telefone/WhatsApp **(38) 998819-2721** ou pelo e-mail **luciene.rufino @estudante.ifgoiano.edu.br**, ou com o pesquisadora e orientadora da pesquisa Professora Doutora Débora Astoni Moreira, pelo e-mail **debora.astoni@ifgoiano.edu.br**.

Em relação às dúvidas sobre a ética aplicada à pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº 280, Setor Sul, CEP 74085-0100, Goiânia, Goiás) pelo telefone: (62) 99226 3661 ou pelo e-mail: **cep@ifgoiano.edu.br**. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), é a Instância Regional responsável pelos protocolos de pesquisa de baixa e média complexidade, está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). É responsável por realizar a avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo Seres Humanos, bem como garantir os direitos e a dignidade dos participantes envolvidos na pesquisa.

1. Justificativa, os objetivos e procedimentos

Esta pesquisa busca promover um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor no IFTM Campus Paracatu. A motivação decorre da necessidade promover a efetiva inclusão educacional por meio de ações estratégicas da CAPNE para melhorar a inclusão das pessoas com necessidades específicas no IFTM Campus Paracatu. O objetivo é avaliar a importância e a eficácia da CAPNE na promoção da Educação Inclusiva no IFTM Campus Paracatu, identificando se suas ações atendem adequadamente às necessidades dos alunos com necessidades específicas.

Os procedimentos ocorrerão nas seguintes etapas:

- 1) aplicação do questionário preliminar;
- 2) análise de dados;
- 3) verificação dos resultados;
- 4) elaboração do relatório e plano estratégico.

5) validação do produto educacional.

Você irá colaborar respondendo ao questionário preliminar, que buscará conhecer a sua atuação dentro da CAPNE, suas percepções sobre inclusão, dificuldades e desafios enfrentados pelo setor como todo, bem como lhes oportunizar indicar melhorias ou ações que considerem necessárias.

2. Desconfortos, riscos e benefícios:

Os instrumentos de coleta de dados não apresentam riscos diretos à saúde dos participantes. Existe a possibilidade de os envolvidos se sentirem constrangidos ao serem convidados a participar ou ao responderem os questionários, podendo também experimentar cansaço, desconforto ou incômodo durante a execução da pesquisa.

Para minimizar os possíveis riscos, as pesquisadoras comprometem-se a contatar os participantes somente com a devida autorização, esclarecer previamente todas as etapas da pesquisa, garantir a liberdade dos participantes em não responder a questões que possam causar constrangimento e esclarecer qualquer dúvida que possa surgir. Também será garantido aos participantes o direito de interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem sofrer penalidades, danos ou prejuízos.

Os benefícios deste estudo incluem a identificação de oportunidades de melhoria nas práticas da CAPNE, subsidiando a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor no IFTM Campus Paracatu.

As pesquisadoras assumem o compromisso de adotar todas as medidas éticas e práticas para promover uma pesquisa segura, respeitosa e socialmente benéfica, buscando otimizar os benefícios e minimizar os riscos ao longo de todo o processo da pesquisa.

Ressalta-se ainda que as pesquisadoras garantem prestar toda assistência necessária aos participantes, e ressarcir-los em caso de qualquer dano ou prejuízo decorrente e/ou relacionado com a pesquisa.

3. Forma de acompanhamento e assistência:

Será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Você poderá contatar a pesquisadora responsável a qualquer momento, por telefone e e-mail, para esclarecimento imediato de eventuais dúvidas. Caso tenha qualquer problema a pesquisadora o encaminhará imediatamente para tratamento adequado, integral e gratuito para danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios, de qualquer natureza. Caso haja algum dano ou prejuízo você será indenizado e receberá a assistência necessária.

4. Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo:

Você participante da pesquisa será esclarecido (a) em qualquer tempo e sobre os aspectos que desejar, através dos meios de comunicação disponibilizados para o contato com a pesquisadora responsável pela pesquisa citada acima.

Será assegurado a você participante dessa pesquisa, total liberdade em se recusar a participar, interromper ou retirar seu consentimento de participação a qualquer momento, sendo

sua participação voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer dano ou penalidade. Também ficará garantido em todos os momentos da pesquisa e na posterior publicação dos dados, o sigilo, sendo resguardado o direito ao anonimato, acesso aos resultados e a privacidade dos participantes.

5. Custos da participação e ressarcimento por eventuais gastos ou prejuízos:

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Em uma eventual situação de gasto ou prejuízo durante a pesquisa, será garantido o direito de ressarcimento, a pesquisadora responsável irá ressarcir-lo(a) pelo valor correspondente ao gasto ou prejuízo.

6. Guarda e descarte do material:

A pesquisadora responsável compromete-se em guardar toda documentação proveniente da pesquisa por 5 (cinco) anos, preservando os dados dos participantes em total sigilo. Após esse período será feita a destruição dos documentos por fragmentação e descarte e/ou incineração.

Ciente e de acordo como que foi anteriormente exposto, eu _____, servidor do IFTM – Campus Paracatu, lotado na CAPNE, endereço de e-mail _____ recebi uma via deste termo e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas. Declaro ainda que estou ciente e de acordo em participar da pesquisa intitulada “A CAPNE NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: um olhar sobre a gestão na Educação Inclusiva no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu” de forma livre e espontânea, ciente de que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento.

Paracatu-MG_____, de _____, de 2024.

Assinatura do(a) servidor (a) participante

Eu, Luciene Carla Silva Rufino, pesquisadora responsável, declaro estar ciente dos termos aqui expostos e cumprirei todas as exigências contidas TCLE.

Luciene Carla Silva Rufino

Pesquisadora responsável

APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – SERVIDORES (Servidores que auxiliarão na validação do produto)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa sobre a atuação da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas para promoção da Educação Inclusiva, intitulada “**A CAPNE NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: um olhar sobre a gestão na Educação Inclusiva no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu**”, que está sendo desenvolvida pela mestrandia Luciene Carla Silva Rufino, do Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí, sob a orientação do Professora Doutora Débora Astoni Moreira.

O motivo do convite se justifica pelo fato de você ser servidor do IFTM Campus Paracatu, cuja função atual é considerada estratégica para a gestão e, conseqüentemente, importante para a promoção da inclusão escolar.

Após se inteirar dos esclarecimentos e das informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, a primeira via ficará sob guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Em caso de recusa ou desistência você não será penalizado (a) de forma alguma.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, **Luciene Carla Silva Rufino** pelo Telefone/WhatsApp **(38) 998819-2721** ou pelo e-mail **luciene.rufino @estudante.ifgoiano.edu.br**, ou com o pesquisadora e orientadora da pesquisa Professora Doutora Débora Astoni Moreira, pelo e-mail **debora.astoni@ifgoiano.edu.br**.

Em relação às dúvidas sobre a ética aplicada à pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº 280, Setor Sul, CEP 74085-0100, Goiânia, Goiás) pelo telefone: (62) 99226 3661 ou pelo e-mail: **cep@ifgoiano.edu.br**. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), é a Instância Regional responsável pelos protocolos de pesquisa de baixa e média complexidade, está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). É responsável por realizar a avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo Seres Humanos, bem como garantir os direitos e a dignidade dos participantes envolvidos na pesquisa.

1. Justificativa, os objetivos e procedimentos

Esta pesquisa busca promover um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor no IFTM Campus Paracatu. A motivação decorre de a necessidade promover a efetiva inclusão educacional por meio de ações estratégicas da CAPNE para melhorar a inclusão das pessoas com necessidades específicas no IFTM Campus Paracatu. O objetivo é avaliar a importância e a eficácia da CAPNE na promoção da Educação Inclusiva no IFTM Campus Paracatu, identificando se suas ações atendem adequadamente às necessidades dos alunos com necessidades específicas.

Os procedimentos ocorrerão nas seguintes etapas:

- 1) aplicação do questionário preliminar;
- 2) análise de dados;

- 3) verificação dos resultados;
- 4) elaboração do relatório e plano estratégico.
- 5) validação do produto educacional.

Você irá colaborar analisando o produto educacional e respondendo ao questionário de validação desse produto, contribuindo para que o produto final alcance os objetivos estabelecidos na pesquisa e possa auxiliar na promoção da efetiva inclusão dentro do IFTM Campus Paracatu e em outras intuições de ensino.

2. Desconfortos, riscos e benefícios:

Os instrumentos de coleta de dados não apresentam riscos diretos à saúde dos participantes. Existe a possibilidade de os envolvidos se sentirem constrangidos ao serem convidados a participar ou ao responderem os questionários, podendo também experimentar cansaço, desconforto ou incômodo durante a execução da pesquisa.

Para minimizar os possíveis riscos, as pesquisadoras comprometem-se a contatar os participantes somente com a devida autorização, esclarecer previamente todas as etapas da pesquisa, garantir a liberdade dos participantes em não responder a questões que possam causar constrangimento e esclarecer qualquer dúvida que possa surgir. Também será garantido aos participantes o direito de interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem sofrer penalidades, danos ou prejuízos.

Os benefícios deste estudo incluem a identificação de oportunidades de melhoria nas práticas da CAPNE, subsidiando a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor no IFTM Campus Paracatu.

As pesquisadoras assumem o compromisso de adotar todas as medidas éticas e práticas para promover uma pesquisa segura, respeitosa e socialmente benéfica, buscando otimizar os benefícios e minimizar os riscos ao longo de todo o processo da pesquisa.

Ressalta-se ainda que as pesquisadoras garantem prestar toda assistência necessária aos participantes, e ressarcir-los em caso de qualquer dano ou prejuízo decorrente e/ou relacionado com a pesquisa.

3. Forma de acompanhamento e assistência:

Será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Você poderá contatar a pesquisadora responsável a qualquer momento, por telefone e e-mail, para esclarecimento imediato de eventuais dúvidas. Caso tenha qualquer problema a pesquisadora o encaminhará imediatamente para tratamento adequado, integral e gratuito para danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios, de qualquer natureza. Caso haja algum dano ou prejuízo você será indenizado e receberá a assistência necessária.

4. Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo:

Você participante da pesquisa será esclarecido (a) em qualquer tempo e sobre os aspectos que desejar, através dos meios de comunicação disponibilizados para o contato com a pesquisadora responsável pela pesquisa citada acima.

Será assegurado a você participante dessa pesquisa, total liberdade em se recusar a participar, interromper ou retirar seu consentimento de participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer dano ou penalidade. Também ficará garantido em todos os momentos da pesquisa e na posterior publicação dos dados, o sigilo, sendo resguardado o direito ao anonimato, acesso aos resultados e a privacidade dos participantes.

5. Custos da participação e ressarcimento por eventuais gastos ou prejuízos:

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Em uma eventual situação de gasto ou prejuízo durante a pesquisa, será garantido o direito de ressarcimento, a pesquisadora responsável irá ressarcir-lo(a) pelo valor correspondente ao gasto ou prejuízo.

6. Guarda e descarte do material:

A pesquisadora responsável compromete-se em guardar toda documentação proveniente da pesquisa por 5 (cinco) anos, preservando os dados dos participantes em total sigilo. Após esse período será feita a destruição dos documentos por fragmentação e descarte e/ou incineração.

Ciente e de acordo como que foi anteriormente exposto, eu _____, servidor do IFTM – Campus Paracatu, lotado na CAPNE, endereço de e-mail _____ recebi uma via deste termo e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas. Declaro ainda que estou ciente e de acordo em participar da pesquisa intitulada “A CAPNE NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: um olhar sobre a gestão na Educação Inclusiva no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu” de forma livre e espontânea, ciente de que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento.

Paracatu-MG _____, de _____, de 2024.

Assinatura do(a) servidor (a) participante

Eu, Luciene Carla Silva Rufino, pesquisadora responsável, declaro estar ciente dos termos aqui expostos e cumprirei todas as exigências contidas TCLE.

Luciene Carla Silva Rufino

Pesquisadora responsável

APÊNDICE H - QUESTIONÁRIO 1 (Questionário Preliminar - Alunos)

Olá, prezado (a) estudante! Como parte final da pesquisa de mestrado da qual você é participante, peço que você responda as perguntas a seguir, que possuem como objetivo coletar informações para avaliar a atuação da CAPNE no IFTM Campus Paracatu. Fique tranquilo, apenas os pesquisadores responsáveis terão acesso a esse material. Agradecemos imensamente por sua contribuição!

1. Você já escutou algo sobre a CAPNE?

Sim

Não

Não me lembro

2. Você sabe o que significa a sigla CAPNE? Se sim, o quê?

3. Você sabe o que é a CAPNE e qual a sua função?

Sim

Não

4. Se respondeu SIM a pergunta anterior, explique com suas palavras qual trabalho desenvolvido pela CAPNE no IFTM:

5. Você conhece o setor CAPNE no Campus Paracatu?

Não conheço

Não conheço, mas gostaria de conhecer

Conheço

6. Você sabe onde a CAPNE fica? Saberá chegar lá, ou orientar um colega, caso necessário?

7. Você sabe quem são os servidores do setor:

Sim, sei quem são todos

Sim, sei de alguns

Não sei quem são.

8. Você sabe quem é o (a) atual coordenador (a) da CAPNE no Campus Paracatu? Você sabe informar se ele (a) foi apresentado formalmente para os alunos?

9. Você já foi orientado sobre as situações em que a CAPNE pode auxiliar?

- Sim
 Não
 Não me lembro

10. Você já precisou ir ao Setor CAPNE?

- Nunca
 Uma única vez.
 Algumas vezes

11. Sua família já foi atendida por alguém do setor CAPNE Campus Paracatu?

- Nunca
 Uma única vez.
 Algumas vezes

12. Você acha que o setor é de fácil acesso aos alunos? Se acha que não, nos conte o motivo.

13. Você considera a CAPNE importante? Se sim, porque?

14. Como você avalia o atendimento do setor CAPNE Campus Paracatu?

15. Você considera importante o acolhimento correto aos alunos com necessidades específicas ou com deficiência? Justifique.

16. Deixe uma sugestão, reclamação ou avaliação sobre o setor.

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO 2 (Questionário Preliminar – Docentes e TAEs)

Olá, prezado (a) servidor (a)! Como parte final da pesquisa de mestrado da qual você é participante, peço que você responda as perguntas a seguir, que possuem como objetivo coletar informações para avaliar a atuação da CAPNE no IFTM Campus Paracatu. Fique tranquilo, apenas os pesquisadores responsáveis terão acesso a esse material. Agradecemos imensamente por sua contribuição!

- Você é servidor:
 - () Docente - Disciplina: _____
 - () TAE - Setor de atuação: _____

- Atua a quanto tempo no IFTM- Campus Paracatu? _____

- 1. Você já escutou algo sobre a CAPNE?
 - () Sim
 - () Não
 - () Não me lembro

- 2. Você sabe o que significa a sigla CAPNE? Se sim, o quê?

- 3. Você sabe o que é a CAPNE e qual a sua função?
 - () Sim
 - () Não

- 4. Você já foi orientado sobre as situações em que a CAPNE pode auxiliar?
 - () Sim
 - () Não
 - () Não me lembro

- 5. Com seu conhecimento atual, você sabe orientar as situações que devem ser remetidas aa CAPNE?

- 6. Você sabe quem são os servidores do setor:
 - () Sim, sei quem são todos
 - () Sim, sei de alguns
 - () Não sei quem são.

7. Você considera que os servidores da CAPNE estão capacitados para atuarem no setor? Justifique.

8. Você sabe quem é o (a) atual coordenador (a) da CAPNE no Campus Paracatu? Houve uma apresentação formal desse servidor?

9. Você já direcionou alguma situação aa CAPNE?

- () Nunca
() Uma única vez.
() Algumas vezes

10. Se a sua resposta foi afirmativa, como você avalia a atuação da CAPNE após o direcionamento?

11. Qual a sua avaliação sobre a notoriedade do trabalho da CAPNE para a comunidade escolar?

12. Como você avalia o trabalho desenvolvido pela CAPNE atualmente.

13. Você acha que o setor é de fácil acesso aos alunos? Se acha que não, nos conte o motivo.

14. Deixe uma sugestão, reclamação ou avaliação sobre o setor.

APÊNDICE J - QUESTIONÁRIO 3 (Questionário Preliminar – Servidores CAPNE)

Olá, prezado (a) servidor (a)! Como parte final da pesquisa de mestrado da qual você é participante, peço que você responda as perguntas a seguir, que possuem como objetivo coletar informações para avaliar a atuação da CAPNE no IFTM Campus Paracatu. Fique tranquilo, apenas os pesquisadores responsáveis terão acesso a esse material. Agradecemos imensamente por sua contribuição!

- ***Você é servidor:***

() Docente - Disciplina: _____

() TAE - Setor de atuação: _____

- Atua há quanto tempo no IFTM- Campus Paracatu? _____

1. Você é satisfeito com suas funções na CAPNE?

2. Você reconhece as situações que demandam a intervenção / atuação da CAPNE?

3. Você considera que o setor tem contribuído para tornar o IFTM Campus Paracatu uma escola mais inclusiva? Justifique.

4. Você conhece a legislação e orientações sobre educação inclusiva?

5. Você se considera capacitado para trabalhar na CAPNE?

6. Você considera que os servidores da CAPNE estão capacitados para atuarem no setor? Justifique.

7. Como você avalia o atendimento do setor CAPNE Campus Paracatu?

8. Na sua opinião, a CAPNE atende as expectativas da comunidade escolar?

9. Em caso de negativa à resposta anterior, o que falta para que a CAPNE atenda essas expectativas?

10. No seu ponto de vista, quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelo setor?

11. Qual a maior dificuldade que você, servidor da CAPNE, enfrenta no seu dia-a-dia?

12. Com seu conhecimento atual, você sabe orientar as situações que devem ser

13. Deixe uma sugestão, reclamação ou avaliação sobre o setor.

APÊNDICE K - QUESTIONÁRIO AVALIATIVO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Olá, prezado (a) servidor (a)! Para que possamos validar o produto educacional apresentado, pedimos que responda as perguntas a seguir.

Fique tranquilo, apenas os pesquisadores responsáveis terão acesso a esse material. Agradecemos imensamente por sua contribuição!

1) O produto apresentado contribuir para aprimorar a atuação na CAPNE no Campus Paracatu? Justifique sua resposta.

2) As estratégias evidenciadas são factíveis?

3) A linguagem utilizada no produto é clara e de fácil compreensão?

4) O modelo em que o produto foi apresentado facilita sua utilização por outras instituições?

5) Quais as contribuições desse produto para a promoção da educação inclusiva?

6) Se pudesse propor alguma melhoria ou modificação no produto, qual seria sua(s) proposta(s)?

ANEXO - PRODUTO EDUCACIONAL



**ATUAÇÃO DA CAPNE NO IFMT
CAMPUS PARACATU**

RELATÓRIO TÉCNICO

Luciene Carla Silva Rufino
Débora Astoni Moreira

**20
25**

FICHA TÉCNICA

Autora: Luciene Carla Silva Rufino

Orientadora: Prof^ª. Dra. Débora Astoni Moreira

Diagramação, fluxogramas e recursos visuais adicionais: Luciene Carla Silva Rufino com utilização de recursos do Canva e AppNapkin.

Informações adicionais do Produto Educacional

Tipo de produto: Material instrucional.

Subtipo de produto: Material textual de apoio



Este trabalho é um Produto Educacional vinculado ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "O CAPNE NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: um olhar sobre a gestão na Educação Inclusiva no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu",, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Urutaí (GO).

SUMÁRIO

03

Apresentação

04

Contextualização

06

Percurso metodológico

07

Apresentação dos Resultados

22

Visão sintética dos resultados

27

Propostas de Melhoria

36

Considerações finais

37

Mensagem da autora

38

Referências

42

Anexos - Questionários aplicados

APRESENTAÇÃO

Este relatório técnico tem como finalidade apresentar os resultados da pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino Para Educação Básica, que teve como objetivo precípuo avaliar a eficácia da CAPNE na promoção da Educação Inclusiva no IFTM Campus Paracatu e identificar pontos de melhoria para a qualificação dos serviços prestados.

Para isso, foram aplicados questionários aos estudantes, aos docentes e aos servidores que atuam no setor.

Posteriormente os dados foram sistematizados e analisados, com o intuito de apoiar a tomada de decisão da gestão e orientar as ações estratégicas da CAPNE, contribuindo para um ambiente de aprendizagem mais inclusivo, acessível e democrático, potencializando o fortalecimento da inclusão educacional no IFTM Campus Paracatu.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS NO ÂMBITO DOS INSTITUTOS FEDERAIS (IFS)

Nos Institutos Federais, a inclusão educacional de pessoas com deficiência é uma pauta que ganhou corpo com os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs), ou Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNEs), como no caso do IFTM Campus Paracatu, que surgem como espaços estratégicos para garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência ou outras necessidades educacionais específicas, conforme destacam Negri et al. (2025).



No IFTM Campus Paracatu, o Núcleo (NAPNE) foi formalizados em 2012. Desde 2022 adquiriu status de Coordenação (CAPNE), com isso pode expandir as suas ações, passando a ter uma coordenação com função gratificada de gestão e equipe própria.

Esses núcleos buscam garantir que estudantes com necessidades específicas tenham acesso à profissionalização e, conseqüentemente, à autonomia econômica (Gusmão, 2023). Desde então, sua atuação foi se ampliando. Segundo Vilaronga et al. (2021), os NAPNEs articulam pessoas, setores e políticas institucionais com o objetivo de eliminar barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais no ambiente escolar.

A Educação Profissional e Tecnológica, como defendem Cardoso e Bastos (2024), tem o compromisso de formar cidadãos críticos e autônomos. Por isso, precisa garantir uma formação acessível e equitativa, que respeite a diversidade e promova a convivência. Nesse sentido, os NAPNEs, ou CAPNEs, têm desenvolvido ações que vão desde o suporte pedagógico até a promoção de eventos e formações voltadas à inclusão (Franco; Vilaronga, 2021).

Esses setores vêm cumprindo um papel essencial na efetivação do direito à educação, pois articulam ações que garantem não só o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes público-alvo da Educação Especial – PAEE (Negri, 2025; Gusmão, 2023).

Idealmente os CAPNEs/NAPNEs deveriam contar com trabalho de equipes multidisciplinares, envolvendo pedagogos, psicólogos, intérpretes de Libras e assistentes sociais (Cardoso; Bastos, 2024). No entanto, como alertam Vilaronga et al. (2021) e Oliveira e Matos (2024), nem sempre essa composição se concretiza, o que gera dificuldades na efetividade do atendimento, agravadas por contratos temporários, falta de capacitação e sobrecarga dos profissionais (Mendes, 2017; Negri et al., 2025).

Apesar da importância e dos avanços, os NAPNEs ainda enfrentam desafios significativos. A falta de estrutura, a rotatividade de profissionais e a ausência de equipes multidisciplinares comprometem a efetividade das ações (Mendes, 2017; Oliveira; Matos, 2024). Além disso, muitos servidores ainda não têm formação específica na área da Educação Especial, o que limita o atendimento qualificado aos estudantes (Negri et al., 2025).

Nesse sentido, persistem desafios como resistência institucional, escassez de recursos, ausência de materiais adaptados e de infraestrutura adequada, além da falta de diretrizes claras que fortaleçam a política inclusiva como prática consolidada (Sonza; Vilaronga; Mendes, 2020; Oliveira; Silva; Mafezoni, 2024; Melado; Ramos, 2024).

Como apontam Cardoso e Bastos (2024), para além das normativas, o que sustenta o trabalho desses núcleos é a certeza de que a inclusão não é um favor – é um direito. Por isso, é fundamental que os IFs reconheçam a importância da atuação dos NAPNEs não como um setor à parte, mas como parte integrada da proposta educacional inclusiva, que deve ser fortalecida por políticas públicas, formação continuada e compromisso coletivo com a equidade educacional (Franco; Vilaronga, 2021; Negri et al., 2025).

PERCURSO METODOLÓGICO

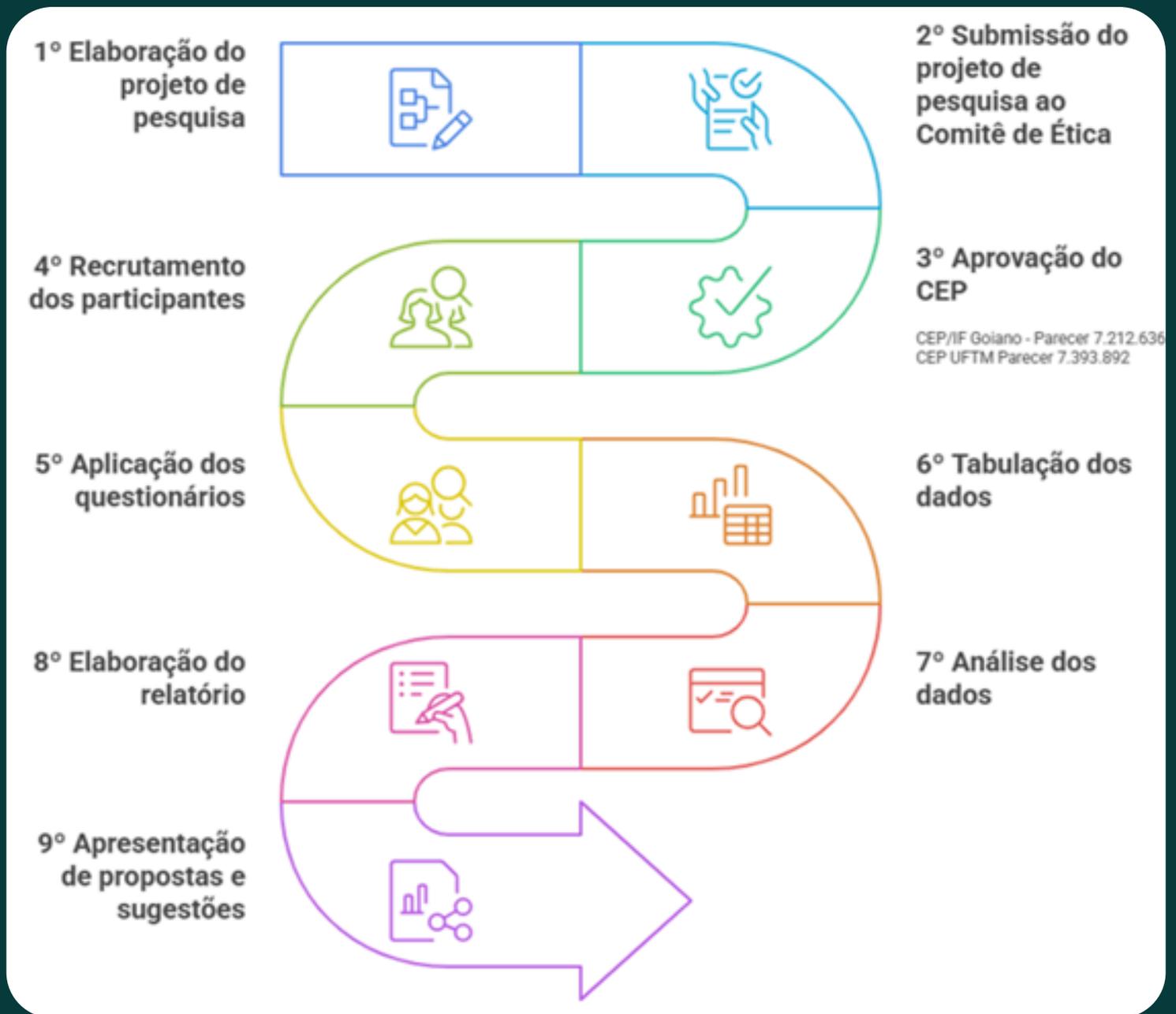


Figura - Passo a passo da pesquisa como um todo



APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

A CAPNE NA PERSPECTIVA DOS SERVIDORES LOTADOS NO SETOR

O questionário aplicado aos servidores lotados na CAPNE foi composto de 13 perguntas dissertativas. Por meio delas averiguamos informações sobre a satisfação dos profissionais com suas funções, a percepção deles sobre a eficácia do setor em promover a inclusão no IFTEM Campus Paracatu e a capacitação para lidar com as demandas, além de aspectos relacionados a adequação do atendimento às expectativas da comunidade escolar, as dificuldades que enfrentam no dia a dia e possíveis sugestões e avaliações sobre o setor.

Para as análises as perguntas foram separadas em quatro categorias, as quais são apresentados a seguir:

CATEGORIAS AVALIADAS

Satisfação

Capacitação Profissional

Avaliação e impacto

Desafios e Melhorias

Satisfação

- Os profissionais da CAPNE estão, em sua maioria, satisfeitos com suas funções e reconhecem a importância do setor para a inclusão no IFTM Campus Paracatu, embora acreditem que melhorias contínuas são necessárias.

Capacitação Profissional

- Os profissionais da CAPNE reconhecem que a capacitação é essencial. Mesmo se sentindo preparados, eles manifestam que treinamentos frequentes, formações práticas e atualizações constantes são fundamentais para acompanhar as mudanças na legislação e melhorar o trabalho com a educação inclusiva.

Avaliação e impacto

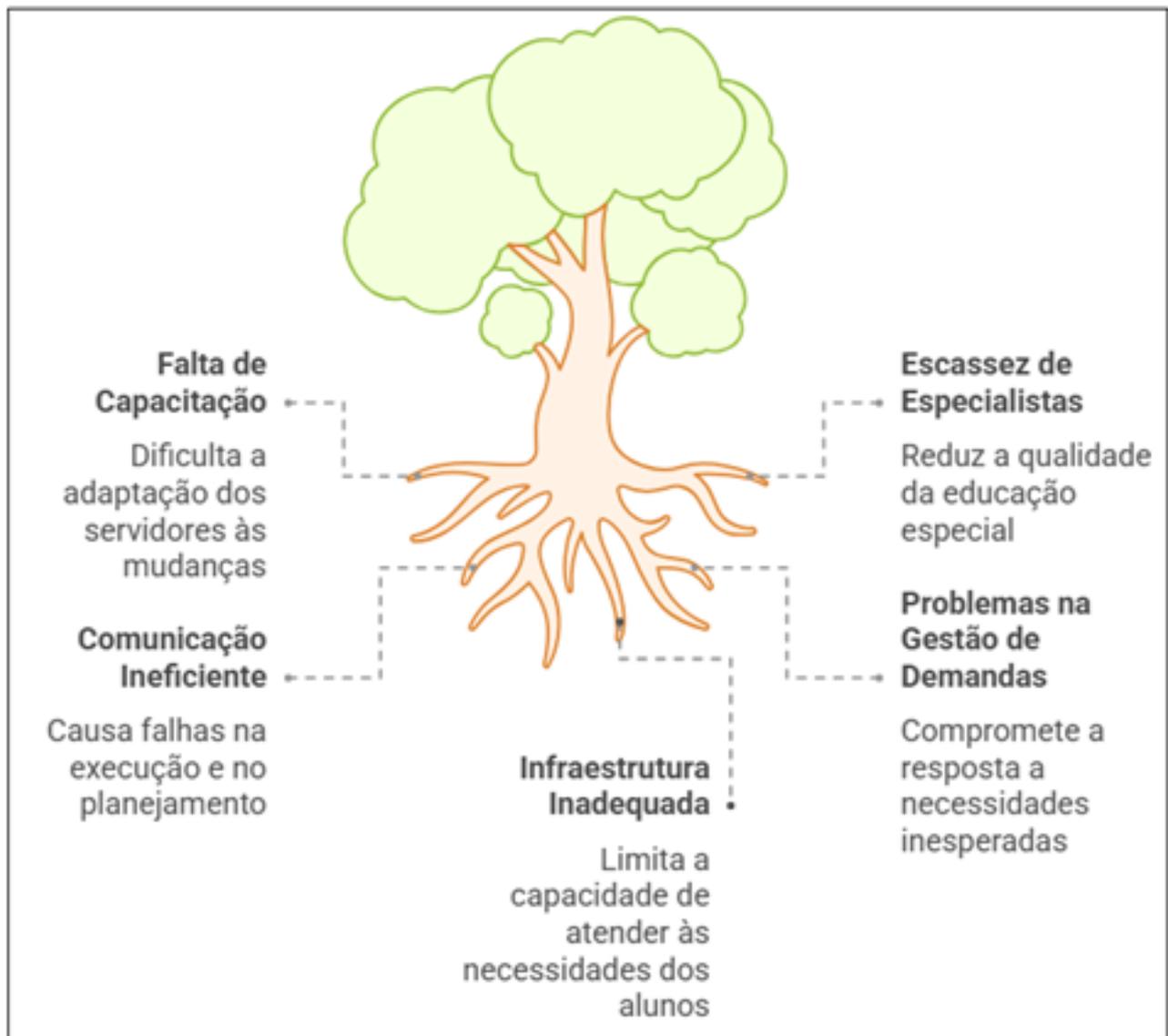
- Os profissionais da CAPNE reconhecem a relevância do setor para a inclusão escolar, mas apontam que a formação prática e a capacitação contínua são indispensáveis para aprimoramento da atuação do setor. Apesar de uma satisfação parcial com o trabalho, ainda enfrentam limitações, como a falta de infraestrutura adequada e de pessoal especializado. Por isso, destacam a importância de maior integração entre os setores da instituição e de um diálogo mais próximo com a comunidade escolar para melhorar o atendimento aos alunos.

Desafios e melhorias

- Os profissionais destacam desafios relacionados à falta de capacitação e a ausência de profissionais especializados, como o AEE, prejudicando a qualidade do atendimento. E também a comunicação ineficaz e a falta de planejamento, como reuniões e diálogos sobre os Planos Educacionais Individualizados, também dificultam a execução das atividades.

AUTO AVALIAÇÃO: A CAPNE NA PERSPECTIVA DOS SERVIDORES LOTADOS NO SETOR

Com as análises realizadas ficam evidentes os problemas estruturais para maior efetividade da CAPNE, enquanto setor de extrema importância para a promoção da inclusão:



Desafios enfrentados pelos servidores da Capne

Fonte: dados da pesquisa (2025)

AUTO AVALIAÇÃO: A CAPNE NA PERSPECTIVA DOS SERVIDORES LOTADOS NO SETOR

Diante dos problemas observados, apresentamos a seguir algumas sugestões de como a CAPNE pode aprimorar para atender melhor às expectativas de seus servidores e da comunidade escolar:

Integração e Diálogo

Aumentar a comunicação e o diálogo entre os diferentes setores do IFTM para facilitar a colaboração e aprimorar as práticas educativas relacionadas à inclusão.

Capacitação Contínua

Treinamentos regulares para os servidores, permitindo que eles se mantenham atualizados sobre legislações e metodologias de educação inclusiva.

Infraestrutura e Recursos

Melhorar a infraestrutura da CAPNE e garantir a presença de mais profissionais especializados são sugestões significativas para superar as limitações atuais.

Planejamento e Comunicação

Planejamento efetivo de reuniões e diálogos visando esclarecer as expectativas e as demandas dos alunos, e do serviço como todo, assegurando que as intervenções do CAPNE sejam mais direcionadas e eficazes.

A CAPNE E SUA ATUAÇÃO PERANTE A COMUNIDADE INTERNA (SERVIDORES)

No Questionário aplicado aos Docentes e TAEs, composto de 14 perguntas, verificamos o conhecimento e a percepção destes servidores em relação a CAPNE, com diversas informações que são importantes para avaliarmos a atuação da CAPNE e incitarmos o aprimoramento na sua atuação, garantindo que as necessidades dos alunos e a eficácia do serviço sejam adequadamente atendidas.

Para a realização das análises, as perguntas foram organizadas em quatro categorias, apresentadas a seguir.

CATEGORIAS AVALIADAS

Conhecimento e compreensão sobre a CAPNE

Equipe e Coordenação

Experiência e avaliação do atendimento

Acessibilidade e sugestões de melhoria

Conhecimento e compreensão sobre a CAPNE

- Os dados coletados demonstram um nível variado de conhecimento sobre a CAPNE, com alguns respondentes demonstrando compreensão completa e outros ainda com dúvidas sobre suas funções e atuação.

Equipe e Coordenação

- As respostas indicam que a maioria dos participantes conhece os servidores da CAPNE ao menos parcialmente, reconhece seu comprometimento, mas vê necessidade de maior capacitação institucional. Além disso, muitos sabem quem é a coordenadora, mas houve inconsistências na apresentação formal aos servidores.

Experiência e avaliação do atendimento

- As avaliações diversas sobre a experiência com a CAPNE destacam tanto aspectos positivos quanto as sugestões para melhorias.

Acessibilidade e sugestões de melhoria

- Percebe-se a visão positiva sobre o acesso ao setor, mas também destaca várias sugestões para melhorar a divulgação, a capacitação dos profissionais, a infraestrutura e a integração com outros setores.

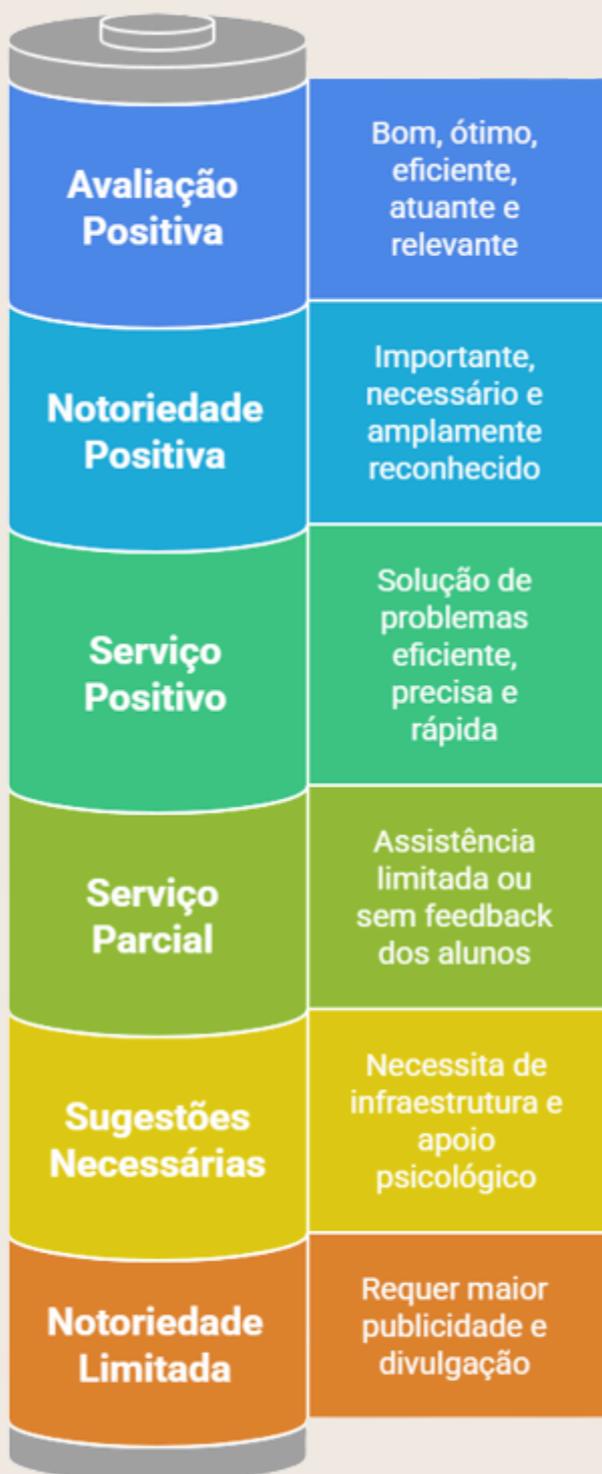
A CAPNE E SUA ATUAÇÃO PERANTE A COMUNIDADE INTERNA (SERVIDORES DOCENTES E TAES)

A análise dos questionários aplicados a professores e servidores sobre a CAPNE revela percepções majoritariamente positivas, mas também aponta pontos críticos que merecem atenção. A seguir, destacamos alguns desses aspectos:



Avaliação da Capne pela comunidade interna (servidores)

Fonte: dados da pesquisa (2025)



No tocante as percepções dos docentes e TAEs do IFTM Campus Paracatu, é importante ressaltarmos a experiência e avaliação do atendimento realizado pela CAPNE em razão da variação entre aspectos positivos e negativos.

Questões	Respostas	Percentual
Você já direcionou alguma situação ao CAPNE?	Sim: 6	31,58%
	Não: 13	68,42%
Como você avalia a atuação do CAPNE após o direcionamento?	Atendimento Positivo: 5 (eficiência, acolhimento, atuação precisa, rapidez, solução do problema)	26,32%
	Atendimento Parcial: 1 (atendimento, mas com limitações ou sem retorno do aluno)	5,26%
	Não aplicável/não respondeu: 13	68,42%
Qual a sua avaliação sobre a notoriedade do trabalho do CAPNE?	Notoriedade Positiva: 6 (importante, necessário, relevante, reconhecido)	31,58%
	Notoriedade Limitada: 6 (pouca divulgação, poderia ser mais conhecido, falta de publicidade)	31,58%
	Sem opinião ou informação suficiente: 7	36,84%
Como você avalia o trabalho desenvolvido pelo CAPNE atualmente?	Avaliação Positiva: 10 (bom, ótimo, eficiente, atuante, relevante)	52,63%
	Sugestão de Melhorias: 4 (necessidade de apoio psicológico, maior divulgação, infraestrutura)	21,05%
	Sem opinião ou não soube avaliar: 5	26,32%

Observa-se que a maioria dos respondentes (68,42%) não recorreu à CAPNE para atender a situações específicas, o que pode indicar, na melhor das hipóteses, uma ausência de demanda percebida ou, na pior, o desconhecimento sobre como e quando buscar apoio. Tal dado é alarmante, pois sugere que, apesar da relevância do setor, sua visibilidade e capacidade de atuação podem estar aquém do ideal.

Ademais, 36,84% dos servidores afirmaram não dispor de informações suficientes para avaliar a notoriedade da CAPNE na instituição, o que reforça a necessidade de aprimorar a comunicação interna e ampliar os recursos disponíveis, com o intuito de fortalecer a atuação do setor no Campus Paracatu do IFTM.



Acessibilidade e sugestões de melhoria

■ Acessibilidade ao Setor ■ Sugestões para Melhorias



As sugestões dos colegas deixaram claro que **a principal demanda é melhorar a comunicação sobre a CAPNE**. Quase 37% das respostas apontaram que é preciso divulgar mais e de forma mais clara o que é o setor, o que ele faz e como pode ajudar. Não basta só informar que a CAPNE existe – é preciso mostrar sua importância e como ele contribui para o acolhimento e a inclusão dos alunos com necessidades específicas.

Ademais, cerca de 32% das sugestões chamaram atenção para a necessidade de capacitação contínua dos servidores. Isso mostra que há uma preocupação real em garantir que toda a equipe esteja preparada para lidar com diferentes tipos de demandas, incluindo transtornos de aprendizagem e questões cognitivas. Investir em formação é essencial para que o atendimento seja mais eficaz e humano.

Outro ponto recorrente foi a infraestrutura. Muitos ressaltaram que faltam recursos e profissionais para dar conta do aumento no número de estudantes atendidos. Fica claro que a CAPNE precisa de mais apoio para continuar cumprindo seu papel com qualidade.

A CAPNE E SUA ATUAÇÃO PERANTE A COMUNIDADE INTERNA (ALUNOS)

O questionário aplicado aos alunos (as) foi composto de 16 perguntas, que buscaram identificar as percepções e conhecimentos dos (as) alunos (as) sobre a CAPNE e sua atuação dentro do IFTM Campus Paracatu, bem como lhes oportunizar indicar melhorias ou ações que considerem necessárias.

Para fins de análise, as perguntas foram organizadas em quatro categorias distintas, apresentadas a seguir:

CATEGORIAS AVALIADAS

Conhecimento e compreensão sobre a CAPNE

Experiência e interação com a CAPNE

Percepções e acessibilidade

Sugestões de melhoria

Conhecimento e compreensão sobre a CAPNE

- A maioria dos alunos já ouviu falar da CAPNE, sabe o que a sigla significa, onde o setor está localizado e reconhece alguns servidores. No entanto, muitos ainda têm dúvidas sobre suas funções e atuação, o que indica falta de clareza sobre o papel do setor. Isso reforça a importância de ampliar a divulgação e o esclarecimento sobre suas atribuições e formas de apoio.

Experiência e Interação com a CAPNE

- Cerca de 71,43% dos alunos nunca utilizaram os serviços da CAPNE, nem seus familiares. Apenas uma minoria relatou ter recorrido ao setor uma vez (14,29%) ou em algumas ocasiões (28,57%). Isso pode indicar tanto ausência de necessidade quanto desconhecimento sobre os serviços oferecidos.

Percepções e Acessibilidade

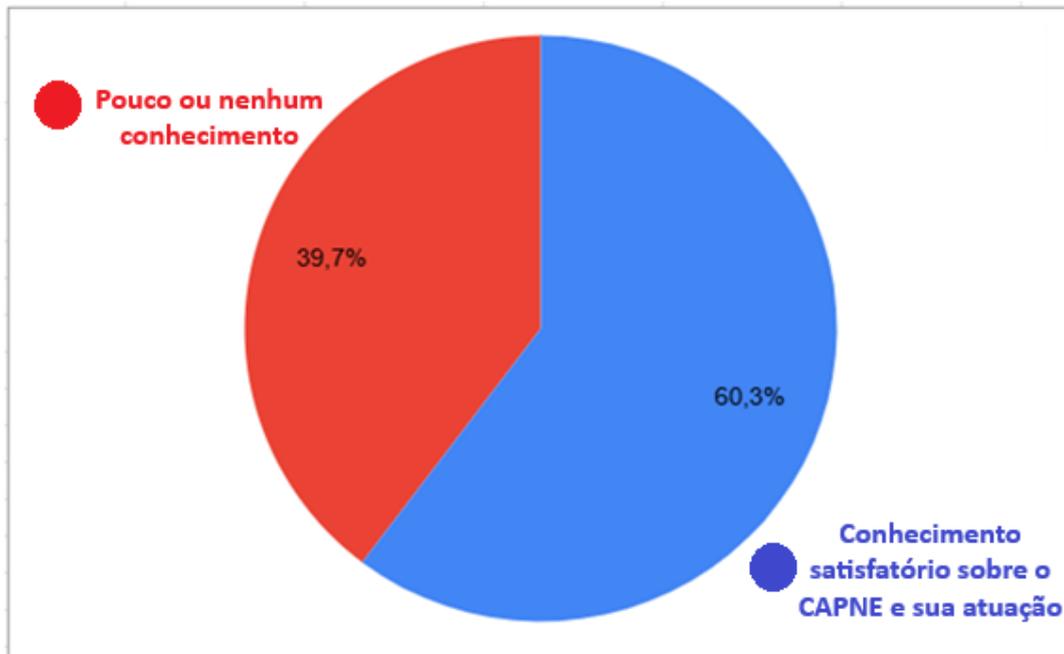
- Os alunos reconhecem a importância da CAPNE na inclusão e no acolhimento, mas relatam falta de informação clara sobre seu funcionamento. Apesar de avaliarem positivamente o atendimento, apontam a necessidade de melhorias no acesso, na comunicação e no suporte a demandas mais complexas. O setor é visto como essencial, mas precisa de maior visibilidade e clareza.

Sugestões

- Os resultados indicam que há pouca divulgação sobre as funções da CAPNE entre os alunos, o que gera desconhecimento sobre sua existência. Foram sugeridas melhorias no atendimento, especialmente nos casos em que as demandas não são completamente resolvidas, além da necessidade de ampliar a informação e sensibilização da comunidade escolar sobre as necessidades específicas de alguns colegas, para evitar mal-entendidos. Também foi apontada a necessidade de ajustes em acessos prioritários, como filas preferenciais na cantina e nos ônibus.

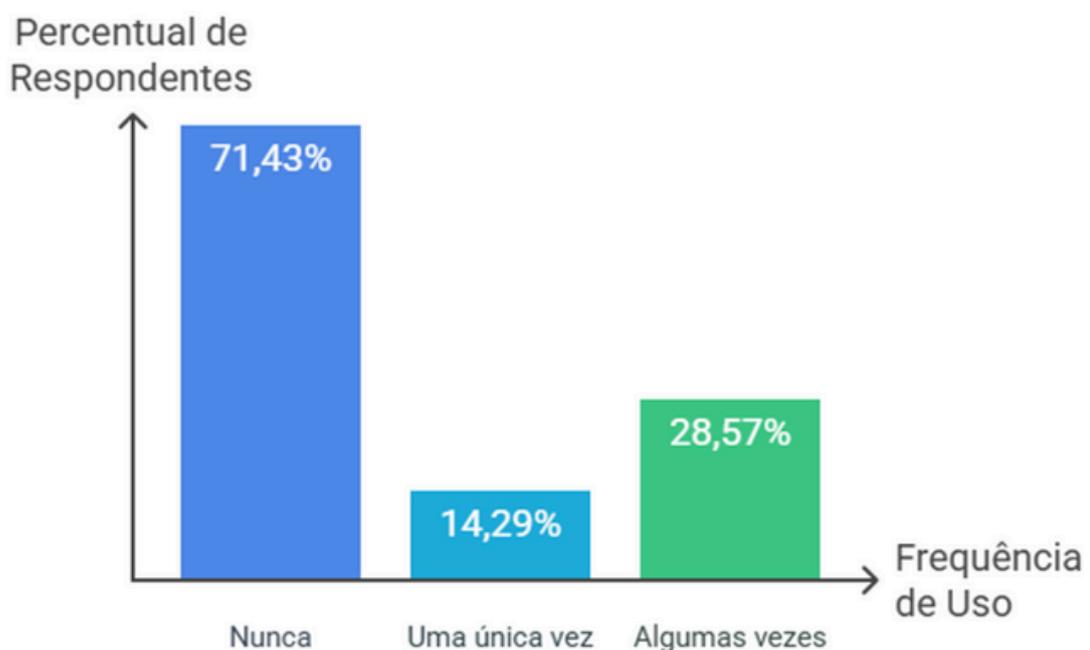
A CAPNE E SUA ATUAÇÃO PERANTE A COMUNIDADE INTERNA (ALUNOS)

A maior parte dos alunos nunca utilizou os serviços da CAPNE e uma parcela significativa deles tem pouco, ou nenhum, conhecimento sobre a atuação do setor, conforme ilustram os gráficos a seguir:



Conhecimento e compreensão sobre a CAPNE

Fonte: dados da pesquisa (2025)



Utilização dos serviços da CAPNE pelos alunos

Fonte: dados da pesquisa (2025)



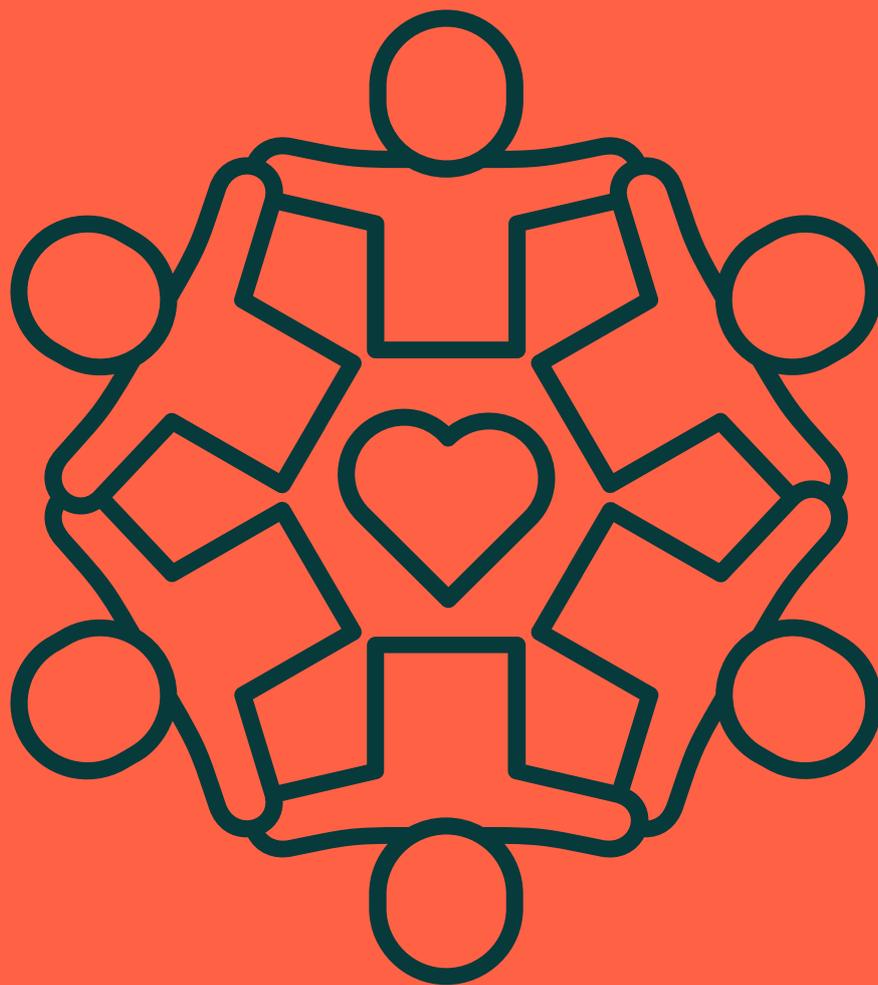
A baixa utilização dos serviços da CAPNE pelos alunos provavelmente está relacionada ao pouco conhecimento que possuem sobre o setor. Observa-se um ciclo que se retroalimenta: **por não saberem ao certo o que é a CAPNE, para que serve e quando procurá-lo, os estudantes acabam não utilizando seus serviços;** e, por não utilizarem, permanecem com uma visão limitada ou equivocada sobre sua atuação. Essa correlação indica que **a falta de informação contribui para o distanciamento dos alunos em relação ao setor, o que reforça a importância de estratégias mais eficazes de divulgação e orientação,** capazes de romper esse ciclo e aproximar a comunidade estudantil dos recursos que a CAPNE pode oferecer.

VISÃO GERAL DOS ALUNOS



Perspectivas da CAPNE pelos alunos

Fonte: dados da pesquisa (2025)



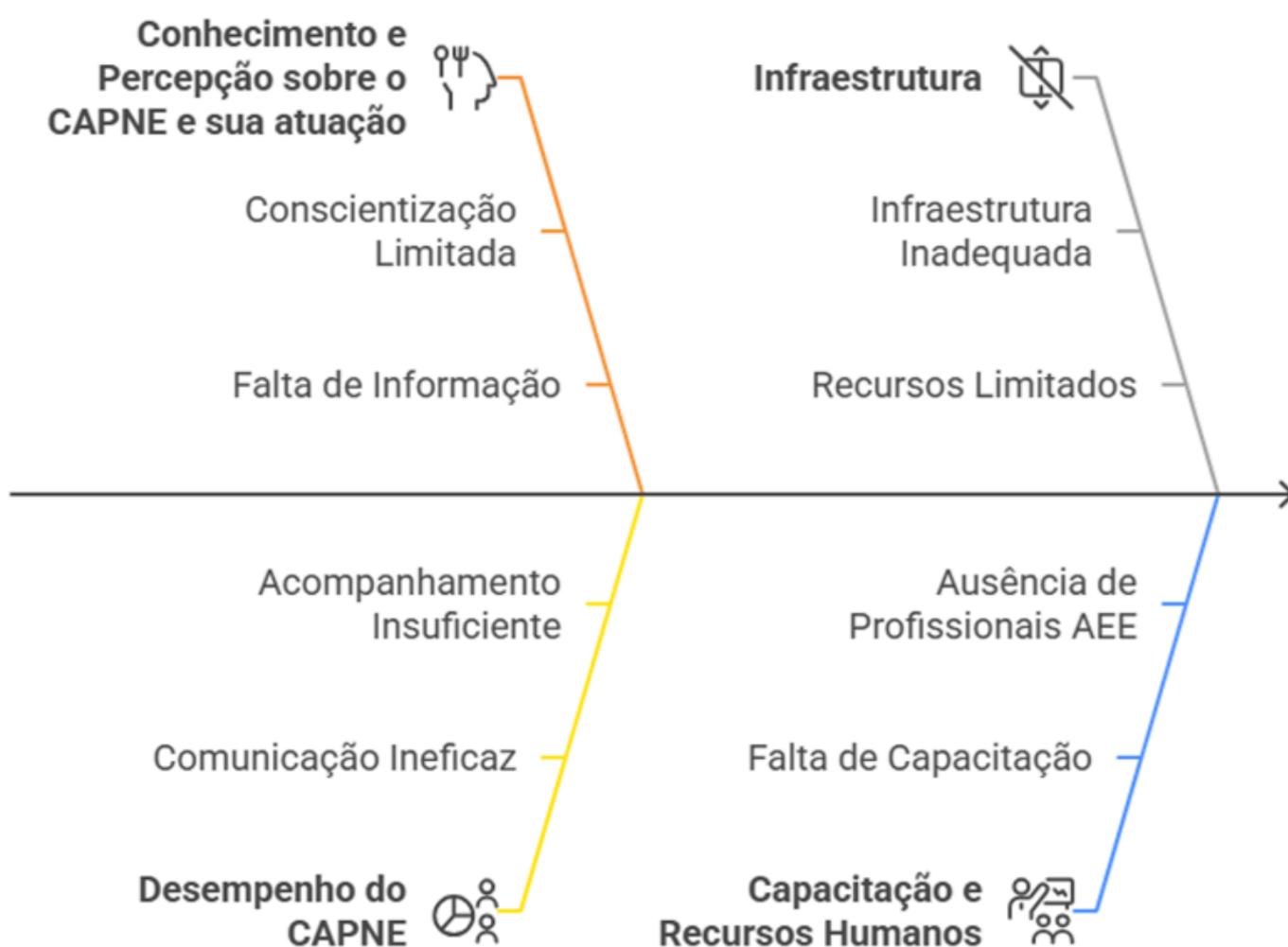
ATUAÇÃO DA CAPNE NO IFTM CAMPUS PARACATU

VISÃO SINTÉTICA DOS RESULTADOS

PERSEPCÃO GERAL



DESAFIOS PERSISTENTES



PROPOSTAS DE MELHORIA

Com base nos dados apresentados, as propostas a seguir se referem as ações que precisam ser implementadas para garantir maior eficácia no atendimento, promover a inclusão efetiva e fortalecer a visibilidade e os recursos do setor.



LIMITAÇÕES DA PESQUISA

- Falta de documentos institucionais mais robustos sobre a CAPNE e sua atuação.
- Falta de série histórica sobre os alunos atendidos e ações realizadas ao longo dos anos.
- Falta de dados qualitativos e quantitativos sobre o atendimento realizado pela CAPNE.
- Baixa participação dos docentes e alunos na pesquisa.



SUGESTÕES DE MELHORIA



PROPOSTAS DE MELHORIA

As propostas elaboradas subsidiam melhorias substanciais na CAPNE, assegurando uma atuação mais eficaz, integrada e visível.

As ações sugeridas, em sua maioria, são práticas e de fácil implementação, com a participação ativa de diversos setores da instituição, garantindo que o ambiente educacional se torne mais acessível e inclusivo para todos os alunos com necessidades especiais.

A execução das ações propostas contribuirá para uma educação mais justa e igualitária, alinhada com os princípios de inclusão e cidadania.

LEGENDA

As propostas que serão apresentadas envolvem soluções para os problemas apresentados que limitam a eficácia e a eficiência da atuação da CAPNE. Algumas medidas podem ser mais facilmente implementadas, outras demandam um planejamento estratégico e alinhamento com diversos setores.



MEDIDAS À CURTO PRAZO

- Solução de custo reduzido.
- Soluções que podem ser implementadas mais facilmente.
- Soluções essenciais.

MEDIDAS À MÉDIO PRAZO

- Solução que demanda planejamento e alinhamento com mais de um setor, mas que os custos não são tão expressivos.



MEDIDAS À LONGO PRAZO

- Solução que demanda um planejamento estratégico e maior alocação de recursos.

INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA E RECURSOS ASSISTIVOS



Objetivo: melhorar a infraestrutura da CAPNE e fornecer recursos assistivos adequados para garantir a plena acessibilidade dos alunos com necessidades especiais

MEDIDA À CURTO PRAZO



01 — Melhoria na sinalização

Colocar cartazes informativos sobre os serviços oferecidos pela CAPNE em áreas de alto tráfego no campus (corredores, entradas principais e refeitórios), com informações claras sobre os serviços e como acessá-los.

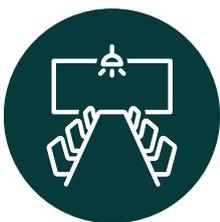
MEDIDA À MÉDIO PRAZO



02 — Aquisição de recursos assistivos e tecnológicos

Investir na compra de equipamentos de tecnologia assistiva, como leitores de tela, softwares de acessibilidade, mesas adaptadas e dispositivos móveis para facilitar o aprendizado de alunos com deficiência.

MEDIDA À LONGO PRAZO



03 — Adequação física do espaço

Adequar a sala de atendimento, garantindo acessibilidade física, como rampas, portas mais largas, banheiros adaptados e sinalização visível. Criar um ambiente mais acolhedor e adaptado às necessidades dos estudantes.

CAPACITAÇÃO CONTÍNUA DOS PROFISSIONAIS

 **Objetivo:** promover o desenvolvimento contínuo dos profissionais da CAPNE e da comunidade acadêmica, para garantir a eficácia dos atendimentos e uma abordagem pedagógica inclusiva.

MEDIDA À CURTO PRAZO



01 — Programas de Capacitação para a Equipe do CAPNE

Organizar cursos e workshops sobre educação inclusiva, legislações pertinentes (como a Lei Brasileira de Inclusão), atendimento a alunos com necessidades específicas, uso de tecnologias assistivas e práticas pedagógicas inclusivas.

MEDIDAS À MÉDIO PRAZO



02 — Capacitação para Docentes

Oferecer treinamentos para todos os professores do campus sobre como adaptar suas práticas pedagógicas para alunos com deficiências e necessidades especiais, além de sensibilizar para a importância da inclusão no ambiente escolar.



03 — Parcerias com Instituições Especializadas

Estabelecer parcerias com organizações e profissionais especializados em educação inclusiva para promover palestras e cursos específicos sobre o tema.

COMUNICAÇÃO INTERNA E DIVULGAÇÃO DOS SERVIÇOS DA CAPNE



Objetivo: melhorar a comunicação interna e a divulgação das ações do CAPNE, garantindo maior conhecimento entre alunos, professores e servidores sobre os serviços oferecidos

MEDIDA À CURTO PRAZO



01 — Campanhas de Sensibilização e Divulgação

Organizar campanhas no início de cada semestre e durante eventos acadêmicos, como semanas acadêmicas, com estandes informativos e palestras para sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a importância da inclusão e os serviços da CAPNE.

MEDIDA À CURTO PRAZO



02 — Fortalecimento da Comunicação Interna

Criar um canal direto de comunicação entre a CAPNE, professores e servidores para troca de informações sobre necessidades e acompanhamentos de alunos com deficiência, garantindo que todas as demandas sejam atendidas de forma integrada

MEDIDA À MÉDIO PRAZO



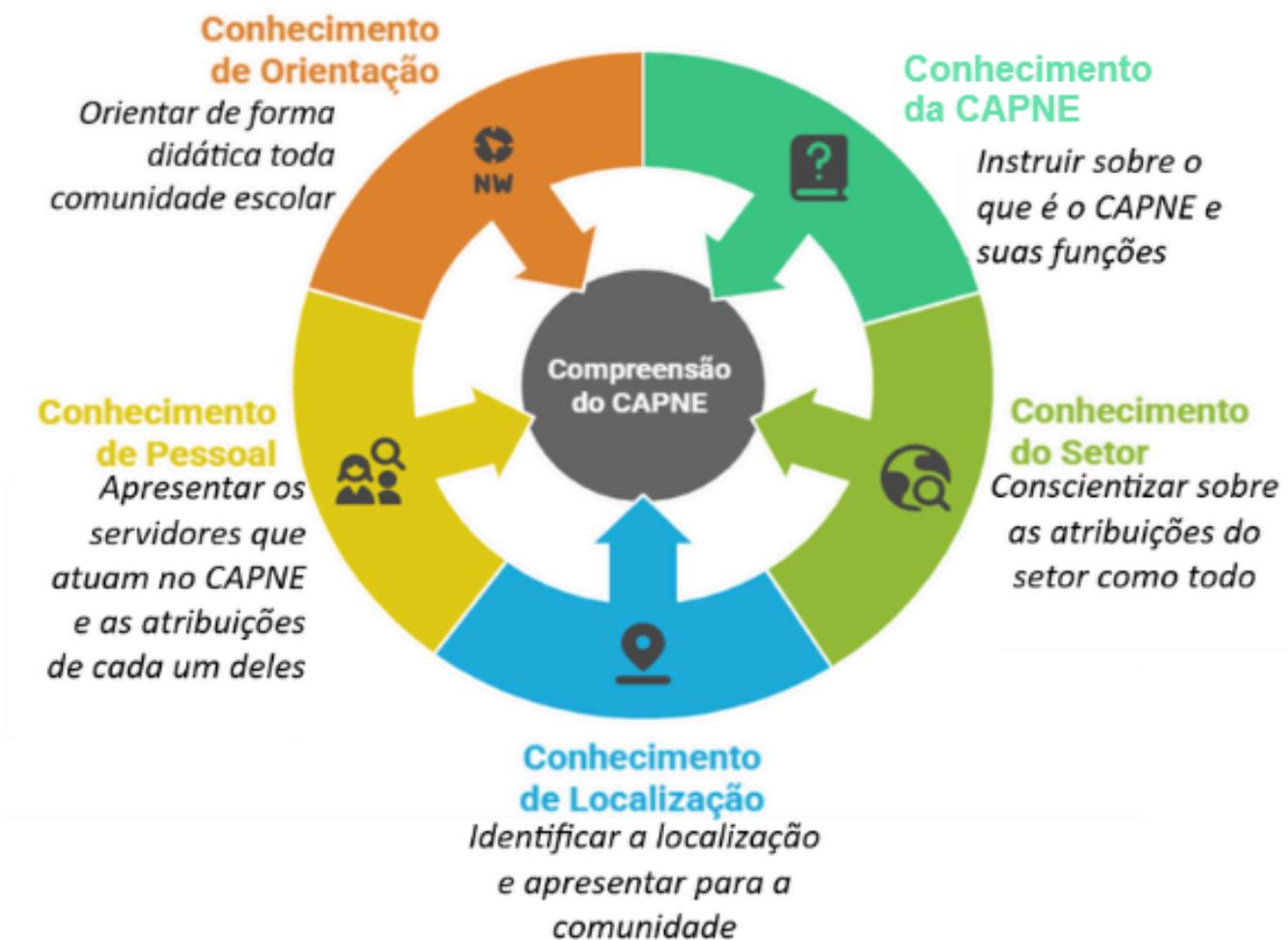
03 — Desenvolver materiais informativos e de divulgação

Criar folders, cartazes e vídeos explicativos sobre os serviços da CAPNE, suas funções e como os alunos podem acessá-los. Os materiais devem ser distribuídos em pontos estratégicos do campus e também nas plataformas digitais institucionais

Propostas para melhoria no atendimento aos alunos com necessidades específicas

COMUNICAÇÃO INTERNA E DIVULGAÇÃO DOS SERVIÇOS DA CAPNE

A comunicação deve estabelecer uma compreensão avançada da CAPNE, o que envolve conhecimentos diversos:



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

MELHORIA NOS PROCESSOS DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO



Objetivo: melhorar a qualidade do atendimento prestado aos alunos e garantir o acompanhamento contínuo de suas necessidades.

MEDIDA À CURTO PRAZO

01 — Registros históricos



Fazer um levantamento semestral dos alunos com necessidades específicas e manter o sistema atualizado e com dados históricos.

MEDIDAS À MÉDIO PRAZO

02 — Sistema de Acompanhamento de Demandas



Criar um sistema digital para registrar as solicitações e os atendimentos realizados pela CAPNE, facilitando o monitoramento das demandas dos alunos e a organização das ações de acompanhamento.

03 — Avaliação regular dos atendimentos e socialização dos resultados



Implementar pesquisas de satisfação regulares entre os alunos atendidos pela CAPNE para avaliar a qualidade dos serviços prestados e identificar áreas que necessitam de melhorias. Os resultados dessas avaliações devem ser discutidos em reuniões periódicas e as ações de melhoria devem ser implementadas de forma ágil.

Propostas para melhoria no atendimento aos alunos com necessidades específicas

FORTALECIMENTO DA INTEGRAÇÃO E PARCERIAS

 **Objetivo:** fomentar parcerias com outros setores da instituição e com entidades externas para melhorar as condições e recursos oferecidos pela CAPNE

MEDIDAS À CURTO PRAZO



01 — Integração entre os setores do Campus

Promover reuniões periódicas entre a CAPNE e outros setores (como a Setor Pedagógico - SEPE, Coordenação de Atendimento aos Educandos - CAE, Coordenação de Cursos, para garantir um atendimento integrado e mais eficiente.



02 — Integração contínua com a Gestão

Promover reuniões regulares entre a Gestão e os servidores do CAPNE, com agenda de datas pré fixada, visando maior socialização das demandas e estudos das possibilidades para atendimento das necessidades do setor e dos alunos.



03 — Estabelecer parceria com outros órgãos e instituições

Buscar parcerias com empresas locais e prefeitura para ampliação do atendimento educacional especializado.

MEDIDA À MÉDIO PRAZO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apontam que, apesar do reconhecimento da relevância da CAPNE para a inclusão, há desafios importantes relacionados a recursos humanos, capacitação contínua, comunicação eficiente e divulgação das ações do setor. A maioria dos envolvidos acredita na importância de ações de melhoria voltadas à formação e à capacitação da equipe, ampliação da equipe de profissionais especializados, além de maior investimento em recursos materiais, infraestrutura e ações de comunicação para fortalecer a presença e eficácia do setor na comunidade escolar.

MENSAGEM DA AUTORA

O desenvolvimento desse projeto foi, para mim, uma experiência extremamente gratificante. Ao longo do percurso, pude aprender, refletir e amadurecer ideias que, mais do que palavras, carregam a vontade de contribuir para a construção de novos caminhos para a inclusão no IFTM Campus Paracatu.

O relatório ora apresentado, não busca criticar a Gestão, tampouco se limita a apresentar as falhas de um sistema que opera com muita teoria e pouca prática. Cada linha foi escrita com cuidado e dedicação, pensando em como poderia contribuir para o aprimoramento da atuação da CAPNE e, conseqüente, promoção da inclusão.

Espero, de coração, que este trabalho sirva como uma semente para novos debates, práticas e inspirações. Mais do que apresentar resultados, minha intenção é somar, colaborar e fortalecer aquilo que buscamos transformar e melhorar.

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, caminharam comigo nessa jornada. Que este projeto seja apenas o começo de muitas outras trocas e aprendizados que fomentarão um IFTM cada dia mais inclusivo.

Luciene Carla



“Investir em inclusão escolar é o que vai educar nossa sociedade para quebrar essa roda da exclusão e incluir as pessoas com deficiência em todos os lugares.”

Andréa Werner

REFERÊNCIAS

Cardoso, T. da S.; Bastos, A. M. Inclusão de estudantes autistas nos institutos federais: uma análise da atuação dos núcleos de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**, v. 1, n. 1, p1-25, 2024. Disponível em: <https://revistas.ifpr.edu.br/index.php/mundisociais/article/view/2234>. Acesso em mar. 2025.

Franco, A. B. M.; Vilaronga C. A. R. O contexto da inclusão escolar nos Institutos Federais e no Ensino Médio integrado. **Revista Cocar**, v. 15, n. 33, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4420>. Acesso em fev. 2025.

Gusmão, G. de C. Análise das ações do núcleo de apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNE) do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais no período de 2016 a 2019. **REIN- Revista Educação Inclusiva**, v. 7, n. 2, p. 419-431, 2023. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/1002>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Melado, K. C.; Ramos, M. dos R. Educação especial inclusiva no Instituto Federal do Espírito Santo: atuação do núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas no campus Cariacica. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 12, p. e11126, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n12-219. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/11126>. Acesso em mar. 2025.

MENDES, K. A. M. de **O. Educação especial inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia brasileiros**. Tese – (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, p. 167. 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/teseserver/api/core/bitstreams/1de795f0-bdb0-4250-962f-646deae7002a/content>. Acesso em mar. 2025.

Negri, L. M; et al. Revisão sistemática: Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas nos **Institutos Federais de Educação. Perspectiva**, v.43, n.1, p.1-18, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/99014>. Acesso em mar. 2025.

Oliveira, D. N. de; Silva, I. R. da; Mafezoni, A. C. Problematizações sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. **Revista Educação Especial em Debate**, v. 9, n. 17, p. 132-146, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/reed/article/view/45035>. Acesso em mar. 2025.

Oliveira, S. M. A.; Matos, R. P. Estratégias do NAPNE para o apoio escolar aos estudantes com tdah dos cursos técnicos integrados ao médio do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Montes Claros. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar** v. 5, n. 10, p. e5105818, 2024. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/5818>. Acesso em mar. 2025.

Sonza, A. P., Vilaronga, C. A. R., Mendes, E. G. Os NAPNEs e o plano educacional individualizado nos Institutos Federais de Educação. **Revista Educação Especial**, v. 36, p. 1-24, 2020.

Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/3131/313162288069/313162288069.pdf>. Acesso em fev.2025.

Vilaronga, C. A. R.; et al. Inclusão escolar e atuação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas no Instituto Federal de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, p. 283-307, 2021. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/3131/313162288069/313162288069.pdf>. Acesso em fev.2025.

RECONHECIMENTOS

Gostaria de registrar meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização deste relatório.

Ao **Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí**, meu reconhecimento por incentivar e apoiar o desenvolvimento de pesquisas voltadas à transformação da prática profissional, permitindo que nossas reflexões tenham impacto direto no cotidiano institucional.

À **Gestão do IFTM**, agradeço pelo suporte e, em especial, pela parceria com o IF Goiano, que possibilitou aos servidores o acesso ao curso de Mestrado e, por consequência, viabilizou este trabalho.

Aos **servidores da CAPNE** do Campus Paracatu, deixo meu profundo agradecimento, em especial à **Coordenadora do setor**, pela escuta atenta, pela abertura ao diálogo e pela participação ativa na pesquisa. Por fim, agradeço aos **servidores, alunos e professores** que gentilmente dedicaram seu tempo para responder aos questionários aplicados — suas contribuições foram essenciais para a construção e o aprofundamento das análises aqui apresentadas.

Contato

Luciene Carla Silva Rufino

+55 (38) 9 8819-2721

lucienecarla@iftm.edu.br





ANEXOS

Questionários Aplicados

QUESTIONÁRIO 1

PÚBLICO ALVO: ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA BÁSICO

Olá, prezado (a) estudante! Como parte final da pesquisa de mestrado da qual você é participante, peço que você responda as perguntas a seguir, que possuem como objetivo coletar informações para avaliar a atuação da CAPNE no IFTM Campus Paracatu. Fique tranquilo, apenas os pesquisadores responsáveis terão acesso a esse material. Agradecemos imensamente por sua contribuição!

1. Você já escutou algo sobre a CAPNE?

Sim

Não

Não me lembro

2. Você sabe o que significa a sigla CAPNE? Se sim, o quê?

3. Você sabe o que é a CAPNE e qual a sua função?

Sim

Não

4. Se respondeu SIM a pergunta anterior, explique com suas palavras qual trabalho desenvolvido pela CAPNE no IFTM:

5. Você conhece o setor CAPNE no Campus Paracatu?

Não conheço

Não conheço, mas gostaria de conhecer

Conheço

6. Você sabe onde o setor CAPNE fica? Saberá chegar lá, ou orientar um colega, caso necessário?

7. Você sabe quem são os servidores do setor:

Sim, sei quem são todos

Sim, sei de alguns

Não sei quem são.

8.Você sabe quem é o (a) atual coordenador (a) da CAPNE no Campus Paracatu? Você sabe informar se ele (a) foi apresentado formalmente para os alunos?

9.Você já foi orientado sobre as situações em que o setor da CAPNE pode auxiliar?

Sim

Não

Não me lembro

10.Você já precisou ir ao Setor CAPNE?

Nunca

Uma única vez.

Algumas vezes

11.Sua família já foi atendida por alguém do setor da CAPNE Campus Paracatu?

Nunca

Uma única vez.

Algumas vezes

12.Você acha que o setor é de fácil acesso aos alunos? Se acha que não, nos conte o motivo.

13.Você considera o setor da CAPNE importante? Se sim, porque?

14.Como você avalia o atendimento do setor da CAPNE Campus Paracatu?

15.Você considera importante o acolhimento correto aos alunos com necessidades específicas ou com deficiência? Justifique.

16.Deixe uma sugestão, reclamação ou avaliação sobre o setor da CAPNE.

QUESTIONÁRIO 2

PÚBLICO ALVO: DOCENTES E TAEs

Olá, prezado (a) estudante! Como parte final da pesquisa de mestrado da qual você é participante, peço que você responda as perguntas a seguir, que possuem como objetivo coletar informações para avaliar a atuação da CAPNE no IFTM Campus Paracatu. Fique tranquilo, apenas os pesquisadores responsáveis terão acesso a esse material. Agradecemos imensamente por sua contribuição!

▪ **Você é servidor:**

- Docente - Disciplina: _____
 TAE - Setor de atuação: _____

▪ **Atua há quanto tempo no IFTM- Campus Paracatu?**

1. Você já escutou algo sobre a CAPNE?

- Sim
 Não
 Não me lembro

2. Você sabe o que significa a sigla CAPNE? Se sim, o quê?

3. Você sabe o que é a CAPNE e qual a sua função?

- Sim
 Não

4. Você já foi orientado sobre as situações em que o setor da CAPNE pode auxiliar?

- Sim
 Não
 Não me lembro

5.Com seu conhecimento atual, você sabe orientar as situações que devem ser remetidas ao setor da CAPNE?

6.Você sabe quem são os servidores do setor:

Sim, sei quem são todos

Sim, sei de alguns

Não sei quem são.

7.Você considera que os servidores do CAPNE estão capacitados para atuarem no setor? Justifique.

8.Você sabe quem é o (a) atual coordenador (a) do CAPNE no Campus Paracatu? Houve uma apresentação formal desse servidor?

9.Você já direcionou alguma situação a CAPNE?

Nunca

Uma única vez.

Algumas vezes

10.Se a sua resposta foi afirmativa, como você avalia a atuação da CAPNE após o direcionamento?

11.Qual a sua avaliação sobre a notoriedade do trabalho da CAPNE para a comunidade escolar?

12.Como você avalia o trabalho desenvolvido pela CAPNE atualmente.

13.Você acha que o setor é de fácil acesso aos alunos? Se acha que não, nos conte o motivo.

14.Deixe uma sugestão, reclamação ou avaliação sobre o setor.

QUESTIONÁRIO 3

PÚBLICO ALVO: SERVIDORES CAPNE

Olá, prezado (a) servidor (a)! Como parte final da pesquisa de mestrado da qual você é participante, peço que você responda as perguntas a seguir, que possuem como objetivo coletar informações para avaliar a atuação da CAPNE no IFTM Campus Paracatu. Fique tranquilo, apenas os pesquisadores responsáveis terão acesso a esse material. Agradecemos imensamente por sua contribuição!

▪ **Você é servidor:**

- () Docente - Disciplina: _____
() TAE - Setor de atuação: _____

▪ **Atua há quanto tempo no IFTM- Campus Paracatu?** _____

1. Você é satisfeito com suas funções no setor da CAPNE?
 2. Você reconhece as situações que demandam a intervenção / atuação da CAPNE?
 3. Você considera que o setor tem contribuído para tornar o IFTM Campus Paracatu uma escola mais inclusiva? Justifique.
 4. Você conhece a legislação e orientações sobre educação inclusiva?
 5. Você se considera capacitado para trabalhar na CAPNE?
 6. Você considera que os servidores da CAPNE estão capacitados para atuarem no setor? Justifique.
 7. Como você avalia o atendimento do setor da CAPNE Campus Paracatu?
-

8. Na sua opinião, a CAPNE atende as expectativas da comunidade escolar?

9. Em caso de negativa à resposta anterior, o que falta para que a CAPNE atenda essas expectativas?

10. No seu ponto de vista, quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelo setor?

11. Qual a maior dificuldade que você, servidor da CAPNE, enfrenta no seu dia-a-dia?

12. Com seu conhecimento atual, você sabe orientar as situações que devem ser

13. Deixe uma sugestão, reclamação ou avaliação sobre o setor.



**INSTITUTO
FEDERAL**

Goiano

Campus
Urutaí

PpgEnEB

MESTRADO EM ENSINO PARA A
EDUCAÇÃO BÁSICA (IFGOIANO)